

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	22
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	23
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	116
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	120
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	121
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	122

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.775.076.589
Preferenciais	0
Total	1.775.076.589
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	17.388.000	15.802.000	10.818.000
1.01	Ativo Circulante	5.855.000	5.739.000	3.705.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.042.000	1.976.000	1.154.000
1.01.03	Contas a Receber	555.000	418.000	367.000
1.01.03.01	Clientes	555.000	418.000	367.000
1.01.04	Estoques	3.178.000	2.658.000	1.960.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	55.000	334.000	103.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	55.000	334.000	103.000
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	6.000	264.000	44.000
1.01.06.01.02	Tributor Correntes a Recuperar	49.000	70.000	59.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.000	1.000	1.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.000	352.000	120.000
1.01.08.03	Outros	22.000	352.000	120.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	329.000	19.000
1.01.08.03.02	Outros	22.000	23.000	101.000
1.02	Ativo Não Circulante	11.533.000	10.063.000	7.113.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	227.000	199.000	205.000
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	10.000	6.000	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	217.000	193.000	205.000
1.02.01.09.03	Outros	37.000	43.000	63.000
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	55.000	36.000	38.000
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	125.000	114.000	104.000
1.02.02	Investimentos	4.829.000	4.129.000	1.876.000
1.02.02.01	Participações Societárias	4.829.000	4.129.000	1.876.000
1.02.03	Imobilizado	5.075.000	4.336.000	3.634.000
1.02.04	Intangível	1.402.000	1.399.000	1.398.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	17.388.000	15.802.000	10.818.000
2.01	Passivo Circulante	6.545.000	5.581.000	4.291.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	250.000	187.000	163.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	250.000	187.000	163.000
2.01.02	Fornecedores	5.444.000	4.594.000	3.265.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	126.000	88.000	71.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	362.000	599.000	702.000
2.01.05	Outras Obrigações	363.000	113.000	90.000
2.01.05.02	Outros	363.000	113.000	90.000
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	1.000	0	0
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	251.000	40.000	46.000
2.01.05.02.06	Receita a Apropriar	26.000	0	0
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	85.000	73.000	44.000
2.02	Passivo Não Circulante	3.342.000	3.893.000	965.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.476.000	3.230.000	435.000
2.02.03	Tributos Diferidos	370.000	563.000	453.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	370.000	563.000	453.000
2.02.04	Provisões	118.000	100.000	77.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	378.000	0	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	378.000	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	7.501.000	6.328.000	5.562.000
2.03.01	Capital Social Realizado	4.055.000	4.055.000	4.055.000
2.03.02	Reservas de Capital	384.000	384.000	384.000
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	-282.000	-282.000	-282.000
2.03.02.07	Reserva de Capital	666.000	666.000	666.000
2.03.04	Reservas de Lucros	3.061.000	1.889.000	1.123.000
2.03.04.01	Reserva Legal	132.000	74.000	35.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.929.000	1.815.000	1.088.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.000	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	28.799.000	23.828.000	20.229.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-24.797.000	-20.547.000	-17.476.000
3.03	Resultado Bruto	4.002.000	3.281.000	2.753.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.053.000	-1.914.000	-1.610.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.556.000	-2.113.000	-1.709.000
3.04.02.01	Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	-2.337.000	-1.929.000	-1.566.000
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-219.000	-184.000	-143.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-25.000	-9.000	-22.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	528.000	208.000	121.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.949.000	1.367.000	1.143.000
3.06	Resultado Financeiro	-436.000	-302.000	-132.000
3.06.01	Receitas Financeiras	806.000	1.111.000	102.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.242.000	-1.413.000	-234.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.513.000	1.065.000	1.011.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-339.000	-299.000	-303.000
3.08.01	Corrente	-534.000	-187.000	-235.000
3.08.02	Diferido	195.000	-112.000	-68.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.174.000	766.000	708.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.174.000	766.000	708.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	1.174.000	766.000	708.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.000	0	0
4.02.02	Ganhos atuariais sobre benefícios a empregados – subsidiárias	0	4.000	0
4.02.03	Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos usadas para hedge fluxo de caixa	1.000	-4.000	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.175.000	766.000	708.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.895.000	1.518.000	966.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.753.000	1.446.000	1.249.000
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.174.000	766.000	708.000
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	222.000	187.000	143.000
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-528.000	-208.000	-121.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	534.000	187.000	235.000
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-195.000	113.000	68.000
6.01.01.07	Baixa de Ativos e Ganhos (Perdas) nas Vendas	8.000	10.000	12.000
6.01.01.09	Juros e Variação Cambial Sobre Empréstimos	-632.000	1.078.000	126.000
6.01.01.11	Perda (Ganho) de Instrumentos Derivativos	1.150.000	-706.000	27.000
6.01.01.12	Atualização Monetária Sobre Depósitos Judiciais	-16.000	-18.000	0
6.01.01.13	Provisões para Contingências, Líquida de Reversões e Juros	31.000	34.000	38.000
6.01.01.14	Outras Provisões	5.000	3.000	13.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	413.000	489.000	60.000
6.01.02.01	Clientes	-82.000	-60.000	-44.000
6.01.02.04	Estoques	-523.000	-697.000	-358.000
6.01.02.05	Tributos Correntes a Recuperar	0	-9.000	-15.000
6.01.02.07	Despesas Antecipadas	3.000	-6.000	4.000
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	3.000	5.000	-4.000
6.01.02.09	Outros	-50.000	48.000	-52.000
6.01.02.10	Fornecedores	963.000	1.139.000	469.000
6.01.02.11	Obrigações Fiscais	25.000	16.000	26.000
6.01.02.12	Obrigações Sociais e Trabalhistas	63.000	24.000	34.000
6.01.02.14	Outras Obrigações	11.000	29.000	0
6.01.03	Outros	-271.000	-417.000	-343.000
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-259.000	-407.000	-327.000
6.01.03.02	Pagamento de Contingências	-12.000	-10.000	-16.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-861.000	-2.694.000	-1.085.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-1.087.000	-705.000	-715.000
6.02.02	Aquisição de Intangível	-6.000	-4.000	-4.000
6.02.03	Caixa Líquido Proveniente de Incorporação	0	0	6.000
6.02.04	Alienação de Ativo Intangível	825.000	0	0
6.02.05	Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores	0	0	-392.000
6.02.06	Aumento de Capital em Controladas	-593.000	-1.985.000	0
6.02.07	Aumento de Capital em Controladas em Conjunto	0	0	20.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-968.000	1.998.000	352.000
6.03.03	Liberação de Empréstimos e Financiamentos	606.000	2.476.000	1.075.000
6.03.04	Liberação de Mútuo	0	0	354.000
6.03.05	Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	-76.000	-46.000	-114.000
6.03.06	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-890.000	-816.000	-62.000
6.03.08	Pagamento de Instrumentos Derivativos	-607.000	385.000	0
6.03.09	Pagamento de Dividendos	-1.000	-1.000	-901.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	66.000	822.000	233.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.976.000	1.154.000	921.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.042.000	1.976.000	1.154.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.055.000	384.000	1.889.000	0	0	6.328.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.055.000	384.000	1.889.000	0	0	6.328.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.000	0	-1.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.000	0	-1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.174.000	1.000	1.175.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.174.000	0	1.174.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.173.000	-1.173.000	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	59.000	-59.000	0	0
5.06.05	A Disposição da Assembléia Geral	0	0	1.114.000	-1.114.000	0	0
5.07	Saldos Finais	4.055.000	384.000	3.062.000	0	1.000	7.502.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.055.000	384.000	1.123.000	0	0	5.562.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.055.000	384.000	1.123.000	0	0	5.562.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.000	0	-1.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.000	0	-1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	766.000	0	766.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	766.000	0	766.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	765.000	-765.000	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	38.000	-38.000	0	0
5.06.05	A Disposição da Assembléia Geral	0	0	727.000	-727.000	0	0
5.07	Saldos Finais	4.055.000	384.000	1.888.000	0	0	6.327.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.150.000	0	0	1.822.000	0	2.972.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	708.000	0	708.000
5.02.01	Efeito de Reorganização Societária	0	0	0	708.000	0	708.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.150.000	0	0	2.530.000	0	3.680.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.905.000	384.000	-505.000	-1.000	0	2.783.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.000	0	-1.000
5.04.08	Aumentos de Capital e Reserva de Capital - Brepa	1.097.000	666.000	0	0	0	1.763.000
5.04.09	Aumentos de Capital por Capitalização de Empréstimos	1.303.000	0	0	0	0	1.303.000
5.04.10	Aumento de Capital com Reserva de Lucros	505.000	0	-505.000	0	0	0
5.04.11	Ágio na Aquisição de Participação de Minoritários	0	-282.000	0	0	0	-282.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-901.000	0	-901.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-901.000	0	-901.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.628.000	-1.628.000	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	35.000	-35.000	0	0
5.06.05	A Disposição da Assembléia Geral	0	0	1.593.000	-1.593.000	0	0
5.07	Saldos Finais	4.055.000	384.000	1.123.000	0	0	5.562.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	31.625.000	26.113.000	22.195.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	31.632.000	26.117.000	22.201.000
7.01.02	Outras Receitas	0	2.000	-1.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.000	-6.000	-5.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-28.500.000	-23.654.000	-20.047.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-27.478.000	-22.810.000	-19.386.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.020.000	-844.000	-660.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.000	0	-1.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.125.000	2.459.000	2.148.000
7.04	Retenções	-222.000	-187.000	-143.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-222.000	-187.000	-143.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.903.000	2.272.000	2.005.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.080.000	1.046.000	470.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	528.000	208.000	121.000
7.06.02	Receitas Financeiras	552.000	838.000	349.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.983.000	3.318.000	2.475.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.983.000	3.318.000	2.475.000
7.08.01	Pessoal	1.196.000	961.000	810.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	971.000	772.000	646.000
7.08.01.02	Benefícios	164.000	139.000	121.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	61.000	50.000	43.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	557.000	395.000	426.000
7.08.02.01	Federais	675.000	587.000	576.000
7.08.02.02	Estaduais	-162.000	-220.000	-171.000
7.08.02.03	Municipais	44.000	28.000	21.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.057.000	1.196.000	531.000
7.08.03.01	Juros	983.000	1.137.000	480.000
7.08.03.02	Aluguéis	74.000	59.000	51.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.173.000	766.000	708.000
7.08.04.02	Dividendos	1.000	1.000	1.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.172.000	765.000	707.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	28.328.000	26.041.000	21.581.000
1.01	Ativo Circulante	13.761.000	13.141.000	10.081.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.242.000	2.882.000	1.690.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	162.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	0	162.000
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	0	162.000
1.01.03	Contas a Receber	5.336.000	4.874.000	4.191.000
1.01.03.01	Clientes	901.000	716.000	564.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.435.000	4.158.000	3.627.000
1.01.04	Estoques	4.751.000	4.009.000	3.341.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	280.000	789.000	379.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	280.000	789.000	379.000
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	24.000	469.000	207.000
1.01.06.01.02	Tributos Correntes a Recuperar	256.000	320.000	172.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	41.000	32.000	36.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	111.000	555.000	282.000
1.01.08.03	Outros	111.000	555.000	282.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	441.000	177.000
1.01.08.03.02	Outros	111.000	114.000	105.000
1.02	Ativo Não Circulante	14.567.000	12.900.000	11.500.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.305.000	2.793.000	2.453.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	235.000	206.000	109.000
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	235.000	206.000	109.000
1.02.01.03	Contas a Receber	128.000	104.000	65.000
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	128.000	104.000	65.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	158.000	137.000	87.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	158.000	137.000	87.000
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	16.000	10.000	8.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.768.000	2.336.000	2.184.000
1.02.01.09.03	Outros	82.000	60.000	65.000
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	734.000	493.000	367.000
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	1.952.000	1.783.000	1.666.000
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	86.000
1.02.02	Investimentos	155.000	137.000	95.000
1.02.02.01	Participações Societárias	66.000	45.000	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	89.000	92.000	95.000
1.02.03	Imobilizado	8.941.000	7.917.000	6.943.000
1.02.04	Intangível	2.166.000	2.053.000	2.009.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	28.328.000	26.041.000	21.581.000
2.01	Passivo Circulante	13.321.000	11.989.000	11.192.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	589.000	512.000	453.000
2.01.02	Fornecedores	8.007.000	6.570.000	5.340.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	369.000	463.000	256.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	645.000	1.243.000	2.146.000
2.01.05	Outras Obrigações	3.707.000	3.176.000	2.981.000
2.01.05.02	Outros	3.707.000	3.176.000	2.981.000
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	76.000	63.000	58.000
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	276.000	40.000	98.000
2.01.05.02.06	Receitas a Apropriar	20.000	4.000	0
2.01.05.02.07	Operação com Cartão de Crédito	3.042.000	2.771.000	2.643.000
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	293.000	298.000	182.000
2.01.06	Provisões	4.000	25.000	16.000
2.01.06.02	Outras Provisões	4.000	25.000	16.000
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	4.000	25.000	16.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.558.000	7.021.000	4.281.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.394.000	3.565.000	920.000
2.02.02	Outras Obrigações	143.000	29.000	119.000
2.02.02.02	Outros	143.000	29.000	119.000
2.02.02.02.03	Operações com Cartão de Crédito	38.000	22.000	78.000
2.02.02.02.04	Dividendos a Pagar	85.000	0	0
2.02.02.02.05	Outros	20.000	7.000	41.000
2.02.03	Tributos Diferidos	399.000	743.000	669.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	399.000	743.000	669.000
2.02.04	Provisões	2.608.000	2.655.000	2.573.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	14.000	29.000	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	14.000	29.000	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.449.000	7.031.000	6.108.000
2.03.01	Capital Social Realizado	4.055.000	4.055.000	4.055.000
2.03.02	Reservas de Capital	384.000	384.000	384.000
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	-282.000	-282.000	-282.000
2.03.02.07	Reserva de Capital	666.000	666.000	666.000
2.03.04	Reservas de Lucros	3.061.000	1.889.000	1.123.000
2.03.04.01	Reserva Legal	132.000	74.000	35.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.929.000	1.815.000	1.088.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.000	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	948.000	703.000	546.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.534.000	41.538.000	36.751.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.033.000	-33.133.000	-29.285.000
3.03	Resultado Bruto	9.501.000	8.405.000	7.466.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.846.000	-6.124.000	-5.685.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.708.000	-6.074.000	-5.526.000
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-6.134.000	-5.550.000	-5.117.000
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-574.000	-524.000	-409.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.000	166.000	40.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-149.000	-214.000	-199.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.000	-2.000	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.655.000	2.281.000	1.781.000
3.06	Resultado Financeiro	-781.000	-703.000	-498.000
3.06.01	Receitas Financeiras	1.160.000	1.533.000	220.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.941.000	-2.236.000	-718.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.874.000	1.578.000	1.283.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-511.000	-593.000	-546.000
3.08.01	Corrente	-877.000	-567.000	-350.000
3.08.02	Diferido	366.000	-26.000	-196.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.363.000	985.000	737.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.363.000	985.000	737.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.174.000	766.000	528.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	189.000	219.000	209.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,66	0,43	1,1
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,66	0,43	1,1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.363.000	985.000	737.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.000	0	0
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais sobre benefícios a empregados	0	4.000	0
4.02.02	Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos usadas para hedge o fluxo de caixa	1.000	-4.000	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.364.000	985.000	737.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.175.000	766.000	528.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	189.000	219.000	209.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.957.000	1.736.000	735.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.568.000	3.307.000	2.701.000
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.363.000	985.000	737.000
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	589.000	538.000	439.000
6.01.01.03	Reversão De Provisão Para Impairment	-6.000	-13.000	0
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.000	2.000	0
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	877.000	567.000	350.000
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-366.000	26.000	196.000
6.01.01.07	Baixa de Ativos e Ganhos (Perdas) nas Vendas	47.000	46.000	62.000
6.01.01.08	Receita de Juros Não Realizados de Títulos e Valores Mobiliários	-29.000	0	-18.000
6.01.01.09	Juros e Variação Cambial Sobre Empréstimos	-804.000	1.397.000	197.000
6.01.01.10	Juros Sobre Dividendos Extraordinários	8.000	0	0
6.01.01.11	Perda (Ganho) de Instrumentos Derivativos	1.474.000	-889.000	149.000
6.01.01.12	Atualização Monetária Sobre Depósitos Judiciais	-142.000	-134.000	-119.000
6.01.01.13	Provisões para Contingências, líquida de Reversões e Juros	314.000	408.000	438.000
6.01.01.14	Outras Provisões	242.000	374.000	270.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	207.000	-676.000	-1.324.000
6.01.02.01	Clientes	-199.000	-112.000	-379.000
6.01.02.02	Outras Contas a Receber	-401.000	-875.000	-727.000
6.01.02.03	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	65.000	-106.000
6.01.02.04	Estoques	-763.000	-675.000	-600.000
6.01.02.05	Tributos Correntes a Recuperar	-182.000	-351.000	-478.000
6.01.02.07	Despesas Antecipadas	-14.000	1.000	7.000
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-190.000	-102.000	-291.000
6.01.02.09	Outros	-19.000	-4.000	166.000
6.01.02.10	Fornecedores	1.585.000	1.037.000	584.000
6.01.02.11	Obrigações Fiscais	39.000	7.000	30.000
6.01.02.12	Obrigações Sociais e Trabalhistas	77.000	59.000	81.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.13	Provisões para Reestruturação	-21.000	-5.000	0
6.01.02.14	Outras Obrigações	8.000	116.000	-121.000
6.01.02.15	Operações com cartão de crédito	287.000	163.000	510.000
6.01.03	Outros	-818.000	-895.000	-642.000
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-587.000	-606.000	-384.000
6.01.03.02	Pagamento de Contingências	-231.000	-289.000	-258.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.927.000	-1.442.000	-1.747.000
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-1.803.000	-1.308.000	-1.312.000
6.02.02	Aquisição de Intangível	-103.000	-87.000	-49.000
6.02.05	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	0	-386.000
6.02.07	Aumento de Capital em Controladas em Conjunto	-21.000	-47.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-670.000	898.000	1.351.000
6.03.01	Aporte de Capital de Acionistas não Controladores	208.000	0	0
6.03.02	Aporte de Capital de Acionistas Controladores	0	0	349.000
6.03.03	Liberação de Empréstimos e Financiamentos	1.687.000	3.212.000	1.826.000
6.03.05	Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	-131.000	-85.000	-141.000
6.03.06	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-1.575.000	-2.817.000	-599.000
6.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	-30.000	33.000	0
6.03.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	-766.000	613.000	-84.000
6.03.09	Pagamento de Dividendos	-63.000	-58.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	360.000	1.192.000	339.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.882.000	1.690.000	1.351.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.242.000	2.882.000	1.690.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.055.000	384.000	1.889.000	0	0	6.328.000	703.000	7.031.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.055.000	384.000	1.889.000	0	0	6.328.000	703.000	7.031.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.000	0	-1.000	56.000	55.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	208.000	208.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.000	0	-1.000	-152.000	-153.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.174.000	1.000	1.175.000	190.000	1.365.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.174.000	0	1.174.000	190.000	1.364.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.173.000	-1.173.000	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	59.000	-59.000	0	0	0	0
5.06.05	A Disposição da Assembleia Geral	0	0	1.114.000	-1.114.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.055.000	384.000	3.062.000	0	1.000	7.502.000	949.000	8.451.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.055.000	384.000	1.123.000	0	0	5.562.000	546.000	6.108.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.055.000	384.000	1.123.000	0	0	5.562.000	546.000	6.108.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.000	0	-1.000	-62.000	-63.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.000	0	-1.000	-62.000	-63.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	766.000	0	766.000	219.000	985.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	766.000	0	766.000	219.000	985.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	765.000	-765.000	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	38.000	-38.000	0	0	0	0
5.06.05	A Disposição da Assembléia Geral	0	0	727.000	-727.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.055.000	384.000	1.888.000	0	0	6.327.000	703.000	7.030.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.150.000	0	0	1.822.000	0	2.972.000	0	2.972.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	691.000	0	691.000	499.000	1.190.000
5.02.01	Efeito de Reorganização Societária	0	0	0	691.000	0	691.000	499.000	1.190.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.150.000	0	0	2.513.000	0	3.663.000	499.000	4.162.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.905.000	384.000	-505.000	-1.413.000	0	1.371.000	-162.000	1.209.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.000	0	-1.000	-58.000	-59.000
5.04.08	Aumento Capital e da Reserva de Capital por incorporação da Brepa	1.097.000	666.000	0	-1.761.000	0	2.000	0	2.000
5.04.09	Aumentos de Capital por Capitalização de Empréstimos	1.303.000	0	0	0	0	1.303.000	0	1.303.000
5.04.10	Aumento de Capital com Reserva de Lucros	505.000	0	-505.000	0	0	0	0	0
5.04.11	Ágio na Aquisição de Participação de Minoritários	0	-282.000	0	0	0	-282.000	-104.000	-386.000
5.04.12	Aumentos de Capital - Brepa	0	0	0	349.000	0	349.000	0	349.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	528.000	0	528.000	209.000	737.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	528.000	0	528.000	209.000	737.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.628.000	-1.628.000	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	35.000	-35.000	0	0	0	0
5.06.05	A Disposição da Assembleia Geral	0	0	1.593.000	-1.593.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.055.000	384.000	1.123.000	0	0	5.562.000	546.000	6.108.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	51.873.000	45.281.000	39.951.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	51.881.000	45.229.000	39.958.000
7.01.02	Outras Receitas	13.000	65.000	1.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.000	-13.000	-8.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-45.521.000	-39.239.000	-34.852.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-42.343.000	-36.168.000	-31.722.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.157.000	-3.060.000	-3.150.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-21.000	-11.000	20.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.352.000	6.042.000	5.099.000
7.04	Retenções	-572.000	-511.000	-457.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-572.000	-511.000	-457.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.780.000	5.531.000	4.642.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	906.000	1.151.000	783.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.000	-2.000	0
7.06.02	Receitas Financeiras	907.000	1.153.000	783.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.686.000	6.682.000	5.425.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.686.000	6.682.000	5.425.000
7.08.01	Pessoal	2.661.000	2.326.000	2.118.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.077.000	1.800.000	1.649.000
7.08.01.02	Benefícios	422.000	380.000	346.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	162.000	146.000	123.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	699.000	1.270.000	1.069.000
7.08.02.01	Federais	1.368.000	1.382.000	1.218.000
7.08.02.02	Estaduais	-748.000	-213.000	-315.000
7.08.02.03	Municipais	79.000	101.000	166.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.963.000	2.101.000	1.501.000
7.08.03.01	Juros	1.717.000	1.907.000	1.292.000
7.08.03.02	Aluguéis	246.000	194.000	209.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.363.000	985.000	737.000
7.08.04.02	Dividendos	56.000	64.000	59.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.172.000	765.000	527.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	135.000	156.000	151.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Grupo Carrefour Brasil**

Atacadão S.A.

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016**---- RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ----**

Somos o maior varejista brasileiro de alimentos em termos de vendas e área total de vendas e o único varejista brasileiro com presença em todo o território nacional, vendendo produtos alimentares e não-alimentares em mais de 150 cidades de todos os 26 estados do Brasil e no Distrito Federal. Operamos sob uma plataforma omnicanal, bi-modal e multiformato, o que nos permite atender às necessidades de nossos clientes, bem como a evolução de seus hábitos de compra, com uma rede física de 565 pontos de venda e de uma plataforma de e-commerce inaugurado em 2016 (incluindo um *marketplace*) em rápida expansão. Nossas marcas Atacadão e Carrefour estão entre as mais reconhecidas nos setores de atacado de autosserviço e de hipermercado no Brasil.

Operamos sob os seguintes formatos de lojas físicas: atacados de autosserviço e atacados de entrega, operando no Segmento Atacadão, e hipermercados, supermercados e lojas de conveniência operando no Segmento de Varejo (veja Nota Explicativa 30 de nossas demonstrações financeiras para obter maiores detalhes sobre nossos segmentos operacionais). Como serviços complementares aos nossos consumidores, também operamos farmácias e postos de combustível em áreas próximas a algumas de nossas lojas. Operamos sob um modelo de ativos imobiliários próprios que nos permite alugar áreas comerciais em nossos shoppings e galerias gerenciados pela nossa *property division*.

Também temos um negócio de crédito ao consumidor, que realizamos através do Banco CSF S.A., nosso Segmento de Soluções Financeiras, intimamente integrado aos nossos segmentos Atacadão e Varejo. Somos o maior operador de cartões de crédito de varejo do país e o único de crédito ao consumidor auto-operado no setor de varejo de alimentos no Brasil. A integração dos negócios de crédito ao consumidor dos Segmentos Atacadão e do Varejo nos permite desenvolver e implementar promoções diferenciadas, soluções de pagamento e crédito para aumentar as vendas, o movimento e a fidelização de clientes.

Nossa posição de liderança nos setores brasileiros de atacado de autosserviço e varejo alimentar tem nos proporcionado um papel de pioneiros no desenvolvimento do varejo moderno no Brasil, assim como a posição inigualável do Atacadão no setor de atacado de autosserviço. Reforçamos esta posição através do alto nível de investimentos que fazemos em renovação e revitalização de lojas físicas e a implantação bem-sucedida de nosso formato de lojas de conveniência e plataforma de e-commerce.

Nosso objetivo de longo prazo é fortalecer nossa posição de liderança nos segmentos Atacadão e Varejo no Brasil, consolidando nossa plataforma omnicanal, bi-modal e multiformato. Pretendemos continuar crescendo organicamente nos segmentos Atacadão e Varejo, revitalizando e expandindo nossa rede de lojas e acelerando a implantação de nossas atividades de e-commerce, alavancando nossas capacidades diferenciadoras em Soluções Financeiras e em nossa *property division*. Para apoiar a nossa estratégia de crescimento, continuaremos a investir nas pessoas, trazendo novos talentos e competências em todas as nossas atividades e estendendo nossos programas internos de treinamento para promover a excelência do atendimento ao cliente, eficiência operacional, produtividade e rentabilidade.

*
* *

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques do ano

Lançamento do e-commerce

Capitalizando a sua experiência global de e-commerce, o Carrefour Indústria e Comércio Ltda. ("CCI") lançou o seu site de comércio eletrônico, em julho de 2016, concentrando-se em categorias não alimentares e, posteriormente, a abertura do seu *marketplace*, no final de 2016. Esse lançamento representa um passo na implantação da estratégia omnicanal e um novo canal para abordar novos padrões de consumo, através de variedades para a casa e a família, uma experiência de compras on-line agradável e entrega impecável além de outros serviços, alavancando sinergias de compras com lojas e soluções de crédito oferecidas pelo Banco CSF. Esta operação de mercado está alavancando a força da marca Carrefour, ampliando assim o sortimento em categorias selecionadas com baixo investimento (Capex) e capital de giro. Desde novembro de 2016, os produtos não alimentares têm sido enviados para todo o Brasil (quatro meses após o lançamento). O CCI espera lançar sua operação de e-commerce em categorias alimentares em 2017.

Lançamento do cartão de crédito Atacadão

Em 2 de junho de 2016, o Conselho de Administração do Banco CSF e do Atacadão aprovaram o contrato firmado com o Itaú, acionista não controlador do Banco CSF com 49% de participação societária, relacionado à compra dos direitos de exclusividade de oferecer Soluções Financeiras dentro do Atacadão para pessoas físicas pelo Banco CSF. O acordo representa uma oportunidade para criar um novo negócio, replicando o sucesso do Banco CSF no Carrefour, além de uma proposta atraente para os clientes do Atacadão, que reforçará sua atratividade comercial. O acordo prevê que, pelo menos nos primeiros 4 anos de parceria, o cartão da marca Banco CSF seja o único cartão aceito nas lojas Atacadão.

O Banco CSF está desenvolvendo os cartões de crédito co-bandeirados através das lojas do Atacadão. Os cartões de crédito são reservados exclusivamente para pessoas físicas e pequenas empresas que adquirem como indivíduos, beneficiando-se de programas de benefícios exclusivos para compras no Atacadão.

Expansão

O Grupo tem sua presença no Brasil representada por uma rede de 565 pontos de vendas, e prosseguiu com a sua expansão em 2016. Um notável destaque foi à expansão das lojas de conveniência, com a abertura de 49 lojas "Carrefour Express", elevando o total para 70 lojas, na região de São Paulo.

O Atacadão abriu 12 lojas em 2016, totalizando uma rede de 135 lojas de atacado de autosserviço e 22 operações de atacado de entrega.

Principais Destaques Financeiros

O quadro abaixo apresenta as principais informações financeiras em e para os períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação % 2016 / 2015	Variação % 2015 / 2014
	2016	2015	2014		
(em milhões de R\$)					
Receita operacional	47.534	41.538	36.751	14,4%	13,0%
Vendas líquidas	44.957	39.217	34.812	14,6%	12,7%
Atacadão	28.737	23.777	20.162	20,9%	17,9%
Varejo	16.220	15.440	14.650	5,0%	5,4%
Soluções Financeiras	—	—	—	—	—
Outras receitas	2.577	2.321	1.939	11,0%	19,7%
Lucro bruto	9.501	8.405	7.466	13,0%	12,6%
Margem de lucro bruto ¹	21,1%	21,4%	21,4%	(30) b.p.	—
EBITDA ajustado ²	3.381	2.867	2.358	17,9%	21,6%
Margem EBITDA ajustada ³	7,5%	7,3%	6,8%	20 p.b.	50 p.b.
Lucro líquido do exercício	1.363	985	737	38,4%	33,6%
Margem do lucro líquido ⁴	3,0%	2,5%	2,1%	50 p.b.	40 p.b.
Dívida financeira líquida ⁵	838	1.319	1.940	(36,5)%	40,5%
Fluxo de caixa livre ⁶	1.052	288	(638)	265,3%	n/a

(1) Calculamos a margem de lucro bruto como lucro bruto dividido pela receita líquida do período, expressa em percentual.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (2) Calculamos o O EBITDA Ajustado (LAJIDA Ajustado) como o EBITDA (LAJIDA) ajustado da linha "Outras receitas (despesas)" da Demonstração do Resultado. O EBITDA consiste no "Lucro líquido do exercício" (ou período ajustado) pelo "Resultado financeiro líquido", pelo "Imposto de renda e contribuição social" e pela despesas de "Depreciação e amortização". O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não possuem um significado padrão, e nossas definições podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras companhias.
- (3) Nós calculamos a Margem EBITDA Ajustada como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do respectivo período, expressa em porcentagem.
- (4) Calculamos a margem de lucro líquido como lucro líquido do exercício dividido pela receita líquida do respectivo período, expressa em percentual.
- (5) No 31 de Dezembro de cada ano, definimos "Dívida financeira líquida" como "Empréstimos e financiamentos" circulantes e não circulantes acrescidos dos "Instrumentos financeiros derivativos" passivos circulantes e não circulantes menos "Caixa e equivalentes de caixa", "Títulos e valores mobiliários" e "Instrumentos financeiros derivativos" ativos circulantes e não circulantes. A dívida financeira líquida não é uma medida de desempenho financeiro conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS. A dívida financeira líquida não tem um significado padronizado, não deve ser considerada sozinha para avaliar a liquidez ou o endividamento, e nossa definição de dívida financeira líquida pode não ser comparável com aquelas usadas por outras empresas.
- (6) Definimos "fluxo de caixa livre" como caixa gerado por nossas atividades operacionais, menos os juros recebidos em investimentos de curto prazo, menos o caixa utilizado em adições ao ativo imobilizado e intangíveis, menos o caixa gerado por alienação de ativos não relacionados com o nosso negócio, mais o caixa aplicado em depósitos judiciais e ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários. O fluxo de caixa livre não é uma medida do desempenho financeiro conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS. O fluxo de caixa livre não tem significado padronizado, não deve ser considerado sozinho como uma medida de liquidez, e nossa definição de fluxo de caixa livre pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas.

Conciliações entre os valores de EBITDA e EBITDA ajustado

A reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 está demonstrado na tabela abaixo:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Lucro líquido	1.363	985	737
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	511	593	546
(+) Despesas financeiras, líquidas	781	703	498
(+) Depreciação e amortização	589	538	418
(=) EBITDA	3.244	2.819	2.199
(+/-) Outras receitas (despesas) (*)	137	48	159
(=) EBITDA Ajustado	3.381	2.867	2.358

(*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado. As outras despesas totalizaram R\$137 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, composto por R\$81 milhões de custos de reestruturação, R\$47 milhões de perdas na baixa e alienação de ativos e R\$9 milhões de despesas relativas a demandas judiciais. As outras despesas totalizaram R\$48 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, composto por R\$55 milhões de custos de reestruturação, R\$46 milhões de perdas na baixa e alienação de ativos, R\$81 milhões de despesas relativas a demandas judiciais e R\$134 de receitas relativas ao reconhecimento de créditos de ICMS relativos a exercícios anteriores. As outras despesas totalizaram R\$159 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, composto por R\$4 milhões de custos de reestruturação, R\$62 milhões de perdas na baixa e alienação de ativos e R\$93 milhões de despesas relativas a demandas judiciais.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Apesar do contexto macroeconômico desafiador que afetou adversamente a economia brasileira, nossas vendas líquidas aumentaram 14,6%, ou R\$ 5.740 milhões, para R\$ 44.957 milhões em 2016, de R\$ 39.217 milhões em 2015, impulsionado principalmente pelo aumento de 20,9% nas vendas líquidas no segmento Atacadão, enquanto as vendas em nosso segmento de Varejo cresceram 5,1%. O crescimento de nossas vendas líquidas deveu-se, principalmente, a um aumento de 10,9% no total de nossas vendas mesmas-lojas, ou "Like-for-like" (LFL), impulsionado pelo segmento Atacadão. A abertura de 12 atacados de autosserviço e de entrega no Segmento Atacadão e 49 lojas de conveniência no Segmento de Varejo em 2016, bem como o lançamento de nossa plataforma de e-commerce não alimentar em meados do ano, também contribuíram ao forte aumento nas vendas líquidas.

As vendas líquidas de produtos alimentares em nossas lojas aumentaram 17,2%, ou R\$ 5.476 milhões, para R\$ 37.352 milhões em 2016, de R\$ 31.876 milhões em 2015, impulsionadas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pelo aumento nas vendas de nosso Segmento Atacadão e por um crescimento robusto no Segmento de Varejo. As vendas líquidas de produtos não-alimentares diminuíram 2,0%, ou R\$ 91 milhões, para R\$ 4.450 milhões em 2016, de R\$ 4.541 milhões em 2015, refletido principalmente pela redução da renda média em muitos lares brasileiros atingidos pelo desemprego após dois anos consecutivos de recessão econômica. Outras vendas cresceram 12,7%, ou R\$ 355 milhões, para R\$ 3.155 milhões em 2016, de R\$ 2.800 milhões em 2015.

As outras receitas aumentaram 11,0%, ou R\$ 256 milhões, de R\$ 2.321 milhões em 2015 para R\$ 2.577 milhões em 2016, principalmente como resultado de (i) 9,6%, ou R\$ 190 milhões, de aumento em outras receitas de nosso Segmento de Soluções Financeiras em 2016, principalmente como resultado de um aumento na receita de juros e taxas de cartão de crédito, e (ii) 18,7%, ou R\$ 56 milhões, de aumento em outras receitas de nosso segmento de Varejo, principalmente como resultado de um aumento em nossas receitas de aluguel em nossos shoppings e galerias.

Nosso lucro bruto aumentou para R\$ 9.501 milhões em 2016, de R\$ 8.405 milhões em 2015, principalmente como resultado de (i) maiores vendas e melhorias na gestão de nossos estoques, levando a uma redução das perdas de estoques em nosso Segmento Atacadão, (ii) melhoria de nosso modelo comercial em todos os formatos, (iii) melhores negociações com nossos fornecedores, (iv) redução de custos e melhoria na eficiência de nossa cadeia de suprimentos, (v) maiores receitas de locação de nossas galerias e shoppings, e (vi) maior lucro bruto de postos de combustível e drogarias.

Enquanto a margem de lucro bruto de ambos os Segmentos Atacadão e de Varejo aumentou em 2016 quando comparada a 2015, nossa margem de lucro bruto consolidado, expressa em percentual das vendas líquidas, diminuiu ligeiramente 30 pontos base para 21,1% em 2016 de 21,4% em 2015, refletindo a maior contribuição para atividade total de nosso segmento Atacadão, que opera com uma margem de lucro bruto menor do que o nosso segmento de Varejo.

Nossas despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram 10,5%, ou R\$ 584 milhões, para R\$ 6.134 milhões em 2016, de R\$ 5.550 milhões em 2015, em um ritmo mais lento do que o aumento de nossas vendas, apesar da alta inflação, refletindo nossa eficiência operacional e iniciativas de economia de custos. Como percentual da receita líquida, as despesas com vendas, gerais e administrativas diminuíram 70 pontos base, passando de 14,2% em 2016 para 13,6% em 2016, refletindo as iniciativas de otimização de custos implementadas em nossas operações de Varejo e dentro de nossa matriz, bem como a rígida disciplina de despesas operacionais vigente em nosso Segmento Atacadão.

Como resultado do aumento dos lucros brutos em nossos três segmentos e de nossas medidas de redução de custos e controle para conter os aumentos de custos impulsionados pela inflação dentro de nossas vendas, gerais e administrativas, nosso EBITDA Ajustado consolidado aumentou R\$ 514 milhões em comparação com 2015, para R\$ 3.381 milhões (representando 7,5% das vendas líquidas).

Nossa depreciação e amortização aumentaram 9,5%, ou R\$ 50 milhões, para R\$ 574 milhões em 2016 de R\$ 524 milhões em 2015, principalmente como resultado de um aumento de R\$ 1.024 milhões no valor contábil do nosso imobilizado em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015, resultante do nosso programa de renovação e revitalização de lojas, a expansão nos Segmentos Atacadão e de Varejo e investimentos em tecnologia e sistemas de informação, conforme explicado acima.

Nossa despesa financeira líquida aumentou 11,1%, ou R\$ 78 milhões, para R\$ 781 milhões em 2016 de R\$ 703 milhões em 2015, devido principalmente ao aumento nos custos de financiamentos em R\$ 97 milhões, de R\$ 465 milhões em 2015 para R\$ 562 milhões em 2016, decorrente do aumento da taxa de juros média do CDI em 2014 e 2015.

Nossa despesa de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferida, diminuiu 13,8%, ou R\$ 82 milhões, para R\$ 511 milhões em 2016, de R\$ 593 milhões em 2015, principalmente em decorrência da redução de nossa alíquota efetiva consolidada de 38% 2015 a 27% em 2016. A redução de nossa alíquota efetiva deveu-se, principalmente, ao reconhecimento de um ativo fiscal diferido de R\$ 137 milhões referente a prejuízos fiscais retidos no nosso segmento de Varejo, com base nos rendimentos tributáveis gerados nos dois últimos anos.

Em decorrência do exposto, nosso lucro líquido do exercício aumentou 38,4%, ou R\$ 378 milhões, para R\$ 1.363 milhões em 2016, de R\$ 985 milhões em 2015. Como percentual da receita líquida, o lucro líquido do exercício aumentou para 3,0% em 2016 de 2,5% em 2015.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Geramos R\$ 1.052 milhões em fluxo de caixa livre em 2016 comparado a R\$ 288 milhões em 2015. O aumento do fluxo de caixa livre durante o período de dois anos deveu-se principalmente ao aumento do EBITDA descrito acima e à melhor gestão do nosso capital de giro, parcialmente compensado por nossas maiores despesas de capital, refletindo nossos programas de renovação e revitalização de lojas nos Segmentos de Varejo e Atacadão bem como a nossa estratégia de expansão no Segmento Atacadão. Nosso fluxo de caixa livre para 2016 foi suficiente para cobrir nossa dívida líquida de R\$ 838 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014

Nossas vendas líquidas aumentaram 12,7%, ou R\$ 4.405 milhões, para R\$ 39.217 milhões em 2015, de R\$ 34.812 milhões em 2014, impulsionado principalmente pelo aumento de 17,9% nas vendas líquidas no segmento Atacadão, enquanto as vendas em nosso Segmento de Varejo cresceram 5,4%. O crescimento de nossas vendas líquidas deveu-se, principalmente, a um aumento de 8,2% em nossas vendas LFL, impulsionadas pelo Segmento Atacadão. A abertura de 15 atacados de autosserviço e de entrega e 17 lojas de conveniência em 2015, bem como o programa de renovação e revitalização em andamento de nossas lojas de varejo, também influenciaram no forte aumento nas vendas líquidas.

As vendas líquidas de produtos alimentares em nossas lojas aumentaram 15,1%, ou R\$ 4.170 milhões, para R\$ 31.876 milhões em 2015, de R\$ 27.706 milhões em 2014, impulsionados pelo aumento nas vendas de nosso Segmento Atacadão e por uma performance sólida no Segmento de Varejo e o impacto positivo do nosso programa de revitalização atualmente em implementação nos nossos hipermercados. As vendas líquidas de produtos não-alimentares diminuíram 1,3%, ou R\$ 62 milhões, de R\$ 4.603 milhões em 2014 para R\$ 4.541 milhões em 2015, refletido principalmente pela redução da renda média em muitos lares brasileiros atingidos pelo desemprego consecutivo de recessão econômica. Outras vendas cresceram 11,9%, ou R\$ 297 milhões, para R\$ 2.800 milhões em 2015 de R\$ 2.503 milhões em 2014.

As outras receitas aumentaram 19,7% ou R\$ 382 milhões, passando de R\$ 1.939 milhões em 2014 para R\$ 2.321 milhões em 2015, principalmente como resultado de um aumento de 31,4%, ou R\$ 472 milhões, em receita de juros e receita de taxas de nosso Segmento de Soluções Financeiras, refletindo um aumento em nossa carteira média de crédito para os anos, bem como uma maior receita de contas em atraso devido à recessão econômica. Isso foi parcialmente compensado por uma redução de 18,5%, ou R\$ 68 milhões, nas outras receitas do nosso Segmento de Varejo.

Nosso lucro bruto aumentou para R\$ 8.405 milhões em 2015, de R\$ 7.466 milhões em 2014, devido principalmente ao aumento do volume de vendas nos Segmentos Atacadão e de Varejo. Nossa margem bruta de lucro, expressa em percentual da receita líquida, manteve-se estável em ambos os períodos em 21,1%, devido ao forte desempenho da margem bruta nos dois Segmentos, compensado pela maior contribuição do nosso Segmento Atacadão, que opera com uma taxa de margem menor, no total líquido das receitas.

Nossas despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram 8,5%, ou R\$ 433 milhões, para R\$ 5.550 milhões em 2015, de R\$ 5.117 milhões em 2014, a um ritmo mais lento do que o crescimento de nossas vendas líquidas. Apesar da alta inflação do período, como porcentagem das vendas líquidas, nossas despesas com vendas, gerais e administrativas diminuíram 50 pontos base, para 14,2% em 2015, de 14,7% em 2014, refletindo as iniciativas de otimização de custos implementadas em nosso Segmento de Varejo e dentro de nossa sede administrativa, bem como o rigoroso controle das despesas no nosso Segmento Atacadão.

Como resultado do aumento dos lucros brutos em nossos três segmentos e de nossas medidas de redução de custos e controle para conter os aumentos de custos impulsionados pela inflação dentro de nossas vendas, gerais e administrativas, nosso EBITDA Ajustado consolidado aumentou R\$ 509 milhões no ano de 2015 em relação a 2014 (representando 7,3% das vendas líquidas). Nossa amortização aumentou 28,1%, ou R\$ 115 milhões, para R\$ 524 milhões em 2015, de R\$ 409 milhões em 2014, refletindo principalmente um aumento nas despesas de depreciação como resultado de um aumento no valor contábil de nossos bens e equipamentos resultantes da retomada da renovação de lojas e revitalização de investimentos em 2014, e de nossa expansão através a abertura de 15 atacados de autosserviço e de entrega no Atacadão e 17 novas lojas de conveniência em nosso Segmento de Varejo em 2015.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nossa despesa financeira líquida aumentou R\$ 205 milhões, passando de R\$ 498 milhões em 2014 para R\$ 703 milhões em 2015, principalmente devido ao aumento de 250 pontos base no custo médio de nossa dívida financeira, para 14,3% em média em 2015 de 11,8% em média em 2014, após o aumento das taxas de juros no Brasil no mesmo período, como ilustrado pelo aumento da taxa de juros média do CDI para 13,2% em 2015 de 10,8% em 2014.

Nossa despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferida aumentou R\$ 47 milhões, passando de R\$ 546 milhões em 2014 para R\$ 593 milhões em 2015, principalmente como resultado de um aumento em nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social de 22,9%, ou R\$ 294 milhões, o que foi parcialmente compensado por uma redução de nossa alíquota efetiva consolidada para 38% em 2015 de 43% em 2014.

Como resultado do exposto, nosso lucro líquido do exercício aumentou 33,6%, ou R\$ 248 milhões, para R\$ 985 milhões em 2015, de R\$ 737 milhões em 2014. Como percentual das vendas líquidas, o lucro líquido do ano aumentou para 2,5% em 2015 de 2,1% em 2014.

Geramos R\$ 288 milhões em fluxo de caixa livre em 2015 comparado a R\$ 638 milhões aplicados (ou seja, uma saída) em 2014. O aumento do fluxo de caixa livre durante o período deveu-se, principalmente ao maior EBITDA gerado e à melhoria na gestão de nosso capital de giro, parcialmente compensada por nossas maiores despesas de capital, refletindo nossos programas de renovação e revitalização de lojas nos Segmentos de Varejo e Atacadão, bem como nossa estratégia de expansão no Segmento Atacadão.

Responsabilidade social corporativa

Apoiamos iniciativas que conduzem ao desenvolvimento sustentável de nosso setor, a fim de contribuir para o desenvolvimento de nossa Companhia e sociedade como um todo. Nós também aderimos a práticas corporativas de responsabilidade social nos mercados em que operamos, e estamos engajados em diversas iniciativas neste sentido, notavelmente, nosso combate ao trabalho escravo, que é focado em diligências e auditorias de nossa cadeia de fornecedores, e nossa plataforma para valorizar e ampliar a diversidade, através de uma política de inclusão e promoção de igualdade entre nossos empregados e demais parceiros.

Nós, como parte do Grupo Carrefour e de acordo com as orientações de nossa matriz, Carrefour S.A, temos diversas políticas e iniciativas em andamento e sob implementação no Brasil que atendem a preocupações ambientais relacionadas a nossas atividades. Tais políticas e iniciativas podem ser divididas em quatro grupos diferentes, focados em (1) prevenção ao desperdício, que inclui ações com consumidores com o propósito de chamar atenção ao problema de desperdício, e parcerias com terceiros para fornecer treinamento aos nossos funcionários, (2) emissão de carbono e recursos naturais, incluindo iniciativas visando controlar nossas emissões de carbono, utilizando 100% de energia renovável, e promovendo uso responsável de água, (3) resíduos, com foco no nosso projeto de reciclagem "Carrefour Re-Ciclo", que garante benefícios aos consumidores participantes de nossas ações de reciclagem, e (4) preservação e gestão de riscos ambientais, que inclui ações relacionadas à implementação de uma plataforma de gado, definindo junto ao Grupo Carrefour práticas a serem observadas na compra de soja e peixaria, e o desenvolvimento de uma fazenda urbana dentro das lojas, em conjunto com outras ações.

Funcionários

Parte de nossa estratégia é reforçar continuamente nossa cultura baseada em desempenho que encoraja o trabalho em equipe, alimenta o engajamento profissional e a liderança e contribuição para a atração de talentos, retenção e desenvolvimento.

Como parte do Grupo Carrefour, temos construído nossa cultura ao longo dos anos para sermos implacavelmente focados em resultados através de metas bem definidas, e encorajamos nosso pessoal com valores na busca de nossa missão de ser o varejista mais querido e preferido no Brasil, reconhecido por sua excelência e inovação, com uma equipe que age de maneira colaborativa, com responsabilidade e paixão, cuidando de nossas pessoas e de cada detalhe para agradar aos nossos consumidores. Acreditamos que criamos uma cultura corporativa que encoraja a atração e integração de talentos, trabalho em equipe, empoderamento com responsabilidade, meritocracia e diversidade. Nós desejamos reforçar essa cultura continuamente para aprimorar ainda mais nossa habilidade de desenvolver uma equipe talentosa de profissionais altamente capacitados e, consequentemente, consolidar nossa posição de liderança nos Segmentos de Varejo, Atacadão e de Soluções Financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Todos nossos funcionários estão alocados no Brasil, em nossas lojas e pontos de venda localizados em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, nossos centros de distribuição e na matriz em São Paulo. As informações sobre o número de empregados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir:

	2016	2015	2014
Diretores seniores	78	74	70
Diretores	194	182	173
Gerentes	974	876	808
Outros funcionários	78.302	74.827	71.843
Número médio de funcionários do Grupo	79.548	75.959	72.894
Número de funcionários do Grupo no final do	77.522	74.392	71.213

Auditores independentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Atacadão S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Nossa contratação de auditores independentes e de serviços prestados por eles exigem que eles mantenham sua independência, objetividade e integridade nos serviços prestados. Como tal, nossos auditores independentes (i) não podem auditar o seu próprio trabalho (ii) não pode agir ou assumir responsabilidades gerenciais em nosso nome e (iii) não pode advogar para nós ou fornecer quaisquer outros serviços que irão contrariar essas restrições.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381/03, declaramos que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a KPMG prestou outros serviços que não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras cujos honorários foram de R\$ 1.696 mil.

Notas Explicativas

NOTA 1: OPERAÇÕES

Atacadão S.A. ("Atacadão" ou a "Companhia"), diretamente ou através de suas subsidiárias ("Grupo Carrefour Brasil", "Grupo" ou "Nós") atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos através de sua cadeia de lojas de atacado de autosserviços e atacados de entrega, hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, postos de gasolina, farmácias e e-commerce, principalmente sob os nomes comerciais "Atacadão" e "Carrefour".

Para dar suporte ao seu núcleo varejista, o Grupo também oferece serviços bancários aos clientes, sob o nome comercial "Banco CSF", empresa supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Banco Carrefour Soluções Financeiras ("Banco CSF") oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e "Atacadão" (veja nota 34 – Eventos Subsequentes) que podem ser utilizados nas lojas do Grupo Carrefour Brasil e em outros lugares, empréstimos ao consumidor e outros produtos, como apólices de seguro.

A sede do Grupo Carrefour Brasil está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A controladora final da Companhia é a Carrefour S.A., empresa francesa listada na Bolsa de Valores de Paris.

NOTA 2: BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de maio de 2017.

As demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e a participação do Grupo nos lucros e prejuízos e nos ativos líquidos de um empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Conforme divulgado na nota 4.2.2. A Companhia incorporou sua antiga controladora Brepá Comércio e Participações Ltda. ("Brepá") em 31 de outubro de 2014. Como as empresas estavam sob controle comum no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia está apresentando seus resultados operacionais, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa do Grupo como se a incorporação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2014.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRSs"), emitidas pela *International Accounting Standards Board* ("IASB") utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 são aplicáveis as informações comparativas de 2015 e 2014. Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas Explicativas

As IFRSs, compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRIC) e do Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

2.2 Novas normas publicadas ainda não vigentes

O Grupo decidiu não adotar antecipadamente as seguintes normas, alterações e interpretações que não eram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016:

- CPC 48 (IFRS 9) – *Instrumentos Financeiros* (aplicáveis em períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018). Esta nova norma, que descreve os princípios a serem aplicados para a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, substitui o CPC 38 (IAS 39)– *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. As principais alterações no CPC 48 (IFRS 9) incluem (1) Introdução de uma abordagem única para classificar e medir instrumentos financeiros (2) um novo modelo de perda de crédito com base nas perdas esperadas, em oposição ao modelo de perda incorrida atualmente aplicável e (3) Simplifica os requisitos atuais para alinhar a contabilidade de hedge com a gestão de risco, permitindo uma maior variedade de instrumentos financeiros derivativos que podem ser designados como instrumentos de hedge. O Grupo está atualmente preparando a adoção pela primeira vez da IFRS 9, que afetará principalmente o negócio da subsidiária de soluções financeiras (Banco CSF S.A). Nesta fase do processo, não é possível estimar razoavelmente os efeitos do CPC 48 (IFRS 9) na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros; ou sobre o montante das provisões para perdas de crédito sobre ativos financeiros; e devido ao fato de que o IASB ainda está trabalhando no desenvolvimento de um novo modelo de contabilidade macro de hedge, o CPC 48 (IFRS 9) permite que as entidades escolham sua política contábil e optem por continuar adotando os requisitos do CPC 38 (IAS 39), o Grupo espera manter suas atuais políticas contábeis de hedge de acordo com o CPC 38 (IAS 39).
- CPC 47 (IFRS 15) – *As Receitas provenientes de Contratos com os Clientes*, aplicáveis em períodos contábeis iniciados em ou após 01 de janeiro de 2018. Esta norma, que substitui o CPC 30 (IAS 18) – *Receitas* e CPC 17 (IAS 11)– *Contratos de Construção* e as interpretações relacionadas, define o modelo de reconhecimento de receita a ser utilizado nas demonstrações financeiras de CPC (IFRS). O Grupo realizou uma avaliação preliminar do CPC 47 (IFRS 15), a qual encontra-se sujeita a alterações decorrentes de uma análise mais detalhada em curso, além disso, o Grupo está considerando os esclarecimentos emitidos pelo IASB em abril de 2016 e monitorará quaisquer desenvolvimentos futuros que possam ter impacto sobre o montante e o momento de reconhecimento de receitas pelo Grupo. Na preparação para CPC 47 (IFRS 15), o Grupo considera: (1) Vendas de mercadorias - os contratos com clientes em que a venda de mercadorias é geralmente esperado para ser a única obrigação de desempenho não devem ter qualquer impacto sobre o resultado do Grupo. O Grupo espera que o reconhecimento de receita para ocorrer em um momento em que o controle da mercadoria é transferido para o cliente, geralmente no momento da entrega da mercadoria; (2) Consideração variável - alguns contratos com clientes fornecem um direito de retorno, descontos comerciais ou descontos por volume. Atualmente, o Grupo reconhece a receita com a venda de produtos medidos pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido de devoluções e abatimentos, descontos comerciais e abatimentos de volume. Se a receita não puder ser mensurada de forma confiável, o Grupo adia o reconhecimento de receita até que a incerteza seja resolvida. Essas provisões dão origem a uma contrapartida variável de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) e deverão ser estimadas no início do contrato. O CPC 47 (IFRS 15) exige que a consideração variável estimada seja restringida para evitar o excesso de reconhecimento de receita. O Grupo continua a avaliar contratos individuais para determinar a consideração variável estimada e a restrição relacionada. O Grupo espera que a aplicação da restrição possa resultar em mais receitas diferidas do que nos CPC (IFRS) atuais e (3) Requisitos de apresentação e divulgação.

Notas Explicativas

- IFRS 16 – *Arrendamentos* (aplicável de acordo com o IASB em períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, é permitida a adoção antecipada, mas não antes que uma entidade aplique o CPC 47 (IFRS 15)). Esta norma, que substituirá o CPC 06 (IAS 17) - Arrendamento mercantil e as respectivas interpretações, estabelece os princípios para o reconhecimento de arrendamentos e traz a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários sob um único modelo, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros. Consequentemente, afetará a apresentação de arrendamentos operacionais na demonstração do resultado (com pagamentos de arrendamento atualmente reconhecidos em despesas operacionais distribuídas entre o encargo financeiro e a redução do passivo em aberto), a demonstração dos fluxos de caixa (com reembolso do passivo por arrendamento e o encargo financeiro relatado no caixa líquido de / (usados em) atividades de financiamento) e o balanço patrimonial (com o direito de uso do ativo registrado nos ativos e o correspondente passivo de arrendamento registrado no passivo). O Grupo está atualmente preparando a adoção pela primeira vez desta nova norma. Com base em nossa análise preliminar, o impacto do IFRS 16 será sobre os contratos de arrendamento existentes para hipermercados, supermercados, lojas de conveniência e lojas de caixa, classificadas pela IAS 17 como arrendamentos operacionais. Vide nota 16 Propriedade arrendada.
- Alterações do CPC 32 (IAS 12) - Reconhecimento de Impostos Diferidos para Perdas Não Realizadas (aplicável de acordo com o IASB em exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017).
- Alterações do CPC 03 (IAS 7) - Iniciativa de Divulgação (aplicável de acordo com o IASB em períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017).
- Alterações ao CPC 36 (IFRS 10) e CPC 18 (IAS 28) - Vendas ou Contribuições de Ativos entre um Investidor e sua Associada / Joint Venture (pedido adiado indefinidamente pelo IASB).
- Alterações do CPC 10 (IFRS 2) - *Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações* (aplicáveis de acordo com o IASB em exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018).
- Alterações do CPC 11 (IFRS 4) - *Aplicando ao CPC 48 (IFRS 9) "Instrumentos Financeiros" com o CPC 11 (IFRS 4) "Contratos de Seguros"* (aplicáveis de acordo com o IASB em exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018).
- Alterações ao CPC 28 (IAS 40) - *Transferência de Propriedade para Investimento* (aplicável de acordo com o IASB em períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018).
- IFRIC 22 - *Transações em Moeda Estrangeira e Considerações Antecipadas* (aplicável de acordo com o IASB em períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018).
- Ciclo de Melhorias Anuais dos CPC (IFRS) 2014-2016.

Os possíveis impactos da aplicação destas normas, interpretação e/ou alterações sobre as demonstrações financeiras, estão sendo analisadas pela Companhia.

Não há outras normas, interpretação e/ou alterações de normas que o Grupo espera que possa gerar impacto relevante decorrente da aplicação em suas demonstrações financeiras.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dizem respeito a:

Notas Explicativas

- Nota 8 - as principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- Nota 9 - provisão para redução ao valor recuperável do ICMS e Substituição Tributária do ICMS (ICMS ST);
- Nota 14.2, 15.1 e 15.2 - valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizado;
- Nota 18 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais.
- Nota 19 - mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- Nota 28.6 - provisão para créditos de liquidação duvidosa de soluções financeiras.

2.4. Métodos de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.5. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

O Grupo elaborou demonstrações dos valores adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

NOTA 3: EVENTOS SIGNIFICATIVOS DO ANO

3.1 – Lançamento e-commerce

Capitalizando a sua experiência global de *e-commerce*, o Carrefour Indústria e Comércio Ltda. ("CCI") lançou o seu site de comércio eletrônico, em julho de 2016, concentrando-se em categorias não alimentares e, posteriormente, a abertura do seu Market Place, no final de 2016.

Esse lançamento representa um passo na implantação da estratégia "*omni-channel*" e um novo canal para abordar novos padrões de consumo, através de variedades para a casa e a família, uma experiência de compras on-line agradável e entrega impecável além de outros serviços, alavancando sinergias de compras com lojas e soluções de crédito oferecidas pela Banco CSF.

Esta operação de mercado está alavancando a força da marca Carrefour, ampliando assim o sortimento em categorias selecionadas com baixo investimento (Capex) e capital de giro.

Desde novembro de 2016, os produtos não alimentícios têm sido enviados para todo o Brasil (quatro meses após o lançamento).

O CCI planeja lançar sua operação de e-commerce com alimentos em 2017.

Notas Explicativas

3.2 – Cartão de Crédito Atacadão

Em 2 de junho de 2016, o Conselho de Administração do Banco CSF e do Atacadão aprovaram junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (acionista não controlador do Banco CSF com participação de 49%) um contrato de direito de exclusividade de oferecer soluções financeiras nas lojas do Atacadão.

O acordo representa uma oportunidade para criar um novo negócio, replicando o sucesso do Banco CSF no Atacadão, além de uma proposta atraente para os clientes do Atacadão, que reforçará sua atratividade.

O Banco CSF oferecerá cartões de crédito "co-branded" (Atacadão + Visa ou MasterCard) com benefícios exclusivos para seus clientes.

O acordo prevê que, nos primeiros 4 anos de parceria, o cartão da marca Banco CSF seja o único cartão de crédito aceito no Atacadão.

Os cartões de crédito são reservados exclusivamente para pessoas físicas e pequenas empresas que adquirem como indivíduos.

3.3 – Expansão

O Grupo tem uma presença nacional com uma rede de 576 pontos de vendas, e prosseguiu com a sua expansão em 2016.

Um destaque foi a expansão das lojas de conveniência, com a abertura de 49 lojas "Carrefour Express", elevando o total para 70 lojas, principalmente na região de São Paulo.

O Atacadão abriu 12 lojas em 2016, totalizando uma rede de 135 lojas e 22 operações de atacado de entrega.

NOTA 4: BASE DE CONSOLIDAÇÃO

4.1. Políticas Contábeis

Base de Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Grupo adquire controle) até à data em que o Grupo deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação do Grupo em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

(i) Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Grupo é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Grupo considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Grupo.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle. Os resultados das controladas vendidas durante o exercício ou que o Grupo deixa de controlar estão incluídos até à data em que o controle cessar.

(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint-ventures)

As entidades nas quais o Grupo exerce uma influência significativa (coligadas) e as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle conjunto e que correspondem à definição de empreendimento controlada em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme explicado na Nota 13 "Investimentos".

Influência significativa é o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Em 31 de dezembro 2016, 2015 e 2014, o Grupo não possui participação em coligadas.

Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requer o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Notas Explicativas

Combinações de negócios

As combinações de negócios, definidas como transações em que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio, são contabilizados pelo método de aquisição. As combinações de negócios realizadas desde 1º de janeiro de 2010 são mensuradas e reconhecidas conforme descrito abaixo, de acordo com o CPC 15 (IFRS 3) - Combinações de Negócios.

- Na data de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos e mensurados pelo valor justo.
- O ágio corresponde ao excesso da (i) soma da contraprestação transferida (ou seja, o preço de aquisição) e o valor de qualquer participação da não controladora sobre a adquirida, sobre (ii) o valor líquido dos valores na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. É registrado diretamente no balanço patrimonial da adquirida, e é subsequentemente testado para eventual redução ao seu valor recuperável (*impairment*) ao nível do grupo de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") que corresponde à informação por segmento a que a adquirida pertence, pelo método descrito na Nota 15.3. Qualquer ganho proveniente de compra vantajosa (ou seja, deságio) é reconhecido diretamente no resultado.
- Para as combinações de negócios em uma base inferior a 100%, os componentes na data de aquisição das participações dos não controladores na adquirida (ou seja, participação destas não controladoras na parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida) são mensurados pelo:
 - Valor justo, de forma que parte do ágio reconhecido no momento da combinação de negócios seja alocado à participação de não controladores (método de "ágio integral"), ou
 - a parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, de modo que apenas o ágio atribuível ao Grupo seja reconhecido (método "ágio parcial").

O método utilizado é determinado numa base de transação a transação.

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

- Os montantes provisionados reconhecidos para uma combinação de negócios podem ser ajustados durante um período de mensuração que termina logo que o Grupo receba as informações que procurava sobre os fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição ou saiba que não é possível obter mais informação ou o mais tardar 12 meses a partir da data de aquisição. Ajustes durante o período de mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, ou contraprestação transferida, são compensados por um ajuste correspondente ao ágio, desde que resulte de fatos e circunstâncias que existiam à data de aquisição. Quaisquer ajustes identificados após o final do período de mensuração são reconhecidos diretamente no resultado.
- Para uma combinação de negócios realizada em estágios (aquisição por etapas), quando o controle é adquirido, a participação de capital anteriormente mantida é reavaliada pelo valor justo por meio do resultado. No caso de redução da participação societária do Grupo, resultando em perda de controle, as participações remanescentes são também mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Os custos de transação são registrados diretamente como uma despesa operacional no período em que são incorridos.

Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

Qualquer alteração na participação do Grupo numa controlada após uma combinação de negócios que não resulte no controle adquirido ou perdido é qualificada como uma transação com os proprietários na sua qualidade de proprietários e registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta contábil "Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários", de acordo com o CPC 36 (IFRS 10) – *Demonstrações Financeiras Consolidadas*. O correspondente fluxo de caixa, entrada ou saída de caixa é apresentado na demonstração consolidada dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento.

Conversão de operações em moeda estrangeira

As transações efetuadas por entidades do Grupo numa moeda diferente da sua moeda funcional são inicialmente convertidas à taxa de câmbio na data da transação.

Em cada período, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento do período e o ganho ou perda cambial resultante é registrado na demonstração de resultado.

Transações eliminadas na consolidação

As transações e saldos intragrupo e quaisquer rendimentos ou despesas não realizados decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com controladas registradas na equivalência patrimonial são eliminados dos investimentos proporcionalmente à participação detida naquela controlada. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

4.2. Principais eventos ocorridos e seus efeitos na apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

4.2.1. Principais eventos de 2016 e 2015

Não houve aquisições materiais ou desinvestimentos nos exercícios de 2016 e 2015.

4.2.2. Principais eventos de 2014

A Companhia incorporou sua antiga controladora Brepa Comércio e Participações Ltda. ("Brepa") em 31 de outubro de 2014. Como as empresas estavam sob controle comum no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia está apresentando seus resultados operacionais, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa do Grupo como se a fusão tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2014.

a. Alterações no capital social da antiga controladora (Brepa) antes da reestruturação societária

Em 11 de junho de 2014 e 12 de junho de 2014, antes da reestruturação societária descrita abaixo, foi aprovado aumento de capital pelo Carrefour Nederland BV na Brepa, a antiga controladora do Atacadão, no montante de R\$ 349 milhões em caixa.

b. Reestruturação societária

Por deliberação de seus acionistas, a administração do Grupo, aprovou o processo de reestruturação societária da Companhia e suas controladas, contemplando as seguintes deliberações:

- Transformação da empresa de responsabilidade limitada em Sociedade por Ações e alteração da denominação social

Em 19 de novembro de 2014, em Assembleia Geral foi aprovada a alteração do Atacadão Distribuição Comércio e Indústria Ltda. (sociedade de responsabilidade limitada) para uma sociedade por ações e alteração de sua denominação social para Atacadão S.A.

- Aquisição de participação de quotistas minoritários

Em 21 de novembro de 2014, a Brepa adquiriu as participações minoritárias detidas pelas empresas Francofin B.V. e GMR S.A., duas empresas sob controle do Grupo Carrefour França, no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (CCI ou Carrefour) pelo valor de R\$ 386 milhões. A diferença entre o valor pago pela aquisição das participações minoritárias e o valor contábil da participação minoritária anteriormente registrada no patrimônio líquido na data da transação, de R\$ 282 milhões, foi registrada diretamente no patrimônio líquido da Companhia na conta de "Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários", sem efeitos na mensuração dos ativos e passivos da Companhia.

Notas Explicativas

- Incorporação da Brepa Comércio e Participações Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2014, foi aprovada a incorporação da ex-acionista controladora Brepa Comércio e Participações Ltda. pela Companhia, com base nos saldos contábeis de 31 de outubro de 2014. O acervo líquido apurado em laudo de avaliação, no valor de R\$ 4.453 milhões, em 31 de outubro de 2014, estava assim apresentado:

	<u>R\$ milhões</u>
Ativos	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	6
Impostos a recuperar	4
Outras contas a receber de partes relacionadas	<u>67</u>
	77
Não circulante	
Depósitos judiciais	51
Investimentos	<u>4.336</u>
	4.387
Passivos	
Circulante	
Imposto de renda e contribuição social	(2)
Outras contas a pagar	<u>(9)</u>
	(11)
Ativos líquidos	<u>4.453</u>

Para fins da incorporação, o valor do investimento detido pela Brepa na Companhia, bem como outros ajustes decorrentes de transações entre partes relacionadas foram devidamente eliminados do acervo líquido.

Ao final, a incorporação resultou em um aumento do capital da Companhia de R\$ 1.097 milhões e de sua reserva de capital de R\$ 666 milhões. Com isso, a Brepa foi extinta e a Companhia a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações.

- Aumento de capital social da Companhia - capitalização de empréstimo

Em Assembleia Geral Extraordinária de 12 de dezembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 1.303 milhões, de R\$ 2.247 milhões para R\$ 3.550 milhões, por meio da capitalização de empréstimo garantido pelo nosso acionista controlador Carrefour S.A. (França).

- Aumento de capital social da Companhia - capitalização de reserva de lucros

Em Assembleia Geral Extraordinária de 12 de dezembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 505 milhões, de R\$ 3.550 milhões para R\$ 4.055 milhões. O aumento de capital foi integralizado por meio da capitalização da conta de reserva de lucros da Companhia no montante de R\$ 505 milhões, com base no balanço patrimonial em 31 de Outubro de 2014.

Devido à incorporação mencionada acima, a partir de 31 de outubro de 2014, a demonstração individual do resultado e de resultados abrangente, a mutação do patrimônio líquido individual e os fluxos de caixa individual abrangem tanto os resultados da controladora durante o exercício de 2014, bem como, os resultados gerados pelas controladas nos meses de novembro e dezembro de 2014.

Notas Explicativas

4.2.3. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2014

a) Demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2014

Devido à reestruturação societária, a partir de 31 de outubro de 2014, a Companhia passou a deter o controle das empresas anteriormente controladas pela Brepa. Dessa forma, as demonstrações individuais dos resultados e resultados abrangente, as mutações do patrimônio líquido, e os fluxos de caixa incluem os resultados os resultados da Companhia para o exercício de 2014 (12 meses), bem como, os resultados das controladas para o período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2014 (2 meses).

b) Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Conforme permitido pelas normas contábeis vigentes, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas como se a reestruturação societária de entidades sob controle comum ocorrida em 31 de outubro de 2014, tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2014, para refletir os resultados, resultados abrangentes, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa do grupo econômico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Dessa forma, as demonstrações consolidadas de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa incluem os resultados da Companhia e de suas controladas para exercício findo em 31 dezembro de 2014 (12 meses).

c) Conciliação entre os resultados individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2014

A conciliação entre os resultados individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, está apresentada a seguir:

(em milhões de Reais)	Atribuível aos		Total
	Acionistas controladores do exercício	Acionistas não controladores do exercício	
Resultado individual em 31 de dezembro de 2014	708	42	750
Resultado das controladas no período de 10 meses, de 1 de janeiro a 31 de outubro de 2014	(180)	167	(13)
Resultado consolidado do exercício em 31 de dezembro de 2014	528	209	737

Notas Explicativas

4.3. Base de consolidação em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

A lista de empresas consolidadas (controladas) é apresentada abaixo.

Não houve alterações em 2016 nos fatos e circunstâncias consideradas pelo Grupo para avaliar se as suas subsidiárias eram controladas.

Companhias	2016		2015		2014	
	% de participação Direta	Indireta	% de participação Direta	Indireta	% de participação Direta	Indireta
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Subsidiárias	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	-	99,99	-	99,99	-	99,99
Imopar Participações e Administração Imobiliária Ltda.	-	99,90	-	99,90	-	99,90
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.	-	99,99	-	99,99	-	99,99
CMBCI Investimentos e Participações Ltda.	-	99,99	-	99,99	-	-
BSF Holding S.A. - Subsidiárias	51,00	-	51,00	-	51,00	-
Banco CSF S.A.	-	51,00	-	51,00	-	51,00
Pandora Participações Ltda.	99,99	-	99,99	-	99,99	-
Rio Bonito Assessoria de Negócios Ltda.	-	99,99	-	99,99	-	99,99
Verparinvest S.A.	-	100,00	-	99,99	-	99,99
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01	-	0,01	-	0,01	-
Imopar Participações e Administração Imobiliária Ltda.	0,10	-	0,10	-	0,10	-
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.	0,01	-	0,01	-	0,01	-
CMBCI Investimentos e Participações Ltda.	0,01	-	0,01	-	-	-

O investimento em empreendimento controlada em conjunto do grupo está apresentado na nota explicativa 13.

NOTA 5: CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Bancos	433	312	261	635	451	376
Aplicações financeiras	1.609	1.664	893	2.607	2.431	1.314
Caixa e equivalente de caixa	2.042	1.976	1.154	3.242	2.882	1.690

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário (CDB) e debêntures remuneradas à taxa média ponderada de 97% da taxa de certificados de depósito interbancários (CDI) (99% em 31 de dezembro de 2015 e 95% em 31 de dezembro de 2014) na controladora e taxa média ponderada de 91% da taxa de CDI (99% em 31 de dezembro de 2015 e 95% em 31 de dezembro de 2014) no consolidado. Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados.

A exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa 28.

Notas Explicativas

NOTA 6: CONTAS A RECEBER

Políticas contábeis

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de atacado de autoserviços e atacado de entrega, recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de aluguel de shopping centers.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "Empréstimos e recebíveis" (Nota 28).

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais o Grupo é responsável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida quando necessário com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível (Nota 28).

O Grupo opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as contas a receber vendidas são desreconhecidas quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Vendas em atacado	368	286	226	368	286	226
Recebíveis de cartões de crédito	-	-	-	108	94	101
Recebíveis de aluguel de galerias	-	-	-	91	62	50
Vale alimentação	-	-	-	100	79	84
Verbas comerciais a receber (a)	162	94	114	208	140	114
Verbas comerciais a receber de partes relacionadas (a) e (b)	38	48	34	63	78	52
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13)	(10)	(7)	(37)	(23)	(63)
Contas a receber, líquidas	555	418	367	901	716	564

- (a) São representadas basicamente por valores a receber de fornecedores em decorrência de acordos comerciais efetuados no momento da compra de mercadorias para revenda, sendo que a contrapartida é registrada no resultado do exercício, como redutora do custo das mercadorias vendidas, no momento da venda.
- (b) Saldo a receber de partes relacionadas, como parte do contrato global com a Companhia controladora na França (Nota explicativa 29).

Cessão de contas a receber de clientes

As controladas CCI e Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. ("Eldorado") fizeram cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber a bancos, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. O saldo correspondente a essas operações, no montante de R\$ 555 milhões (R\$ 445 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 486 milhões em 31 de dezembro de 2014) foi baixado das contas a receber no balanço, pois as empresas transferiram substancialmente todos os riscos relacionados aos recebíveis.

Notas Explicativas

NOTA 7: ATIVIDADES DE SOLUÇÕES FINANCEIRAS

Políticas contábeis

Para dar suporte ao seu negócio de varejo, o Grupo oferece serviços bancários aos seus clientes.

As soluções financeiras oferecidas aos clientes do Carrefour e mais recentemente do Atacadão (veja nota 34 – eventos subsequentes), incluem cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, além de empréstimos de crédito ao consumo.

Devido à sua contribuição para o total de ativos e passivos do Grupo e para a sua estrutura financeira específica, este negócio secundário é apresentado separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas:

- O crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (pagamentos de cartão de crédito a receber, empréstimos pessoais, etc.) é apresentado nas demonstrações financeiras na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras".
- O financiamento destes empréstimos é apresentado na rubrica "Operação com cartão de crédito".
- Os demais ativos e passivos das atividades bancárias (imobilizado, intangível e ágio, caixa e equivalentes de caixa, impostos acumulados e custos de folha de pagamento, etc.) são apresentados nas linhas correspondentes do balanço patrimonial.
- A receita líquida das atividades bancárias é registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras receitas".
- A variação do capital corrente das atividades bancárias é registrada na demonstração dos fluxos de caixa na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras".

7.1 Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 o crédito ao consumidor totalizava R\$ 4.563 milhões (31 de dezembro de 2015: R\$ 4.262 milhões e 31 de dezembro de 2014: R\$ 3.692 milhões), conforme segue:

(em milhões de R\$)	Consolidado		
	2016	2015	2014
Títulos e créditos a receber (a)	3.324	3.041	2.786
Empréstimos e financiamentos (b)	2.021	1.913	1.329
Outros financiamentos	85	76	39
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(867)	(768)	(462)
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	4.563	4.262	3.692
Circulante:	4.435	4.158	3.627
Não circulante:	128	104	65

- (a) Os valores das compras à vista e parceladas com cartão de crédito Carrefour são administrados pelo Banco CSF S.A., que repassa os valores das vendas para o CCI descontando sua taxa de administração. A carteira de recebíveis de clientes é registrada pelo Banco CSF S.A., que assume o risco de perda decorrente das operações de cartão de crédito Carrefour.
- (b) O saldo a receber refere-se, substancialmente, às operações decorrentes do cartão de crédito do Banco CSF S.A. de clientes para os quais já foi emitido a fatura mas ainda não foi pago integralmente.
- (c) Ver também Nota explicativa 28.6.

Notas Explicativas

7.2 Operações de cartão de crédito

O saldo das operações de cartão de crédito totalizou R\$ 3.080 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.793 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2.721 milhões em 31 de dezembro de 2014), conforme segue:

(em milhões de R\$)	Consolidado		
	2016	2015	2014
Títulos de dívida (depósitos interbancários)	33	33	123
Dívida mercantil	3.047	2.760	2.598
Relacionados a cartões Visa / Mastercard	2.174	1.890	1.594
Vendas de recebíveis de cartão de crédito no cartão Carrefour	873	870	1.002
Outras	-	-	2
Operações de cartão de crédito	3.080	2.793	2.721
<i>Circulante</i>	<i>3.042</i>	<i>2.771</i>	<i>2.643</i>
<i>Não Circulante</i>	<i>38</i>	<i>22</i>	<i>78</i>

NOTA 8: ESTOQUES

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 16 (IAS 2) – Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

Os estoques são mensurados ao menor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O Grupo ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque nos últimos 12 meses.

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Produtos alimentares	2.986	2.472	1.823	3.756	3.157	2.509
Produtos não alimentares	189	178	126	967	788	741
Outros produtos	9	12	15	96	111	131
Estoques a custo	3.184	2.662	1.964	4.819	4.056	3.381
Produtos alimentares	(3)	(3)	-	(11)	(9)	(5)
Produtos não alimentares	(3)	(1)	(4)	(57)	(38)	(35)
Outros produtos	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvalorização dos estoques	(6)	(4)	(4)	(68)	(47)	(40)
Estoques, líquidos	3.178	2.658	1.960	4.751	4.009	3.341

O aumento dos estoques do Grupo foi gerado principalmente pelo lançamento do e-commerce (em julho de 2016) e expansão acelerada nas lojas de conveniência e atacado de autoserviço.

Adicionalmente, os estoques foram reduzidos em R\$ 6 milhões (2015: 4 milhões e 2014: 4 milhões) na controladora e R\$ 68 milhões (2015: R\$ 47 milhões e 2014: R\$ 40 milhões) no consolidado como resultado de redução ao valor recuperável líquido. Tais reduções foram reconhecidas como despesa nos respectivos exercícios.

Notas Explicativas

NOTA 9: IMPOSTOS A RECUPERAR

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
ICMS	50	52	47	276	209	175
ICMS substituição tributária (ST) (a)	36	36	35	959	799	528
ICMS a recuperar ativo imobilizado	45	40	33	46	40	34
PIS e COFINS	-	6	4	5	27	12
Outros	1	-	6	3	10	6
Provisão para perda de ICMS e ICMS ST	(28)	(28)	(28)	(299)	(272)	(216)
Impostos a recuperar	104	106	97	990	813	539
Circulante	49	70	59	256	320	172
Não circulante	55	36	38	734	493	367

- (a) A Companhia mantém centros de distribuição localizados em certos Estados e no Distrito Federal, que recebem mercadorias com ICMS e ICMS-ST que já foram pré-pagos pelos fornecedores ou pela Companhia. Desta forma, parte das mercadorias é enviada para outros Estados. Tais transações interestaduais permitem a Companhia em recuperar os montantes pré-pagos de ICMS e ICMS-ST pagas na aquisições que se tornam créditos a recuperar/compensar, baseados nas leis estaduais.

Como volume de itens adquiridos sujeitos ao ICMS-ST tem aumentado, os créditos fiscais a recuperar ou compensar pela Companhia também estão aumentando. A Companhia está realizando parte destes créditos através de pedidos de compensação, baseado no regime especial e também cumprindo com outros procedimentos requeridos pelos estados.

Com relação aos créditos que não podem ser compensados imediatamente, a administração da Companhia entende que a realização ocorrerá no curto e longo prazo, baseado em estudo de recuperação preparado pela Administração por Estado que inclui, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais do regime de substituição, previsões de crescimento futuro e de saldos consumidos por dívidas oriundas das operações. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Grupo contabilizou uma provisão para perda de créditos de ICMS para qual não há expectativa de recuperabilidade, baseado nos resultados do estudo.

O Grupo espera recuperar seus créditos de ICMS não circulante ao longo dos próximos 5 a 6 anos.

NOTA 10: OUTRAS CONTAS A RECEBER

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
De terceiros:						
Conta em garantia (a)	38	46	56	38	46	56
Adiantamento a funcionários	6	6	3	23	23	17
Sinistros a receber	-	-	19	-	-	19
Comissões e serviços	-	-	-	24	20	15
Precatório de IPTU	-	-	-	27	4	-
Restituição de impostos e taxas	-	-	-	8	8	-
Repasse bancários	-	-	-	13	17	-
Incentivos de bandeiras de cartões de crédito	-	-	-	11	6	-
Outras contas a receber	14	14	17	33	33	51
De partes relacionadas:						
Repasse de despesas (b)	1	-	69	16	17	12
Outras contas a receber	59	66	164	193	174	170
Circulante	22	23	101	111	114	105
Não circulante	37	43	63	82	60	65

- (a) Refere-se a valores a receber de ex-cotistas da Companhia, decorrentes de despesas relacionadas a autos de infração e outras despesas cujo fato gerador é anterior à aquisição da Companhia pelo Grupo Carrefour. A prestação de contas é realizada anualmente entre as partes conforme previsto em contrato.
- (b) Saldo a receber de partes relacionadas (nota explicativa 29).

Notas Explicativas

NOTA 11: TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco CSF, controlada do Grupo, não adota como estratégia a aquisição de títulos e valores mobiliários com o objetivo de ser negociada ativa e frequentemente. Desta forma, a carteira de títulos foi classificada na categoria "disponível para venda".

A carteira de títulos foi composta da seguinte forma:

2016		Consolidado			
<i>(em milhões de R\$)</i>	Valor de custo atualizado	Dentro de 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Ajuste de Valor Justo
Títulos					
Carteira livre:					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	235	-	235	235	-

2015		Consolidado			
<i>(em milhões de R\$)</i>	Valor de custo atualizado	Dentro de 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Ajuste de Valor Justo
Títulos					
Carteira livre:					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	206	-	206	206	-

2014		Consolidado			
<i>(em milhões de R\$)</i>	Valor de custo atualizado	Dentro de 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Ajuste de Valor Justo
Títulos					
Carteira livre:					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	271	162	109	271	-

NOTA 12: DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Políticas contábeis

Os depósitos e bloqueios judiciais do Grupo são registrados pelo montante pago quando o depósito ou garantia é exigido, e posteriormente ajustado para refletir a inflação. São apresentados como ativos não circulantes, uma vez que se espera que sejam utilizados a partir de 12 meses da data do balanço.

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais.

Os depósitos e bloqueios judiciais são classificados por categoria:

<i>(em milhões de R\$)</i>	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Tributários	116	106	96	1.777	1.541	1.355
Trabalhistas	8	7	7	91	147	209
Cíveis	1	1	1	69	68	82
Bloqueios judiciais	-	-	-	15	27	20
Depósitos e bloqueios judiciais	125	114	104	1.952	1.783	1.666

Os depósitos judiciais tributários na posição consolidada são compostos principalmente por:

- A ação do CCI sobre a incidência de Pis-Cofins não cumulativo, que totaliza R\$ 1.040 milhões no final de dezembro de 2016 (R\$ 927 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 782 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- A ação do Banco CSF sobre a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) no valor de R\$ 265 milhões no final de dezembro de 2016 (R\$ 189 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 152 milhões em 31 de dezembro de 2014).

As provisões para os mesmos montantes são contabilizadas em cada encerramento, conforme Notas explicativas 19.2.1 e 19.2.2.

Notas Explicativas

NOTA 13: INVESTIMENTOS

Políticas contábeis

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados incluem a participação do Grupo em Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as políticas contábeis do Grupo, a partir da data de aquisição da influência significativa ou do controle conjunto até a data em que este é perdido.

A controlada em conjunto é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial e faz parte integrante das operações do Grupo e a parte do seu resultado líquido do Grupo é, portanto, reportada como um componente separado nas demonstrações consolidadas.

Controladora

Empresas	Percentual de participação	2016					Equivalência (outros resultados abrangentes)	Investimentos
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência (resultado)		
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	100,00%	9.967	4.974	4.993	528	528	-	4.993
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda	0,01%	332	176	155	17	-	-	-
Imopar Part. Adm. Imob. Ltda.	0,10%	173	173	-	-	-	-	-
Nova Tropi Empreend. Imob. Ltda.	0,01%	50	3	47	3	-	-	-
Pandora Participações Ltda.	99,99%	257	-	257	-	-	-	257
CMBCI Invest. e Particip. Ltda.	0,01%	82	16	66	(1)	-	-	-
(-) Eliminação (a)		-	-	-	-	-	-	(421)
Investimentos		10.861	5.342	5.518	547	528	-	4.829

(a) Eliminação de operação intragrupo de aquisição de direito de exclusividade na oferta e distribuição de soluções financeiras, divulgada na nota explicativa 20.

Notas Explicativas

2015

Empresas	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência (resultado)	Equivalência (outros resultados abrangentes)	Investimentos
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	100,00%	8.947	4.999	3.949	202	202	5	3.949
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01%	320	181	138	14	-	-	-
Imopar Part. Adm. Imob. Ltda.	0,10%	224	173	51	7	-	-	-
Nova Tropi Empreend. Imob. Ltda.	0,01%	47	2	45	4	-	-	-
Pandora Participações Ltda.	99,99%	181	-	180	6	6	-	180
CMBCI Invest. e Particip. Ltda.	0,01%	45	-	45	(1)	-	-	-
Investimentos		9.764	5.355	4.408	232	208	5	4.129

2014

Empresas	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência (b)	Investimentos
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	100,00%	7.921	6.220	1.701	118	118	1.701
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01%	301	199	102	(14)	-	-
Imopar Part. Adm. Imob. Ltda.	0,10%	217	173	44	(3)	-	-
Nova Tropi Empreend. Imob. Ltda.	0,01%	44	3	41	2	-	-
Pandora Participações Ltda.	99,99%	175	-	175	3	3	175
Investimentos		8.658	6.595	2.063	106	121	1.876

(b) Equivalência sobre as movimentações de resultado de Novembro e Dezembro de 2014, a partir da data da incorporação da Brepa.

Movimentação dos saldos

	2014				2015				2016			
	Aumento / redução de capital	Outros resultados abrangentes	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 2015	Aumento de capital	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 2016			
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	1.701	2.041	202	3.949	517	-	-	528	4.993			
Pandora Participações Ltda.	175	-	6	180	76	-	-	-	257			
Investimentos	1.876	2.041	208	4.129	593	-	-	528	5.250			

Notas Explicativas

Consolidado

O saldo de R\$ 66 milhões (R\$ 45 milhões em 31 de dezembro de 2015) refere-se à participação de 50% detida pela CMBCI Investimentos e Participações Ltda. em um empreendimento controlado em conjunto, a Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A., contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. O prejuízo apurado no exercício foi de R\$ 528 mil (R\$ 1.765 mil em 31 de dezembro de 2015).

A Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. atua em (i) desenvolvimento, implantação, operação comercial e administrativa, incluindo leasing de espaços comerciais e publicitários, áreas de estacionamento operacionais e atividades correlatas, bem como outros empreendimentos de construção e imóveis em seu shopping center localizado na Capital do Estado de São Paulo e denominada Cosmopolitano Shopping; (ii) compra e venda de imóveis próprios não envolvendo intermediação ou corretagem e (iii) participação em outras sociedades.

Notas Explicativas

NOTA 14: PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO E IMOBILIZADO

14.1 Propriedade para investimentos

Políticas contábeis

CPC 28 (IAS 40) – *Propriedade para Investimento* define propriedade para investimento como propriedade (terrenos ou edifícios ou ambos) mantida para obter aluguéis ou para valorização de capital ou ambos. Com base nesta definição, as propriedades de investimento detidas pelo Grupo são constituídas por centros comerciais (unidades de varejo e de serviço localizadas atrás da área de check-out das lojas) que são exclusivamente objeto de locação financeira e representam uma área locável de pelo menos 2.500 metros quadrados. Estes ativos geram fluxos de caixa que são amplamente independentes dos fluxos de caixa gerados pelos outros ativos de varejo do Grupo.

Os ativos classificados como propriedades de investimento têm vida útil de 40 anos, e são reconhecidas ao custo.

A receita de aluguel gerada por propriedades de investimento é registrada na demonstração de resultado em "Outras receitas" de forma linear ao longo do prazo da locação. Benefícios ou descontos concedidos pelo Grupo como parte dos acordos de arrendamento fazem parte integrante da receita líquida de locação e são reconhecidas ao longo do prazo da locação (Nota 16).

O valor justo das propriedades para investimentos é mensurado duas vezes ao ano:

- através da aplicação de um múltiplo em função de (i) a rentabilidade de cada shopping e (ii) uma taxa de capitalização específicas do Brasil, à receita de aluguel anual bruta gerada por cada propriedade, ou
- Obtendo-se avaliações independentes elaboradas segundo dois métodos: o método dos fluxos de caixa descontados e o método de rendimento (*yield method*). Os avaliadores geralmente também comparam os resultados da aplicação desses métodos aos valores de mercado por metro quadrado e aos valores de transação recentes.

Tendo em vista os dados externos limitados disponíveis, nomeadamente em matéria de taxas de capitalização, a complexidade do processo de avaliação de imóveis e ao fato de que as avaliações baseiam-se em passar rendas para os imóveis próprios do Grupo, o valor justo das propriedades para investimento é determinado com base nas entradas de nível 3.

(em milhões de R\$)	Consolidado		
	2016	2015	2014
Custo da propriedade para investimentos	155	155	155
Depreciação	(66)	(63)	(60)
Propriedade para investimentos líquido	89	92	95

Movimentação de propriedade para investimento

(em milhões de R\$)	Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2014	95
Depreciação	(3)
Em 31 de Dezembro de 2015	92
Depreciação	(3)
Em 31 de Dezembro de 2016	89

As receitas de aluguéis geradas por propriedades de investimento, registradas na demonstração de resultado na rubrica "Outras receitas", totalizaram R\$ 27 milhões em 2016 (2015: R\$ 20 milhões e 2014: 20 milhões) no consolidado. Os custos operacionais diretamente atribuíveis aos imóveis totalizaram R\$ 1,0 milhões (2015: R\$ 0,3 milhões e 2014: R\$ 0,3 milhões) no consolidado.

O valor justo das propriedades para investimentos em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 159 milhões (31 de dezembro de 2015: R\$ 121 milhões e 31 de dezembro de 2014: R\$ 149 milhões) no consolidado.

Notas Explicativas

14.2 Imobilizado

Políticas contábeis

O imobilizado compreende principalmente edifícios, lojas, equipamentos e acessórios e terrenos.

Reconhecimento inicial

Em conformidade com o CPC 27 (IAS 16) – *Ativo Imobilizado*, terrenos, edificações e equipamentos são registadas pelo custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas de valores acumulados. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos necessários para preparar esse ativo no local e nas condições exigidas para operar de maneira pretendida pela administração, bem como os custos de desmobilização onde esses ativos estão localizados.

O software adquirido (integrante da função do equipamento) é capitalizado como parte desse equipamento.

Os ativos em construção são reconhecidos pelo custo menos as perdas ao valor recuperável identificadas.

Custos subsequentes

O custo de substituição de um item de imobilizado é reconhecido no valor contábil desse item no caso de ser provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para o Grupo e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que for substituído por outro é baixado.

Os custos de manutenção dos itens de imobilizado são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os ganhos e perdas resultantes da alienação de um item de ativo imobilizado são calculados através da comparação entre os rendimentos recebidos dessa alienação com o valor no imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas (despesas) na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedades de investimento

Quando o uso da propriedade muda de “ocupada pelo proprietário” para uma propriedade de investimento, o Grupo mantém este ativo a custo histórico e reclassifica-o como propriedade para investimento.

Vida Útil

A depreciação do imobilizado começa quando o ativo está disponível para uso e termina quando o ativo é vendido, demolido ou reclassificado como mantido para venda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) - *Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada*.

Terrenos não são depreciados. Outros imobilizados, ou cada parte significativa de um item do imobilizado, são depreciados pelo método linear durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Edificações	
▪ Edificações	40 anos
▪ Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 a 25 anos
Equipamentos e instalações	4 a 15 anos
Outros	5 a 10 anos

Atendendo à natureza dos seus negócios, o Grupo considera que os seus bens e equipamentos não possuem valor residual.

A depreciação de benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros é calculada e registrada durante o período do contrato de arrendamento ou sobre a vida útil estimada, o que for menor.

Os períodos de depreciação são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – *Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro*.

Teste ao valor recuperável (veja nota explicativa 15.3)

Arrendamentos

Os novos arrendamentos de longo prazo - particularmente os arrendamentos imobiliários - são analisados de acordo com o CPC 06 (IAS 17) – *Operações de Arrendamento Mercantil*, para determinar se representam arrendamentos operacionais ou financeiros, isto é, arrendamentos que transferem substancialmente todos os

Notas Explicativas

riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo ao locatário. Para arrendamentos de imóveis, a análise é realizada separadamente para os terrenos por um lado, e as edificações, por outro.

Os arrendamentos financeiros são contabilizados da seguinte forma:

- Os ativos arrendados são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Eles são depreciados ao longo de sua vida útil, da mesma forma como ativos propriedade definitiva, ou, se menor, durante o prazo de locação.
- O passivo por pagamentos de arrendamentos financeiros futuros é reconhecido no balanço patrimonial na rubrica "*Empréstimos não circulante*" e "*Empréstimos circulante*" (Nota 28.3).
- Os pagamentos de locação são divididos entre os encargos financeiros e a redução do passivo em aberto.

Os arrendamentos mercantis que não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo para o locatário são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado (como "despesas de vendas, gerais e administrativas – aluguéis de imóveis") de forma linear ao longo da vida do contrato de locação (Nota 16.2).

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos, instalações e outros	Imobilizado em andamento	Total
<i>(em milhões de R\$)</i>					
Saldo em 01.01.2014	674	1.987	858	42	3.561
Adições	39	440	199	150	828
Baixas	-	(9)	(32)	-	(41)
Transferências	69	-	-	(69)	-
Saldo em 31.12.2014	782	2.418	1.025	123	4.348
Adições	2	489	226	178	895
Baixas	-	(4)	(49)	-	(53)
Transferências	172	18	-	(190)	-
Saldo em 31.12.2015	956	2.921	1.202	111	5.191
Adições	4	497	275	189	965
Baixas	-	(2)	(50)	-	(51)
Transferências	91	73	-	(163)	-
Saldo em 31.12.2016	1.051	3.489	1.427	137	6.105
Depreciação					
Saldo em 01.01.2014	-	(253)	(461)	-	(714)
Adições	-	(66)	(118)	-	(184)
Baixas	-	1	42	-	43
Saldo em 31.12.2014	-	(253)	(461)	-	(714)
Adições	-	(66)	(118)	-	(184)
Baixas	-	1	42	-	43
Saldo em 31.12.2015	-	(318)	(537)	-	(855)
Adições	-	(78)	(141)	-	(219)
Baixas	-	-	43	-	44
Saldo em 31.12.2016	-	(396)	(635)	-	(1.030)
 Saldo líquido em 01.01.2014	 674	 1.734	 397	 42	 2.847
Saldo líquido em 31.12.2014	782	2.165	564	123	3.634
Saldo líquido em 31.12.2015	956	2.603	665	111	4,336
Saldo líquido em 31.12.2016	1.051	3.093	792	137	5.075

Notas Explicativas

Consolidado

*(em milhões de R\$)***Custo****Saldo em 01.01.2014**

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos, instalações e outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 01.01.2014	1.596	4.323	3.330	55	9.304
Adições	45	581	803	165	1.594
Baixas	(1)	(49)	(61)	-	(111)
Transferências	72	(19)	3	(48)	8
Fusão	-	2	1	-	3

Saldo em 31.12.2014

Saldo em 31.12.2014	1.712	4.838	4.076	172	10.798
Adições	2	568	645	272	1.487
Baixas	(18)	(34)	(135)	-	(187)
Transferências	172	21	12	(203)	1

Saldo em 31.12.2015

Saldo em 31.12.2015	1.868	5.393	4.598	241	12.099
Adições	4	673	619	295	1.591
Baixas	(7)	(6)	(395)	(5)	(413)
Transferências	91	94	47	(232)	-

Saldo em 31.12.2016

Saldo em 31.12.2016	1.956	6.154	4.869	299	13.277
---------------------	--------------	--------------	--------------	------------	---------------

Depreciação e impairment**Saldo em 01.01.2014**

Saldo em 01.01.2014	-	(1.347)	(2.157)	-	(3.504)
Adições	-	(109)	(274)	-	(383)
Baixas	-	25	49	-	74
Transferências	-	(2)	(2)	-	(4)
Incorporação	-	(2)	(1)	-	(3)
Provisão para valor recuperável	-	(22)	(13)	-	(35)

Saldo em 31.12.2014

Saldo em 31.12.2014	-	(1.457)	(2.398)	-	(3.855)
Adições	-	(131)	(341)	-	(472)
Baixas	-	13	120	-	133
Transferências	-	-	(2)	-	(2)
Provisão para valor recuperável	-	(1)	(4)	-	(5)
Baixa de provisão para valor recuperável	-	14	5	-	19

Saldo em 31.12.2015

Saldo em 31.12.2015	-	(1.562)	(2.620)	-	(4.182)
Adições	-	(147)	(386)	-	(533)
Baixas	-	2	371	-	373
Transferências	-	7	(7)	-	-
Provisão para valor recuperável	-	-	(1)	-	(1)
Baixa de provisão para valor recuperável	-	2	5	-	7

Saldo em 31.12.2016

Saldo em 31.12.2016	-	(1.698)	(2.638)	-	(4.336)
---------------------	---	----------------	----------------	---	----------------

Saldo líquido em 01.01.2014	1.596	2.976	1.173	55	5.800
Saldo líquido em 31.12.2014	1.712	3.381	1.678	172	6.943
Saldo líquido em 31.12.2015	1.868	3.831	1.977	241	7.917
Saldo líquido em 31.12.2016	1.956	4.456	2.231	299	8.941

O Grupo possui bens do ativo imobilizado em garantias em processos judiciais que totalizam R\$ 2.480 milhões (R\$ 2.281 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2.149 milhões em 31 de dezembro de 2014). Desse montante, R\$ 2.469 milhões (R\$ 2.271 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2.100 milhões em 31 de dezembro de 2014), está correlacionado ao processo tributário acerca da não dedutibilidade do ágio (Nota 19.5.1).

Notas Explicativas

NOTA 15: INTANGÍVEL E ÁGIO

Políticas contábeis

Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 4. O ágio registrado nas demonstrações financeiras do Grupo foi gerado antes da adoção do CPC 15 (IFRS 3) - *Combinações de Negócios* pelo Grupo, e baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição.

Na data de transição para as IFRSs, o Grupo optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção disponível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade).

De acordo com o CPC 01 (IAS 36) - *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, o ágio reconhecido em combinações negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que o seu valor contábil não pode ser recuperada pelo método descrito na Nota 15.3.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 4).

Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Vida útil</u>
Software e outros ativos intangíveis	5 anos
Fundo de comércio	10 a 25 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A amortização de fundo de comércio é efetuado de acordo com o período contratual do aluguel.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Ágio	1.390	1.390	1.390	1.823	1.823	1.823
Software	12	9	8	223	122	120
Fundos de comércio e outros ativos intangíveis	-	-	-	45	42	45
Intangível em andamento	-	-	-	75	66	21
Ativo intangível, líquido	1.402	1.399	1.398	2.166	2.053	2.009

15.1. Ágio

O valor recuperável do ágio é monitorado ao nível das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) representadas pelos segmentos do Grupo.

Controladora

(em milhões de R\$)	2016 Valor líquido	2015 Valor líquido	2014 Valor líquido
Atacadão (a)	1.390	1.390	1.390
Ágio	1.390	1.390	1.390

Notas Explicativas**Consolidado**

	2016	2015	2014
<i>(em milhões de R\$)</i>	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Varejo	433	433	433
Atacadão (a)	1.390	1.390	1.390
Ágio	1.823	1.823	1.823

- (a) Em 30 de abril de 2007, a controladora final da Companhia, o Carrefour S.A. adquiriu a totalidade das ações da Companhia através de sua subsidiária, Korcula Participações Ltda. ("Korcula"). O ágio foi calculado pela diferença entre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia na data da aquisição no montante de R\$ 453 milhões e o preço de compra inicial no montante de R\$ 2.233 milhões, subsequentemente ajustado para R\$ 2.163 milhões. Em 31 de janeiro de 2008, foi aprovada a incorporação da controladora Korcula pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007. Para fins da incorporação, o valor do investimento detido pela Korcula na Companhia foi eliminado contra o patrimônio líquido, resultando no reconhecimento de ágio no montante de R\$ 1.702 milhões na Companhia. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil naquela época, o ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2009, resultando em um ágio líquido de amortização acumulada no montante de R\$ 1.390 milhões.

Notas Explicativas

15.2. Intangível e ágio

Variação do intangível e ágio

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado				
	Ágio	Software	Total	Ágio	Software	Fundos de comércio e outros ativos intangíveis	Intangível em andamento	Total
Custo								
Saldo em 01.01.2014	1.702	22	1.724	3.284	718	85	5	4.092
Adições	-	3	3	-	56	-	3	59
Baixas	-	-	-	-	(3)	-	-	(3)
Transferências	-	-	-	-	(13)	-	13	-
Saldo em 31.12.2014	1.702	25	1.727	3.284	758	85	21	4.148
Adições	-	4	4	-	55	-	45	100
Baixas	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2015	1.702	29	1.731	3.284	812	85	66	4.247
Adições	-	6	6	-	98	5	63	166
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	53	1	(54)	-
Saldo em 31.12.2016	1.702	35	1.737	3.284	963	91	75	4.413
Amortização e impairment								
Saldo em 01.01.2014	(312)	(13)	(325)	(1.461)	(584)	(36)	-	(2.081)
Adições	-	(3)	(3)	-	(57)	(3)	-	(60)
Baixas	-	-	-	-	3	-	-	3
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de provisão de impairment	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldo em 01.01.2015	(312)	(16)	(328)	(1.461)	(638)	(40)	-	(2.139)
Adições	-	(4)	(4)	-	(53)	(3)	-	(56)
Baixas	-	-	-	-	1	-	-	1
Saldo em 31.12.2015	(312)	(20)	(332)	(1.461)	(690)	(43)	-	(2.194)
Adições	-	(3)	(3)	-	(50)	(3)	-	(53)
Saldo em 31.12.2016	(312)	(23)	(335)	(1.461)	(740)	(46)	-	(2.247)
Saldo em 01.01.2014	1.390	8	1.398	2.029	134	49	5	2.217
Saldo em 31.12.2014	1.390	8	1.398	1.823	120	45	21	2.009
Saldo em 31.12.2015	1.390	9	1.399	1.823	122	42	66	2.053
Saldo em 31.12.2016	1.390	12	1.402	1.823	223	45	75	2.166

15.3. Testes de valor recuperável (impairment)

Políticas contábeis

Em conformidade com O CPC 01 (IAS 36) - *redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*, os ativos intangíveis e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente.

Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por *impairment* é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o

Notas Explicativas

ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores.

Valor recuperável de ativos que não sejam ágio

Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs). para todos os formatos.

De acordo com O CPC 01 (IAS 36), os ativos intangíveis (exceto o ágio) e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Todas as lojas que relatam uma perda operacional recorrente antes da depreciação e amortização em dois anos consecutivos (após o período de início) são testadas.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

O valor em uso é considerado igual aos fluxos de caixa futuros descontados da loja durante um período de até cinco anos mais um valor terminal. O valor justo é estimado com base nos preços de transações recentes, práticas da indústria, avaliações independentes ou o preço estimado em que a loja poderia ser vendida a um concorrente.

A taxa de desconto aplicada é a mesma para os testes de valor recuperável (impairment) no ágio.

Valor recuperável do ágio

O CPC 01 (IAS 36) requer testes de valor recuperável a serem realizados anualmente em nível de cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado.

De acordo com a norma, o ágio é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera beneficiar das sinergias da combinação de negócios. Cada UGC ou grupo de UGCs aos quais o ágio é alocado deve representar o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno e não deve ser maior que um segmento operacional conforme definido no CPC 22 (IFRS 8) – *Informação por segmento*.

Para efeitos de análise da quantia recuperável de ágio, considera-se que cada segmento operacional individual representa um grupo de UGCs.

Valor em uso corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros descontados para um período geralmente não superior a cinco anos, acrescido de um valor terminal calculado projetando dados para o último ano para perpetuar a uma taxa de crescimento. Os fluxos de caixa futuros são estimados com base no plano de negócios de cinco anos elaborado pela Administração Executiva do segmento operacional e aprovado pela Diretoria Executiva do Grupo.

A taxa de desconto para cada segmento operacional corresponde ao custo médio ponderado dos capitais próprios e da dívida, determinado com base na taxa de transmissão média do setor. O custo da dívida é determinado aplicando a mesma lógica.

Testes adicionais são executados ao fim do período interino quando existe uma indicação de impairment. Os principais indicadores de valor recuperável utilizados pelo Grupo são os seguintes:

- indicador de *impairment* interno: uma deterioração material na proporção entre o EBITDA/Lajida Ajustado (Lucro antes do impostos de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização) excluindo a rubrica de outras receitas e despesas e o resultado operacional líquido, orçamento e o *forecast* mais recente;
- indicador de *impairment* externo: um aumento significativo da taxa de desconto e / ou um rebaixamento grave na previsão do crescimento do PIB do FMI.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no ágio são irreversíveis, incluindo as registradas em um período interino.

15.4. Provisão para perda no valor recuperável do ágio e análises de sensibilidade

Os testes de *impairment* realizados em ágio e outros ativos intangíveis em 2016, 2015 e 2014 de acordo com o CPC 01 (IAS 36) não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nestes ativos.

As taxas de crescimento e as taxas de desconto (correspondentes ao custo médio ponderado do capital - WACC) aplicadas para fins de teste de impairment em 2016, 2015 e 2014 são apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

	2016		Controladora 2015		2014	
	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa de crescimento contínuo	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa de crescimento contínuo	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa de crescimento contínuo
Atacadão	13,6%	4,8%	13,8%	5%	11,7%	3,6%

	2016		Consolidado 2015		2014	
	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa de crescimento contínuo	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa de crescimento contínuo	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa de crescimento contínuo
Varejo	13,6%	4,8%	13,8%	5%	11,7%	3,6%
Atacadão	13,6%	4,8%	13,8%	5%	11,7%	3,6%

A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável de qualquer um dos grupos de UGC seria inferior a seu valor contábil.

NOTA 16: PROPRIEDADE ARRENDADA

Todos os arrendamentos de propriedade foram revistos para determinar se eles são arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros a serem contabilizados pelo método descrito na Nota 14.

16.1. Arrendamentos mercantis financeiros

A controlada Carrefour possuía contratos de locação com terceiros, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil financeiros.

Os referidos contratos possuem prazos de validade entre 3 e 5 anos, onde ao final do contrato a controlada Carrefour pode exercer a opção de compra do bem.

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Carrefour possuía arrendamento mínimo futuro de R\$ 186 mil (em 31 de dezembro de 2015: R\$ 488 mil e em 31 de dezembro de 2014: R\$ 2.973).

16.2. Arrendamentos mercantis operacionais**Grupo como arrendatário**

O Grupo possui contratos de locação firmados com terceiros, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os referidos contratos possuem prazos de validade entre 5 e 20 anos, podendo ser renovados contratualmente e automaticamente pelo mesmo período. Durante o ano de 2016 foram pagos na controladora R\$ 74 milhões (R\$ 59 milhões durante o ano de 2015 e R\$ 44 milhões em 2014) e no consolidado R\$ 225 milhões (R\$ 190 milhões durante o ano de 2015 e R\$ 109 milhões em 2014) a título de arrendamento operacional.

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Dentro de 1 ano	86	56	99	340	204	154
De 1 a 5 anos	233	105	154	745	597	483
Acima de 5 anos	303	100	68	600	413	373
Grupo como arrendatário	622	261	321	1.685	1.214	1.010

Notas Explicativas

Grupo como arrendador

A controlada Carrefour arrenda suas propriedades para investimentos e galerias comerciais existentes em suas lojas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a controlada Carrefour possuía o seguinte cronograma de recebimentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

(em milhões de R\$)	Consolidado		
	2016	2015	2014
Dentro de 1 ano	167	120	130
De 1 a 2 anos	329	422	457
Acima de 5 anos	8	-	-
Grupo como arrendador	504	542	587

NOTA 17: FORNECEDORES

Políticas contábeis

Fornecedores correspondem principalmente contas a pagar. Eles também incluem contas a pagar que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios.

São classificados na categoria outros passivos financeiros e mensurados a custo amortizado, conforme definido no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Nota 28). Fornecedores é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Terceiros:						
Fornecedores mercadorias	5.179	4.253	3.121	7.304	5.720	4.751
Fornecedores diversos	46	37	31	324	306	255
Fornecedores imobilizado	219	304	113	333	482	288
Partes Relacionadas:						
Carrefour Import S.A	-	-	-	35	61	44
Sociedad Compras Modernas	-	-	-	1	1	2
Inc S.A. (Argentina)	-	-	-	10	-	-
Fornecedores	5.444	4.594	3.265	8.007	6.570	5.340

O Grupo intermedia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Carrefour decorrentes da venda de mercadorias e serviços. A dívida fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação.

O Grupo recebe uma comissão por este serviço. O saldo de títulos vendidos pelos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 era R\$1.754 milhões (R\$1.366 milhões em 31 de dezembro 2015 e R\$ 1.027 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

NOTA 18: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Políticas contábeis

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados com uma combinação de negócios ou itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Segmento de Varejo e Atacadão

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Nossa controlada Imopar optou por calcular os lucros tributáveis como uma porcentagem das vendas brutas (lucro presumido). Desta forma, a Imopar calcula o imposto de renda e a contribuição social à alíquota de 32% sobre a receita bruta (atividades gerais) e 100% sobre a receita financeira, aplicando-se as alíquotas estatutárias de imposto de renda e contribuição social (25% e 9% respectivamente).

Segmentos de Soluções Financeiras

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido das instituições financeiras BSF Holding S.A. e Banco CSF S.A. são calculados pelas alíquotas de 15%, acrescidas de um adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$ 240 mil para imposto de renda e 15% sobre o rendimento tributável da contribuição social, até agosto de 2015, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e de contribuição social, limitados a 30%. Adicionalmente, os créditos tributários foram reconhecidos pelas mesmas alíquotas de imposto de renda e contribuição social de 20% sobre as diferenças temporárias, exceto aquelas em que a projeção para realização ocorre após 2018. Estas foram constituídas à alíquota de 15% na hipótese de geração de lucros tributáveis futuros, suficiente para compensar esses créditos fiscais. De acordo com a Lei nº 13.169 / 15, a alíquota de contribuição social das instituições financeiras passou de 15% para 20% no período de setembro de 2015 a dezembro de 2018. A alíquota da Contribuição Social permanecerá em 20%, retornando a 15% a partir de janeiro de 2019.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou perda do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O valor do imposto a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo fiscal ou um passivo fiscal na melhor estimativa do valor projetado dos impostos a pagar ou a receber e reflete as incertezas relacionadas ao seu cálculo, se houver. É mensurado com base na taxa de imposto promulgada, ou substancialmente aprovada, na data da demonstração do balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as respectivas bases fiscais (exceto nos casos específicos mencionados no CPC 32 (IAS 12)) e sobre os prejuízos fiscais. São mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas e leis tributárias promulgadas até o final do período de relatório. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são descontados e são classificados no balanço patrimonial como "Ativos não circulantes" e "Passivos não circulantes".

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual estes devem ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos a cada data do balanço patrimonial e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existem fundamentos legais para compensar ativos ou passivos fiscais correntes, e quando estes se referem a um imposto de renda devido à mesma autoridade tributária sujeita a essa tributação.

A recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliada separadamente para cada pessoa jurídica, com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros contidas no plano de negócios e o montante de passivos fiscais diferidos no final do período. Uma provisão para desvalorização é registrada para a baixa de ativos tributários diferidos cuja recuperação não é considerada provável.

Notas Explicativas

18.1. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	6	2	2	10	32	10
Imposto de renda a recuperar	-	71	31	14	329	159
Contribuição social a recuperar	-	191	11	-	108	38
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	264	44	24	469	207

18.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social do período

(em milhões em R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social -corrente	(534)	(187)	(235)	(877)	(567)	(350)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	195	(112)	(68)	366	(26)	(196)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(339)	(299)	(303)	(511)	(593)	(546)

Reconciliação da alíquota efetiva

O imposto de renda e contribuição social teórico para 2016, 2015 e 2014 foi calculado multiplicando o lucro consolidado antes dos impostos pela alíquota do imposto de renda corporativo brasileiro. Para 2016, a despesa tributária de imposto de renda controladora foi de R\$ 514 milhões, em comparação com a despesa de imposto de renda líquida real de R\$ 339 milhões. Para 2016, a despesa tributária de imposto de renda consolidada foi de R\$ 637 milhões, em comparação com a despesa de imposto de renda líquida real de R\$ 511 milhões.

Notas Explicativas

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.513	1.065	1.011	1.874	1.578	1.283
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(514)	(362)	(343)	(637)	(537)	(436)
Diferenças temporárias sobre as quais não foram constituídos impostos diferidos						
Provisões para contingências fiscais	-	-	-	42	1	(5)
Outras provisões fiscais	-	-	-	(10)	(19)	(35)
Provisões para impairment	-	-	-	-	11	(4)
Provisões diversas	-	-	-	3	(8)	(9)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(1)	18	(9)
Outros	-	-	-	(23)	4	(16)
Diferenças permanentes						
Equivalência Patrimonial	180	71	41	-	(1)	-
Atualização monetária de depósito judicial	-	-	-	28	31	17
Multas não dedutíveis	(2)	(1)	-	(2)	(4)	-
Créditos incobráveis (perdão de dívidas)	-	-	-	-	(2)	-
Regularização de saldo dos depósitos judiciais	-	-	-	-	(22)	(4)
Outras diferenças permanentes	(11)	(10)	(4)	(10)	(26)	14
Outros itens						
Consumo de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa da CSLL	-	-	-	14	13	3
Diferido reconhecido sobre projeção de consumo de prejuízos fiscais	-	-	-	137	-	-
Imposto de renda diferido para exercícios anteriores	-	-	-	1	8	2
Incentivos fiscais (PAT / Lei Rouanet / Esportes / Lei do Bem e outros)	8	3	-	18	-	2
Diferencial de empresas tributadas sobre regime de lucro presumido	-	-	-	(1)	(2)	(4)
Diferencial na alíquota de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(70)	(46)	(38)
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício (IR diferido não constituído)	-	-	-	-	(16)	(25)
Outros	-	-	4	-	4	1
Total	(339)	(299)	(302)	(511)	(593)	(546)
Taxa Efetiva	22%	28%	30%	27%	38%	43%

Notas Explicativas

18.3. Impostos diferidos ativos e passivos

A controladora apresentava um passivo fiscal diferido de R\$ 370 milhões em 31 de dezembro de 2016, redução de R\$ 193 milhões em relação ao ano anterior. O saldo em 31 de dezembro de 2015 aumentou R\$ 110 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014.

O Grupo apresentava um passivo fiscal diferido líquido de R\$ 241 milhões em 31 de dezembro de 2016, redução de R\$ 365 milhões em relação ao ano anterior. O saldo em 31 de dezembro de 2015 aumentou R\$ 24 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014.

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Imposto diferido ativo	-	-	-	158	137	87
Imposto diferido passivo	(370)	(563)	(453)	(399)	(743)	(669)
Saldo líquido de impostos diferidos ativo (passivo)	(370)	(563)	(453)	(241)	(606)	(582)

Os quadros seguintes apresentam as principais fontes de impostos diferidos:

(em milhões de R\$)	Controladora					
	2014	Resultado	Outros resultados abrangentes	2015	Resultado	Outros resultados abrangentes
Depreciação sobre bens do ativo imobilizado	(61)	(13)	-	(74)	(16)	-
Amortização fiscal de ágio	(472)	-	-	(472)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(4)	(95)	2	(97)	185	(1)
Provisões gerais	33	5	-	38	5	-
Provisões administrativas	1	1	-	2	-	-
Provisão para participação em lucros	18	3	-	21	14	-
Provisão de descontos comerciais em estoque	10	5	-	15	4	-
Outras provisões	22	(18)	-	4	3	-
	(453)	(112)	2	(563)	195	(1)

(em milhões de R\$)	Consolidado					
	2014	Resultado	Outros resultados abrangentes	2015	Resultado	Outros resultados abrangentes
Depreciação sobre bens do ativo imobilizado	(142)	(7)	-	(149)	(3)	-
Amortização fiscal de ágio	(614)	(6)	-	(620)	1	-
(-) Impairment sobre ativo fixo	-	7	-	7	(3)	-
Arrendamento mercantil financeiro	(2)	1	-	(1)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(87)	(51)	2	(136)	230	(1)
Provisões gerais	115	54	-	169	(6)	-
Outras provisões administrativas	2	-	-	2	-	-
Provisão para participação em lucros	21	6	-	27	17	-
Provisão de descontos comerciais em estoque	11	4	-	15	4	-
Prejuízo fiscal a compensar	22	(16)	-	6	122	-
Outras provisões	92	(18)	-	74	4	-
	(582)	(26)	2	(606)	366	(1)

18.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos - consolidado

Os ativos não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$ 1.712 milhões em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.878 milhões e 31 de dezembro de 2014: R\$ 1.887 milhões), incluindo R\$ 696 milhões referentes a prejuízos fiscais (31 de dezembro de 2015: R\$ 844 milhões e 31 de dezembro de 2014: R\$ 851 milhões) e R\$ 1.016 milhões em diferenças temporárias (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.034 milhões e 31 de dezembro de 2014: R\$ 1.036 milhões).

Notas Explicativas

NOTA 19: PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do período, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos da entidade para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável, conforme uma análise feita caso a caso, exceto por uma parte de reclamações trabalhistas, cuja provisão é estimada com base nas perdas históricas.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

19.1. Movimentação das provisões

(em milhões de R\$)	Controladora					2016
	2014	2015	Adições	Reversões	Utilização	
Tributários	30	35	5	-	(2)	38
Trabalhistas	30	42	20	(2)	(9)	51
Cíveis	17	20	10	(2)	(3)	26
Benefícios pós-emprego	-	3	-	-	-	3
Provisões	77	100	35	(4)	(14)	118

(em milhões de R\$)	Consolidado					2016
	2014	2015	Adições	Reversões	Utilização	
Tributários	1.290	1.452	296	(65)	(12)	1.671
Trabalhistas	913	732	227	(117)	(292)	550
Cíveis	362	463	159	(185)	(59)	378
Benefícios pós-emprego (1)	8	8	1	-	-	9
Provisões	2.573	2.655	683	(367)	(363)	2.608

(1) Ver Nota explicativa 31

As empresas do Grupo estão envolvidas em um certo número de processos judiciais e reclamações no curso normal dos negócios. As empresas também estão sujeitas a auditorias fiscais que podem resultar em autos de infração. As principais reclamações e processos judiciais são descritas a seguir. Em cada caso, o risco é avaliado pela Administração do Grupo e seus assessores jurídicos.

Litígios e processos judiciais

O Grupo está envolvido em litígios fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e processos judiciais.

19.2. Riscos Tributários

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2016, as principais demandas tributárias sujeitas a provisões foram:

Notas Explicativas

19.2 .1. PIS e COFINS

A sistemática da não-cumulatividade para a apuração e pagamento de PIS e COFINS está em vigor desde 2002. Nesse regime, o contribuinte tem o direito de deduzir o montante de PIS e COFINS pagos em estágios anteriores da cadeia produtiva daqueles a pagar no estágio atual. Em 2004, a controlada Carrefour optou por discutir judicialmente o aproveitamento integral de créditos de PIS e COFINS de determinados custos e despesas necessários para suas atividades. A controlada Carrefour reconhece créditos de PIS e COFINS sobre itens em disputa e como o desfecho da mencionada demanda judicial ainda é incerto, o Carrefour reconhece provisão para determinados créditos e também efetua depósito judicial da importância envolvida, em bases mensais. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total das provisões constituídas era de R\$ 1.090 milhões (R\$ 946 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 812 milhões em 31 de dezembro de 2014).

19.2.2. Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

O Banco CSF discute judicialmente a constitucionalidade da majoração de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido, a que as instituições financeiras estão sujeitas. Esta discussão ainda está pendente de decisão no Supremo Tribunal Federal. Em 31 de dezembro de 2016 a provisão constituída totalizava R\$ 286 milhões (R\$ 221 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 155 milhões em 31 de dezembro de 2014).

19.2.3. Outros impostos

A Companhia e suas controladas receberam outras autuações fiscais que, após análise, foram classificadas como "perdas prováveis". Os principais tópicos envolvidos são: (i) ICMS - créditos indevidos, demandas entre os Estados referentes à concessão de benefícios fiscais, (guerra fiscal) créditos sobre energia elétrica, falta de pagamento e obrigações acessórias, (ii) Aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - "FAP", (iii) Pedido eletrônico de restituição, ressarcimento, reembolso e compensação - "PER/DCOMP", e (iv) Outras causas menos relevantes.

19.3. Disputas relacionadas a empregados (Trabalhistas)

O Grupo é parte de vários processos trabalhistas e procedimentos administrativos, iniciados por ex-empregados, terceiros, associações profissionais e Ministério Público, envolvendo, basicamente reclamações em relação a jornada de trabalho, entre outras obrigações previstas na legislação trabalhista. Tais demandas, envolvem o pagamento de horas extras, vínculo empregatício e outros efeitos correlacionados, além de solicitações de associações profissionais e do Ministério Público, para comprovar o cumprimento da legislação trabalhista e ajuste de conduta.

Demandas de ex empregados e empregados terceirizados

Devido ao número significativo de processos trabalhistas, a provisão é calculada considerando um histórico de perdas para avaliar o montante envolvido para casos em fase inicial e inferiores a R\$ 2 milhões. Baseado em nosso banco de dados referentes aos processos concluídos nos últimos dois anos e segregando os empregados pelas principais categorias, uma média sobre os pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados é calculada e aplicada para nova reclamação.

Nenhuma reclamação trabalhista individualmente é considerada como material pela Companhia.

Processos coletivos movidos por associações profissionais e pelo Ministério Público

As ações judiciais ou administrativas movidas por associações profissionais e pelo Ministério Público são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em quantidade suficiente quando necessário.

Nenhuma das ações movidas por associações ou Ministério Público é considerada passada individualmente pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para processos trabalhistas totalizava R\$ 550 milhões (R\$ 732 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 913 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

19.4. Disputas legais e comerciais (Cível)

O Grupo está sujeito a auditorias regulares pelas autoridades responsáveis pela supervisão do cumprimento das leis aplicáveis ao setor varejista e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) pelas autoridades de concorrência. Podem também surgir litígios com fornecedores em decorrência de interpretações divergentes das disposições legais ou contratuais.

19.5. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo está envolvido em outras contingências tributárias, cíveis e previdenciárias, cujas perdas foram consideradas como possíveis pela administração com o suporte de assessores jurídicos externos, e, portanto não provisionadas, no valor de R\$ 8.665 milhões (R\$ 7.861 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 6.429 milhões em 31 de dezembro de 2014) e na controladora de R\$ 2.941 milhões (R\$ 2.465 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2.264 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Os casos mais relevantes são apresentados a seguir:

19.5.1 Tributários

Dedutibilidade de amortização de ágio no Atacadão S.A (IRPJ e CSLL)

A Companhia tem sido questionada desde Junho de 2013 quanto à amortização do ágio para fins fiscais referente à aquisição do Atacadão ocorrida em 2007.

Em termos gerais, o principal questionamento das autoridades fiscais brasileiras sobre a dedutibilidade da amortização do ágio pelo Atacadão para fins fiscais, refere-se a estrutura societária, uma vez que, a aquisição foi realizada por meio de uma holding brasileira a qual foi, posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, os autos de infração também reivindicam valores de IRPJ / CSLL relativos: (a) as despesas financeiras referentes à dívida que foi inicialmente registrada pela holding brasileira e, posteriormente, transferida para o Atacadão; e (b) ao montante de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pago pelo Atacadão aos seus acionistas, uma vez que o JCP foi pago desproporcionalmente à participação detida pelos acionistas do Atacadão.

Este auto de infração é totalmente contestado pela Companhia. Durante o primeiro semestre de 2016, uma decisão favorável foi proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), reduzindo o risco total em R\$ 707 milhões (dos quais R\$ 88 milhões de principal, R\$ 400 milhões de atualizações monetárias e R\$ 218 milhões de multas). Como esperado, em 2016, a Companhia também recebeu uma autuação complementar relativa aos períodos de 2012 a 2013 por um valor total atualizado de R\$ 685 milhões.

Não existem períodos subsequentes sujeitos a questionamentos por parte das autoridades tributárias pertinentes a esta matéria.

Os autos de infração fiscais aguardam decisões a nível administrativo.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante total em disputa era de R\$ 2.465 milhões (R\$ 2.270 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2.118 milhões em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2016, considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R\$ 1.992 milhões.

Cálculo de imposto sobre cupons cancelados no Carrefour (ICMS)

O Carrefour recebeu diversos autos de infração do Estado de São Paulo para os anos calendários de 2006 a 2010, devido a alegação de falta de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, referente aos cupons fiscais cancelados.

Tais cancelamentos resultam de situações nas quais os clientes do Carrefour eventualmente desistem da compra dos produtos no caixa ou devido ao programa denominado "Compromisso Público Carrefour", que consiste em reembolsar a diferença aos clientes, caso encontrem um preço inferior em um produto idêntico comprado numa loja Carrefour. As autoridades fiscais alegam que o Carrefour não apresentou a documentação referente ao cancelamento dos itens constantes nos cupons fiscais, pois o Carrefour não conseguiu demonstrar cada cancelamento individual.

Notas Explicativas

A defesa do Carrefour tem consistido em demonstrar, por amostragem, que cada cancelamento registrado possui a documentação requerida. Na data da emissão destas demonstrações financeiras, apenas um caso havia sido julgado, na esfera judicial, para o qual, o juiz confirmou a abordagem de amostragem defendida pelo Carrefour, bem como considerou que os cancelamentos foram devidamente comprovados e, finalmente, rejeitou todas as reivindicações emitidas pelas autoridades fiscais e condenou-os a pagar todos os custos incorridos no processo.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta contingência era de R\$ 1.697 milhões (R\$ 1.566 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 1.404 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Créditos tributários decorrentes de determinadas despesas (PIS e COFINS)

O Grupo recebeu diversas autuações fiscais referentes ao reconhecimento de créditos tributários sobre determinadas despesas. O valor total das autuações fiscais classificadas como "perda possível" foi de R\$ 914 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 820 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 80 milhões em 31 de dezembro de 2014).

ICMS Cesta básica

Em 16 de outubro de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade do estorno de parte dos créditos tributários originados na aquisição de produtos da cesta básica e, portanto, o contribuinte envolvido na demanda judicial não poderia beneficiar-se da integralidade dos referidos créditos. Esta decisão foi publicada pelo STF em 13 de Fevereiro de 2015 com efeito de repercussão geral, que impacta todos os contribuintes, que tinham se aproveitado da integralidade dos créditos. No entanto, os advogados de defesa dos contribuintes em questão entraram com recurso de embargos de declaração visando, inclusive, a modulação dos efeitos da referida decisão, para que esta produza efeitos a partir da conclusão final do recurso. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, o STF não havia julgado o referido recurso, impossibilitando, dessa forma, a mensuração de seus efeitos e qualquer reconhecimento nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total das autuações recebidas pelo Grupo foi de R\$ 900 milhões (R\$ 829 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 581 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Créditos tributários disputados no Carrefour (ICMS)

ICMS – São Paulo

Os centros de distribuição de São Paulo receberam autuações referentes a supostos créditos indevidos do ICMS. As Autoridades alegaram que tais créditos haviam sido reconhecidos em 2008 através de Guia de Informação e Apuração do ICMS – "GIA's", e também registrados nos livros fiscais sem a devida documentação (notas fiscais). Em 31 de dezembro de 2016, o valor total das autuações recebidas pelo Grupo era de R\$ 408 milhões (R\$ 377 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 349 milhões em 31 de dezembro de 2014).

ICMS – Amazonas

Em 17 de julho de 2014 o Carrefour recebeu autuações emitidas pelo Estado do Amazonas em razão da suposta falta de pagamento de ICMS na saída de mercadorias supostamente não declaradas, nos períodos de 2008 e 2009, dada a conversão de unidade de medida. Em novembro de 2016 foram integralmente cancelados dois autos de infração. Os outros casos ainda estão sendo analisados pelas autoridades administrativas.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total das autuações recebidas pelo Grupo foram de R\$ 19 milhões (R\$ 117 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 116 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Dedutibilidade da amortização do ágio no Carrefour (IRPJ)

No decorrer de suas atividades econômicas, o Grupo Carrefour adquiriu nove redes de supermercados entre os anos de 1998 a 2001, que foram, posteriormente, incorporados no Carrefour. Estas transações geraram o registro de ágio que foi amortizado para fins fiscais.

Notas Explicativas

Referente à matéria e para os anos de 2007 a 2012, a autoridade tributária questiona a dedutibilidade da amortização do ágio, reconhecida pelo Carrefour, considerando os fundamentos legais estabelecidos pela Lei n. 9.249/1995, Decreto n. 1.598/ 1977 e normas de contabilidade. O ponto principal da discussão é a comprovação de pagamento feito pelo Carrefour para as aquisições realizadas e despesas relacionadas. Adicionalmente, os autos de infração tratam também sobre as despesas de provisões não dedutíveis e a redução do lucro tributável.

Em janeiro de 2017, o CARF decidiu, por unanimidade, a favor do Carrefour: (i) sobre a dedutibilidade do ágio relacionado a duas das nove aquisições; e (ii) relativa a redução do lucro tributável. O Grupo está aguardando a publicação da decisão. As demais aquisições ainda aguardam julgamento.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor total das autuações recebidas era de R\$ 508 milhões (R\$ 468 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 431 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Bonificação de formadores recebidos pelo Carrefour

Como prática comum no varejo, o Carrefour recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais créditos como redução de custos e despesas. O Carrefour recebeu autos de infração nos quais a autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveriam ser tratados com receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total das autuações recebidas pelo Carrefour era de R\$ 494 milhões (R\$ 455 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 419 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) - Carrefour

Município de São Paulo, através de 11 processos, cobra do Carrefour o ITBI supostamente incidente na transferência de imóveis realizadas através do aumento de capital (integralização de capital).

Basicamente, o ponto principal de discussão é a imunidade fiscal referente ao ITBI prevista na Constituição Federal (artigo 156) às operações de transferência imobiliária, através de aumento de capital das empresas. Em sua defesa, o Carrefour demonstrou que todas as propriedades foram transferidas como aumento de capital e que tais transferências não estão sujeitas à tributação do ITBI.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total das autuações recebidas pelo Carrefour era de R\$ 205 milhões.

19.6. Ativos contingentes

A Companhia entrou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e, também, para argumentar sobre o pagamento de ICMS devido através da metodologia de substituição tributária - ICMS-ST, que se baseia na presunção de preço para o consumidor final. O preço considerado é definido através de uma margem de valor agregado - ("MVA"). Em relação a essas matérias, o Supremo Tribunal Federal - "STF" proferiu recentemente, decisões favoráveis aos contribuintes. As ações judiciais permitem o reconhecimento dos créditos, no mínimo, dos últimos cinco anos.

19.6.1. PIS e COFINS

Em março de 2017, o STF decidiu que a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS é inconstitucional.

O principal argumento dessa sentença baseia-se no fato de que, mesmo que os valores do ICMS, considerados na base de cálculo das referidas contribuições, sejam cobrados pelo vendedor como parte do preço final, tais valores serão transferidos para o ente público.

Notas Explicativas

19.6.2. ICMS-ST

O ICMS é um imposto estadual de valor agregado "IVA", pago pelo vendedor de bens, incidente sobre a circulação de mercadorias, inclusive energia elétrica, e alguns serviços (telecomunicações e transportes). Com relação à venda de bens, as autoridades tributárias criaram um sistema pelo qual um determinado contribuinte deve a pagar o ICMS devido em todas as vendas subsequentes, normalmente o fabricante ou o importador de bens - chamado de sistema de substituição tributária (ICMS-ST). Para fins do ICMS-ST, as autoridades fiscais estimam o preço dos bens ao consumidor final (por meio de pesquisa de mercado).

Em outubro de 2016, o STF determinou que as empresas obrigadas ao sistema de substituição tributária do ICMS (ICMS-ST) têm o direito de restituição em relação aos valores pagos em excesso. De acordo com a decisão, o contribuinte tem direito a um reembolso do ICMS adiantado quando o preço efetivamente praticado ao consumidor final for inferior ao valor presumido estipulado pelas autoridades fiscais.

Devido a estes recentes julgamentos favoráveis do STF (PIS, COFINS e ICMS-ST), o Grupo está avaliando e quantificando o potencial reconhecimento de créditos relacionados a tais matérias.

NOTA 20: RECEITA DIFERIDA (CONTROLADORA)

Em junho de 2016, a Companhia celebrou com sua controlada indireta o Banco CSF S.A., acordo operacional pelo prazo de dezesseis anos para a criação de um novo cartão de crédito, o "Cartão Atacadão", além de possibilitar a oferta, distribuição e comercialização, de produtos e soluções financeiras do Banco Carrefour aos clientes da Companhia.

Essa parceria propiciou o ingresso de R\$ 825 milhões no caixa da Companhia em setembro de 2016. Esse montante, foi pago pela exclusividade e pelo uso da base de dados de clientes da Companhia, durante o período em que vigorar o acordo operacional, e pela viabilização da operação e oferta desses serviços nas lojas do Atacadão. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos será apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, tendo sido registrado em 31 de dezembro de 2016 como receita diferida o valor de R\$ 825 milhões.

Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor dessa receita diferida no Atacadão foi reconhecido somente no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A, controladora direta do Banco CSF S.A. O montante registrado na controladora em 31 de dezembro de 2016, na rubrica de Receita diferida é de R\$ 404 milhões (R\$ 26 milhões no passivo circulante e R\$ 378 milhões no passivo não circulante).

NOTA 21: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Gestão de capital

O Banco CSF deve ter capital próprio suficiente para cumprir os indicadores de adequação de capital e as regras mínimas de capital estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Os objetivos de gestão de capital (capital próprio e capital de dívida) são:

- Assegurar que o Grupo possa continuar a funcionar como empresa em atividade, nomeadamente mantendo elevados níveis de recursos líquidos.
- Otimizar os retornos dos acionistas.
- Manter a alavancagem adequada a fim de minimizar o custo de capital e manter a solvência do Grupo a um nível que lhe permita acessar a uma vasta gama de fontes e instrumentos de financiamento.

Para manter ou ajustar seu endividamento, o Grupo pode assumir novos empréstimos ou liquidar os empréstimos existentes, ajustar os dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, comprar ações ou vender ativos para utilizar os rendimentos para pagar dívidas.

Notas Explicativas

21.2. Patrimônio líquido

21.2.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 o capital social é composto por 3.550.153.178 (após o grupamento de ações passou para 1.775.076.589 – veja nota explicativa 34) ações ordinárias de valor nominal de 1,14 reais cada, todas integralizadas.

<i>(em milhões de R\$, exceto %)</i>	2016		2015		2014	
Acionistas						
Carrefour Nederland B.V.	2.080	51.30%	2.080	51.30%	2.161	53.30%
Carrefour S.A.	1.488	36.70%	1.488	36.70%	1.488	36.70%
Fundo de Investimento em Participações Península II	487	12.00%	487	12.00%	406	10.00%
Capital social	4.055	100.00%	4.055	100.00%	4.055	100.00%

No primeiro semestre de 2015, o Fundo de Investimento em Participações Península II aumentou em 2% sua participação no capital social da Companhia, exercendo opção definida em acordo de acionistas de 17 de Dezembro de 2014.

21.2.2. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: a) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; b) resgate, reembolso ou compra de ações; c) resgate de partes beneficiária; d) incorporação ao capital; e) pagamento de dividendos cumulativos.

21.2.3. Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários

Montante decorrente da incorporação das quotas da Brepa Comércio e Participações Ltda. pela Companhia, originado na aquisição de participações minoritárias no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. pela Brepa.

21.2.4. Reserva legal e retenção de Lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social.

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos e compreende as seguintes reservas: 50% para reserva de investimento e 50% para reserva de capital de giro.

Em 28 de abril de 2017, a Companhia submeteu à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente da reserva de lucros, conforme do artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

21.2.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (i) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (veja nota explicativa 28.7).
- (ii) Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

Notas Explicativas

- (iii) Variação líquida acumulada de provisão de benefícios pós emprego aos funcionários do grupo.
 (iv) Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem.

Controladora

(Em milhões de R\$)	2016			2015		
	Antes dos impostos	Taxa (despesa) benefício	Líquido	Antes dos impostos	Taxa (despesa) benefício	Líquido
Ganhos (perdas) atuariais em benefícios aos empregados	-	-	-	3	1	4
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger o fluxo de caixa	2	(1)	1	(6)	2	(4)
	2	(1)	1	(3)	3	-

Consolidado

(Em milhões de R\$)	2016			2015		
	Antes dos impostos	Taxa (despesa) benefício	Líquido	Antes dos impostos	Taxa (despesa) benefício	Líquido
Ganhos (perdas) atuariais em benefícios aos empregados	-	-	-	3	1	4
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger o fluxo de caixa	2	(1)	1	(6)	2	(4)
	2	(1)	1	(3)	3	-

21.3. Ações em tesouraria

Políticas contábeis

As ações em tesouraria são registradas pelo custo como uma dedução do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas com vendas de ações em tesouraria (e o respectivo efeito tributário) são registrados diretamente no patrimônio líquido sem afetar o lucro líquido do exercício.

Não havia ações em tesouraria no final dos exercícios de 2016, 2015 e 2014.

21.4. Dividendos a pagar

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Dividendos ordinários	1	-	-	55	63	58
Dividendos extraordinários	-	-	-	106	-	-
Total	1	-	-	161	63	58
Circulante	1	-	-	76	63	58
Não circulante	-	-	-	85	-	-
Dividendos a pagar	1	-	-	161	63	58
Controladores	-	-	-	1	1	1
Não controladores	-	-	-	160	62	57
				161	63	58

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada BSF Holding S.A. realizou o registro de distribuição de dividendos a pagar nos seguintes valores:

- R\$ 110 milhões (R\$ 54 milhões não controladores) a título de dividendos mínimos obrigatórios (correspondente aos 30% definidos no estatuto social), oriundos de lucros gerados no exercício de 2016, registrado no passivo circulante;
- R\$ 200 milhões (R\$ 98 milhões não controladores), oriundos de lucros de exercícios anteriores, a título de dividendos extraordinários, registrado no passivo e que foram comprometidos pela Administração do Banco com os acionistas. Esse valor tem previsão para pagamento em 5 (cinco) parcelas, iniciando em 2017 e finalizando em 2021. Será pago anualmente após a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Adicionalmente, esse valor está sujeito a correção do CDI (atualização de R\$ 16 milhões até 31/12/2016 sendo R\$ 8 milhões não controladores), entre a data do acordo dos acionistas e a data do efetivo pagamento.

Não haverá distribuição de dividendos, caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da BSF Holding S.A., inclusive se a Administração do Banco julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a BSF Holding S.A.

21.5. Não controladores

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, os não controladores referem-se a uma participação de 49% (detida pelo Banco Itaú Unibanco S.A.) do capital social da controlada Banco CSF S.A., cujo objeto é o fornecimento, distribuição e comercialização de produtos e soluções financeiras clientes nas lojas do Carrefour.

NOTA 22: LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (PARTICIPAÇÃO DO GRUPO)

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o período.

As ações em tesouraria estão descritas na Nota 21.3, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. As ações emissíveis de forma contingente são tratadas como em circulação e incluídas no cálculo do resultado básico por ação somente a partir da data em que todas as condições necessárias estejam satisfeitas.

O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O número médio ponderado de ações em circulação foi calculado considerando o efeito do grupamento de ações aprovado em 19 de maio de 2017 conforme divulgado na nota explicativa 34.

A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

<i>(em milhões de R\$, exceto número de ações e lucro por ação)</i>	2016	2015	2014
Lucro básico e diluído por ação			
Lucro líquido do exercício atribuível ao controlador	1.174	766	708
Quantidade média ponderada de ações em circulação (Em milhões)	1.775	1.775	641
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	0,66	0,43	1,10

A Companhia não possui instrumentos potencialmente convertidos em ações.

Notas Explicativas

NOTA 23: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Políticas contábeis

Receitas ("Receita operacional líquida") compreendem receitas líquidas e outras receitas.

As receitas líquidas correspondem exclusivamente às vendas através das lojas do Grupo, e-commerce, postos de gasolina e farmácias.

As outras receitas compreendem as receitas de atividades bancárias (incluindo taxas de cartões bancários e taxas de organização de linhas de crédito tradicionais e renováveis), receitas de desenvolvimento imobiliário, taxas de agência de viagens, aluguéis de centros comerciais e taxas de franquia.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A receita é reconhecida se:

- Sobre as vendas de mercadorias, (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.
- Sobre as vendas de serviços, (i) No período em que o serviço é prestado (serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular, os pagamentos são apresentados em uma base líquida e reconhecidos na declaração da renda quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para o Grupo, e quando as quantidades podem ser mensuradas de forma confiável) (ii) as receitas de soluções financeiras do Banco CSF S.A (taxas de cartão bancário e comissões de crédito tradicional e rotativo, entre outras, autorizadas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) são reconhecidas ao longo da vigência do contrato (iii) a receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

23.1. Vendas Líquidas

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Receitas brutas de vendas	31.690	26.180	22.246	49.415	43.073	38.354
Descontos e devoluções	(114)	(110)	(113)	(318)	(356)	(416)
Impostos sobre vendas	(2.832)	(2.287)	(1.971)	(4.140)	(3.500)	(3.126)
Receitas líquidas	28.744	23.783	20.162	44.957	39.217	34.812

Notas Explicativas

23.2. Outras receitas

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Receitas brutas de transações financeiras	-	-	-	2.315	2.113	1.614
Impostos e deduções	-	-	-	(148)	(136)	(60)
Receitas de transações financeiras	-	-	-	2.167	1.977	1.554
Serviços e comissões brutos	49	40	61	241	207	337
Receitas brutas de alugueis	9	8	8	227	191	67
Impostos sobre vendas	(3)	(3)	(2)	(58)	(54)	(19)
Outras receitas	55	45	67	2.577	2.321	1.939

NOTA 24: CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, SERVIÇOS PRESTADOS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Políticas contábeis

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos comerciais recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística e outros custos (principalmente custos dos serviços prestados pela nossa Companhia de Soluções financeiras. Os descontos comerciais de fornecedores são mensurados com base nos acordos negociados com os mesmos.

O Grupo reconhece descontos comerciais somente quando há evidência de acordos com fornecedores, o valor pode ser confiantemente mensurado e sua realização é provável. Com base no histórico dos descontos comerciais sobre as compras, o Grupo estima o montante registrado como redutor do custo dos estoques.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

O custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a depreciação de ativos relacionados às prestações de serviços.

O custo das operações financeiras compreende as provisões de perdas com créditos de liquidação duvidosa e perdas operacionais.

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Custo das mercadorias vendidas	(24.781)	(20.540)	(17.443)	(37.588)	(32.709)	(28.904)
Depreciação	(3)	(3)	(2)	(15)	(14)	(9)
Outros custos	(13)	(4)	(31)	(430)	(410)	(372)
Custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras	(24.797)	(20.547)	(17.476)	(38.033)	(33.133)	(29.285)

Notas Explicativas

NOTA 25: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS E DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

<i>(em milhões de R\$)</i>	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.337)	(1.929)	(1.566)	(6.134)	(5.550)	(5.117)
Depreciação e amortização	(219)	(184)	(143)	(574)	(524)	(409)
Despesas com vendas, gerais e administrativas e depreciação e amortização	(2.556)	(2.113)	(1.709)	(6.708)	(6.074)	(5.526)

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas são as seguintes:

<i>(em milhões de R\$)</i>	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Despesa com benefícios a empregados	(1.337)	(1.085)	(951)	(3.079)	(2.749)	(2.464)
Aluguéis	(65)	(52)	(45)	(225)	(186)	(94)
Serviços de terceiros	(264)	(228)	(189)	(1.122)	(1.052)	(1.016)
Custos de manutenção e reparação	(88)	(72)	(63)	(320)	(310)	(279)
Energia, água e gás	(245)	(217)	(136)	(520)	(479)	(339)
Comissão de cartão de crédito	(50)	(40)	(32)	(187)	(206)	(133)
Outras despesas	(288)	(235)	(150)	(681)	(568)	(792)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.337)	(1.929)	(1.566)	(6.134)	(5.550)	(5.117)

Depreciação e amortização

Incluindo a depreciação da área de logística reconhecida no custo de vendas, as despesas e custos totais de depreciação e amortização reconhecidas na demonstração de resultado individual e consolidada foram os seguintes:

<i>(em milhões de R\$)</i>	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Imobilizado	(216)	(181)	(140)	(511)	(465)	(353)
Intangível	(3)	(3)	(3)	(60)	(56)	(53)
Propriedade de investimento	-	-	-	(3)	(3)	(3)
Depreciação e amortização do imobilizado, intangíveis e propriedades para investimento	(219)	(184)	(143)	(574)	(524)	(409)
Depreciação da área logística	(3)	(3)	(2)	(15)	(14)	(9)
Depreciação e amortização	(222)	(187)	(145)	(589)	(538)	(418)

Notas Explicativas

NOTA 26: OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

Políticas contábeis

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados. As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos	(2)	(2)	(2)	(47)	(46)	(62)
Custos de reestruturação	(23)	(13)	-	(81)	(55)	(4)
Receitas e despesas relativas a demandas judiciais	-	-	(20)	(9)	(81)	(93)
Créditos tributários recuperados (ICMS) relativos a exercícios anteriores	-	6	-	-	134	-
Outras receitas e (despesas)	(25)	(9)	(22)	(137)	(48)	(159)
Outras receitas	-	6	-	12	166	40
Outras despesas	(25)	(15)	(22)	(149)	(214)	(199)

NOTA 27: RESULTADO FINANCEIRO

Este item é representado da seguinte forma:

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Receitas financeiras						
Receitas sobre aplicações financeiras	69	52	34	82	68	44
Juros e descontos obtidos	12	12	19	12	12	19
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	16	18	-	142	113	157
Variação cambial sobre financiamentos e importações	698	-	47	898	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos relativos a variação cambial	-	1.026	-	-	1.306	-
Outras receitas financeiras	11	3	2	26	34	-
Receitas financeiras	806	1.111	102	1.160	1.533	220
Despesas financeiras						
Juros sobre financiamentos	(71)	(65)	(164)	(95)	(116)	(239)
Juros sobre instrumentos financeiros derivativos	(440)	(320)	(7)	(548)	(417)	(139)
Comissão de carta de fiança	-	-	-	(49)	(40)	(44)
Encargos sobre operações financeiras	-	-	-	(128)	(124)	(89)
Atualização monetária sobre contingências	(8)	(11)	(3)	(143)	(238)	(152)
Variação cambial sobre financiamentos e importações	-	(1.007)	(44)	-	(1.281)	(24)
Perda com instrumentos financeiros derivativos relativos a variação cambial	(710)	-	-	(926)	-	-
Imposto sobre transações financeiras (IOF)	(6)	(2)	(2)	(10)	(5)	(3)
Outras despesas financeiras	(7)	(8)	(14)	(42)	(15)	(28)
Despesas financeiras	(1.242)	(1.413)	(234)	(1.941)	(2.236)	(718)
Receitas (despesas) financeiras	(436)	(302)	(132)	(781)	(703)	(498)

Notas Explicativas

O Grupo tem empréstimos denominados em moeda estrangeira que estão protegidos contra os impactos das variações cambiais através de instrumentos financeiros derivativos (contratos a termo ou NDFs em Euros e Dólares americanos) com vencimentos geralmente de 6 meses celebrados com instituições financeiras.

O Grupo apresenta abaixo os efeitos cambiais líquidos, os quais são compostos por ganhos e perdas cambiais que são compensados por ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos. O objetivo da divulgação abaixo é demonstrar os efeitos líquidos no resultado do exercício após considerarmos a nossa estrutura de hedge. A nossa estratégia de hedge está divulgada na Nota Explicativa 28.2.

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Variação cambial sobre financiamentos e importações	698	-	47	898	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos relativos a variação cambial	-	1.026	-	-	1.306	-
Variação cambial sobre financiamentos e importações	-	(1.007)	(44)	-	(1.281)	(24)
Perda com instrumentos financeiros derivativos relativos a variação cambial	(710)	-	-	(926)	-	-
Impacto líquido	(12)	19	3	(28)	25	(24)

NOTA 28: INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contábeis

Ativos financeiros não derivativos

De acordo com O CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os principais ativos financeiros são classificados, conforme as categorias apresentadas abaixo:

- ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado;
- empréstimos e recebíveis;
- investimentos mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda.

Sua classificação determina seu tratamento contábil. São classificados pelo Grupo no reconhecimento inicial, com base no tipo de ativo e na finalidade para a qual foram adquiridos. As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, definida como a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

(i) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Trata-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, ativos adquiridos principalmente com a finalidade de vendê-los no curto prazo, ou ativos financeiros designados no início ao valor justo por meio do resultado.

São mensurados ao valor justo com as variações no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que não atendem aos critérios de classificação como mantidos para negociação ou disponíveis para venda.

Eles são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. Para contas a receber de curto prazo sem taxa de juro especificada, o valor justo é considerado igual ao valor da fatura original.

Notas Explicativas

Esses ativos são testados quanto à perda por redução ao valor recuperável quando há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Se for o caso, é registrada uma perda por impairment.

Esta categoria inclui as Contas a receber, outros empréstimos e contas a receber (registradas em "Outros ativos financeiros") e o crédito ao consumo concedido pelas empresas de soluções financeiras.

(iii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos que não sejam empréstimos e contas a receber com pagamentos fixos ou determináveis e um prazo de vencimento fixo que o Grupo tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Eles são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos.

O Grupo não detinha nenhum ativo classificado como mantido até o vencimento em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros que não atendem aos critérios de classificação em nenhuma das outras três categorias. Consistem principalmente em títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo, sendo as variações no valor justo reconhecidas em "Outros resultados abrangentes", na rubrica "Alterações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda". Quando os ativos são vendidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para a demonstração de resultado.

No entanto, em caso de queda prolongada ou significativa do valor de um instrumento de capital próprio ou de uma diminuição dos fluxos de caixa estimados de um instrumento de dívida, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultados. Se em um período subsequente, o impairment diminuir, a perda por impairment anteriormente reconhecida é liberada da seguinte forma:

- para instrumentos de capital próprio (ações e outros): através de "Outros resultados abrangentes";
- para instrumentos de dívida (obrigações, notas e outros): sempre que se verifique um aumento nos fluxos de caixa futuros estimados através de resultados por um montante que não exceda a perda por impairment previamente reconhecida.

O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi determinado com base nas informações fornecidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais).

Ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- contas a receber (Nota 6);
- crédito ao consumidor concedido pela nossa empresa de soluções financeiras (Nota 7);
- outras contas a receber (Nota 10).

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo mais os custos de transação e os prêmios diretamente atribuíveis à sua emissão. São posteriormente mensurados ao custo amortizado.

Passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- Empréstimos: Os "Empréstimos a Longo Prazo" e os "Empréstimos de Curto Prazo" incluem obrigações e títulos emitidos pelo Grupo, passivos de locação financeira, outros empréstimos bancários descobertos e passivos financeiros relacionados com créditos securitizados para os quais o risco de crédito é mantido pelo Grupo (Nota 28.3);
- fornecedores (Nota 17);
- operações com cartão de crédito (Nota 7.2);
- outras contas a pagar: as outras contas a pagar classificadas no passivo circulante correspondem a todas as outras contas a pagar operacionais (principalmente despesas de benefícios de pessoal acumuladas e valores devidos a fornecedores de ativos não circulantes) e diversas responsabilidades.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos derivativos, tais como contratos a prazo e swaps para cobertura da exposição ao risco de variação cambial sobre a importação de mercadorias. Estes instrumentos não são classificados como contabilidade de hedge.

O Grupo utiliza operações a termo de moeda (NDFs) para fixar as taxas no seu fluxo de caixa de empréstimos em moeda estrangeira, os quais foram designados para contabilidade de hedge. O Grupo designa formalmente e documenta uma relação de hedge para a qual deseja aplicar a contabilidade de hedge, bem como o seu objetivo e estratégia de gestão de risco estabelecidos para contratar a cobertura. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou operação coberto, a natureza do risco a ser coberto e os meios pelos quais o Grupo avaliará a eficácia de quaisquer alterações no valor justo no instrumento de cobertura na neutralização de qualquer variações no valor justo do item coberto ou fluxo de caixa atribuível ao risco a ser coberto. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para neutralizar a volatilidade cambial e sejam avaliados continuamente para determinar se elas realmente são altamente efetivas em todos os períodos das demonstrações financeiras às quais foram designadas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. São subsequentemente mensurados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas não realizados resultantes registrados conforme explicado abaixo.

(i) Derivativos designados como instrumentos de hedge

A contabilidade de hedge é aplicada se, e somente se, as seguintes condições forem atendidas:

- no início do hedge, existe designação formal e documentação da relação de cobertura;
- a eficácia da cobertura é demonstrada no início.

Os derivativos utilizados pelo Grupo podem ser designados como hedges de fluxo de caixa.

Hedge de fluxo de caixa

Para os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa, a parcela da variação do valor justo determinada como hedge efetivo é reconhecida diretamente em "Outros resultados abrangentes" e acumulada no patrimônio líquido até que a transação coberta afete o lucro. A parcela ineficaz da variação no valor justo é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica "Receitas e despesas financeiras".

O Grupo utiliza termos de moeda (NDFs) para fixar taxas para a gestão do seu fluxo de caixa em empréstimos em moeda estrangeira e designou esses instrumentos para contabilização de hedge.

(ii) Outros instrumentos derivativos

Outros instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações no valor justo reconhecidas no resultado. O Grupo detém instrumentos derivativos, tais como contratos a prazo e swaps para cobertura da exposição ao risco de variação cambial sobre a importação de bens. Estes instrumentos não são classificados para contabilidade de hedge.

Metodologia de cálculo de valor justo

Para a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (NDFs), o método de fluxo de caixa descontado foi aplicado com base nas informações obtidas da Bloomberg. O Grupo avaliou a possibilidade de utilização das taxas da BM&F Bovespa; entretanto, considerando os vencimentos das operações em aberto na data do cenário econômico atual, a informação da BM&F Bovespa apresentou uma volatilidade que não refletiu os fatos, e o Grupo decidiu usar informações da Bloomberg.

Notas Explicativas

28.1. Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2016		Controladora					
		Divisão por categoria					
(em milhões de R\$)	Valor contábil	Ativo			Passivo		
		Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2.042	2.042	-	-	-	-	2.042
Contas a receber							
Circulante	555	-	555	-	-	-	555
Outras contas a receber							
Circulante	16	-	16	-	-	-	16
Não circulante	37	-	37	-	-	-	37
Ativo	2.650	2.042	608	-	-	-	2.650
Instrumentos financeiros							
derivativos (*)							
Circulante	251	-	-	-	251	-	251
Fornecedores	5.444	-	-	-	-	5.444	5.444
Empréstimos							
Circulante	362	-	-	-	-	362	362
Não circulante	2.476	-	-	-	-	2.476	2.476
Outras contas a pagar							
Circulante	85	-	-	-	-	85	85
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	8.618	-	-	-	251	8.367	8.618

(*) Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2015	Controladora						
	Divisão por categoria						
	Valor contábil	Ativo			Passivo		
Valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	Valor justo	
(em milhões de R\$)							
Caixa e equivalente de caixa	1.976	1.976	-	-	-	-	1.976
Instrumentos financeiros derivativos (*)							
Circulante	329	329	-	-	-	-	329
Contas a receber							
Circulante	418	-	418	-	-	-	418
Outras contas a receber							
Circulante	17	-	17	-	-	-	17
Não circulante	43	-	43	-	-	-	43
Ativo	2.783	2.305	478	-	-	-	2.783
Instrumentos financeiros derivativos (*)							
Circulante	40	-	-	-	40	-	40
Fornecedores	4.594	-	-	-	-	4.594	4.594
Empréstimos							
Circulante	599	-	-	-	-	599	599
Não circulante	3.230	-	-	-	-	3.230	3.230
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	73	-	-	-	-	73	73
Passivo	8.536	-	-	-	40	8.496	8.536

(*) Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2014		Controladora Divisão por categoria					
(em milhões de R\$)	Valor contábil	Ativo			Passivo		
		Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	1.154	1.154	-	-	-	-	1.154
Instrumentos financeiros derivativos (*)							
Circulante	19	19	-	-	-	-	19
Contas a receber							
Circulante	367	-	367	-	-	-	367
Outras contas a receber							
Circulante	98	-	98	-	-	-	98
Não circulante	63	-	63	-	-	-	63
Ativo	1.701	1.173	528	-	-	-	1.701
Instrumentos financeiros derivativos (*)							
Circulante	46	-	-	-	46	-	46
Fornecedores	3.265	-	-	-	-	3.265	3.265
Empréstimos							
Circulante	702	-	-	-	-	702	702
Não circulante	435	-	-	-	-	435	435
Outras contas a pagar							
Circulante	44	-	-	-	-	44	44
Passivo	4.492	-	-	-	46	4.446	4.492

(*) Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2016		Consolidado Divisão por categoria					
		Ativo			Passivo		
(em milhões de R\$)	Valor contábil	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	3.242	3.242	-	-	-	-	3.242
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	901	-	901	-	-	-	901
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	4.435	-	4.435	-	-	-	4.435
Não circulante	128	-	128	-	-	-	128
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	88	-	88	-	-	-	88
Não circulante	82	-	82	-	-	-	82
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	235	-	-	235	-	-	235
Ativo	9.111	3.242	5.634	235	-	-	9.111
Instrumentos financeiros derivativos (*)							
Circulante	276	-	-	-	276	-	276
Fornecedores	8.007	-	-	-	-	8.007	8.007
Financiamento do crédito ao consumidor							
Circulante	3.042	-	-	-	-	3.042	3.042
Não circulante	38	-	-	-	-	38	38
Empréstimos							
Circulante	645	-	-	-	-	645	764
Não circulante	3.394	-	-	-	-	3.394	3.352
Dividendos a pagar							
Circulante	20	-	-	-	-	20	20
Não circulante	85	-	-	-	-	85	85
Outras contas a pagar							
Circulante	293	-	-	-	-	293	293
Não circulante	20	-	-	-	-	20	20
Passivo	15.820	-	-	-	276	15.544	15.897

(*) Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2015	Consolidado						
	Divisão por categoria						
	Ativo				Passivo		Valor justo
(em milhões de R\$)	Valor contábil	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	
Caixa e equivalente de caixa	2.882	2.882	-	-	-	-	2.882
Instrumentos financeiros derivativos (*)							
Circulante	441	441	-	-	-	-	441
Contas a receber							
Circulante	716	-	716	-	-	-	716
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras							
Circulante	4.158	-	4.158	-	-	-	4.158
Não circulante	104	-	104	-	-	-	104
Outras contas a receber							
Circulante	91	-	91	-	-	-	91
Não circulante	60	-	60	-	-	-	60
Títulos e valores mobiliários							
Não circulante	206	-	-	206	-	-	206
Ativo	8.658	3.323	5.129	206	-	-	8.658
Instrumentos financeiros derivativos (*)							
Circulante	40	-	-	-	40	-	40
Fornecedores	6.570	-	-	-	-	6.570	6.570
Financiamento do crédito ao consumidor							
Circulante	2.771	-	-	-	-	2.771	2.771
Não circulante	22	-	-	-	-	22	22
Empréstimos							
Circulante	1.243	-	-	-	-	1.243	1.210
Não circulante	3.565	-	-	-	-	3.565	3.649
Outras contas a pagar							
Circulante	298	-	-	-	-	298	298
Não circulante	7	-	-	-	-	7	7
Passivo	14.516	-	-	-	40	14.476	14.567

(*) Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2014	Consolidado						
	Divisão por categoria						
	Ativo				Passivo		
(em milhões de R\$)	Valor contábil	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	1.690	1.690	-	-	-	-	1.690
Instrumentos financeiros derivativos (*)							
Circulante	177	177	-	-	-	-	177
Não circulante	86	86	-	-	-	-	86
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	564	-	564	-	-	-	564
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras							
Circulante	3.627	-	3.627	-	-	-	3.627
Não circulante	65	-	65	-	-	-	65
Outras contas a receber							
Circulante	88	-	88	-	-	-	88
Não circulante	65	-	65	-	-	-	65
Títulos e valores mobiliários							
Circulante	162	-	-	162	-	-	162
Não circulante	109	-	-	109	-	-	109
Ativo	6.633	1.953	4.409	271	-	-	6.633
Instrumentos financeiros derivativos (*)							
Circulante	98	-	-	-	98	-	98
Fornecedores	5.340	-	-	-	-	5.340	5.340
Financiamento do crédito ao consumidor							
Circulante	2.643	-	-	-	-	2.643	2.643
Não circulante	78	-	-	-	-	78	78
Empréstimos							
Circulante	2.146	-	-	-	-	2.146	2.405
Não circulante	920	-	-	-	-	920	1.036
Outras contas a pagar							
Circulante	182	-	-	-	-	182	182
Não circulante	41	-	-	-	-	41	41
Passivo	11.448	-	-	-	98	11.350	11.823

(*) Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Ativos e passivos mensurados ao valor justo com base na hierarquia prevista no CPC 46 (IFRS 13) - Medição do Valor Justo

2016	Controladora				Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalente de caixa	-	2.042	-	2.042	-	3.242	-	3.242
Títulos e valores mobiliários								
Não Circulante	-	-	-	-	-	235	-	235
Ativo	-	2.042	-	2.042	-	3.477	-	3.477
Instrumentos Financeiros								
derivativos								
Circulante	-	(251)	-	(251)	-	(276)	-	(276)
Passivo	-	(251)	-	(251)	-	(276)	-	(276)
2015								
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalente de caixa	-	1.976	-	1.976	-	2.882	-	2.882
Instrumentos Financeiros								
derivativos								
Circulante	-	329	-	329	-	441	-	441
Títulos e valores mobiliários								
Não Circulante	-	-	-	-	-	206	-	206
Ativo	-	2.305	-	2.305	-	3.529	-	3.529
Instrumentos Financeiros								
derivativos								
Circulante	-	(40)	-	(40)	-	(40)	-	(40)
Passivo	-	(40)	-	(40)	-	(40)	-	(40)
2014								
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalente de caixa	-	1.154	-	1.154	-	1.690	-	1.690
Instrumentos Financeiros								
derivativos								
Circulante	-	19	-	19	-	177	-	177
Não Circulante	-	-	-	-	-	86	-	86
Títulos e valores mobiliários								
Circulante	-	-	-	-	-	162	-	162
Não Circulante	-	-	-	-	-	109	-	109
Ativo	-	1.173	-	1.173	-	2.224	-	2.224
Instrumentos Financeiros								
derivativos								
Circulante	-	(46)	-	(46)	-	(98)	-	(98)
Passivo	-	(46)	-	(46)	-	(98)	-	(98)

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis entre 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

28.2. Descrição dos principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

Nossos principais riscos associados aos instrumentos financeiros que nós utilizamos são os riscos de liquidez, taxa de juros, moeda e crédito. Devido à sua especificidade e à existência de um conjunto específico de regulamentos fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), os riscos financeiros decorrentes de nossas atividades bancárias (Banco CSF) são administrados separadamente daqueles relacionados aos segmentos de negócios de varejo e atacado.

Notas Explicativas

Nossa Tesouraria Corporativa e o Departamento Financeiro supervisionam as necessidades de liquidez e financiamento de nossos três segmentos de negócios e mantêm contato com o Departamento de Tesouraria e Financeiro específico de cada um de nossos segmentos de negócios. Nosso Departamento de Tesouraria e Financeiro é responsável pela implementação da estratégia definida pela nossa Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de nossas posições financeiras, monitorando os riscos financeiros decorrentes de nossos diversos segmentos de negócios, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a nossa exposição financeira.

28.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não podermos liquidar nossos passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, na medida do possível, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito, nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado.

Notas Explicativas

Segmento de Varejo e Atacado

Os empréstimos por prazo estão detalhados no cronograma abaixo:

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado			Cobrança	Maturidade
	2016	2015	2014	2016	2015	2014		
Moeda Local								
BNDES – FINEM Indireto	-	-	13	-	-	13	IPCA + 10,51%p.a.	2015
BNDES – FINEM Direto	-	-	13	-	-	13	IPCA + 10,23%p.a.	2015
BNDES – FINEM Indireto	-	-	14	-	-	14	TJLP + 2,90%p.a.	2015
BNDES – FINEM Direto	-	-	4	-	-	4	TJLP + 1,72%p.a.	2015
BNDES – FINEM Direto	-	-	7	-	-	7	TJLP + 2,62%p.a.	2015
BNDES	-	-	15	-	-	15	TJLP + 2,90%p.a.	2015
BNDES IPCA	-	-	9	-	-	9	IPCA + 2,62%p.a.	2015
BNDES IPCA	-	-	9	-	-	9	IPCA + 2,90%p.a.	2015
Arrendamento financeiro	-	-	2	-	-	2	1.29% p.m	2017
Moeda estrangeira								
Carrefour Finance	-	-	325	-	-	325	1.96% p.a. + Euribor 6 months + FX	2015
Carrefour Finance	-	-	323	-	-	323	1.96% p.a. + Euribor 6 months + FX	2015
Carrefour Finance	8	-	-	8	-	-	1.94% p.a. + Euribor 6 months + FX	2018
Carrefour Finance	-	578	4	-	578	4	1.96% p.a. + Euribor 6 months + FX	2016
Carrefour Finance	-	2	-	-	2	-	1.70% p.a. + Euribor 6 months + FX	2017
Carrefour Finance	8	-	-	8	-	-	2.50% p.a. + Euribor 6 months + FX	2018
Carrefour Finance	-	8	-	-	8	-	1.96% p.a. + Euribor 6 months + FX	2017
Carrefour Finance	-	9	-	-	9	-	1.96% p.a. + Euribor 6 months + FX	2017
Carrefour Finance	345	3	-	345	3	-	1.96% p.a. + Euribor 6 months + FX	2017
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	1.70% p.a. + Euribor 6 months + FX	2017
Banco Société Générale	-	-	-	283	3	-	1.70% p.a. + Libor USD 6 months + FX	2017
Carrefour Finance	1	-	-	1	-	-	3.00% p.a. + Euribor 6 months + FX	2018
Carrefour Finance	-	-	-	-	640	2	1.93% p.a. + Euribor 6 months + FX	2016
Banco Itaú BBA	-	-	-	-	-	135	3.25% p.a. + FX	2015
Banco Itaú BBA	-	-	-	-	-	135	3.21% p.a. + FX	2015
Carrefour Finance – BNP	-	-	-	-	-	486	1.52% p.a. + Euribor 6 months + FX	2015
Carrefour Finance – Crédit Agricole	-	-	-	-	-	650	1.96% p.a. + Euribor 6 months + FX	2015
Transações financeiras								
Contrato de recompra com carteira própria	-	-	-	-	-	-	13.70% p.a.	2015
Depósitos interfinanceiros de taxa fixa	-	-	-	-	-	-	15.81% p.a.	2017
Depósitos interfinanceiros pós-fixados	-	-	-	-	-	-	104,80% CDI.	2015
	362	599	702	645	1.243	2.146		

Notas Explicativas

Não circulante (em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado			Cobrança	Maturidade
	2016	2015	2014	2016	2015	2014		
Moeda Local								
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	1.29% p.m	2017
Moeda estrangeira								
Carrefour Finance	-	-	435	-	-	436	1.96% p.a. + Euribor 6 months + FX	2016
Carrefour Finance - HSBC	-	-	-	-	-	484	1.93% p.a. + Euribor 6 months + FX	2016
Carrefour Finance	1,582	-	-	1,582	-	-	1.94% p.a. + Euribor 6 months + FX	2018
Carrefour Finance	-	1,955	-	-	1,955	-	1.94% p.a. + Euribor 6 months + FX	2017
Carrefour Finance	-	1,275	-	-	1,275	-	1.70% p.a. + Euribor 6 months + FX	2017
Carrefour Finance	894	-	-	894	-	-	2.50% p.a. + Euribor 6 months + FX	2018
Banco Société Générale	-	-	-	-	335	-	1.70% p.a. + Libor USD 6 months + FX	2017
Carrefour Finance	-	-	-	516	-	-	3.00% p.a. + Euribor 6 months + FX	2018
transações financeiras								
Fund raising – financial bills	-	-	-	402	-	-	109% p.a. of CDI	2018
	2.476	3.230	435	3.394	3.565	920		
Total	2.838	3.829	1.137	4.039	4.808	3.066		

Historicamente, nosso segmento de varejo se refinanciou centralmente com o Carrefour Finance, braço de financiamento interno do Grupo Carrefour com sede em Bruxelas. Nos períodos de relatório históricos de 2014, 2015 e 2016, nosso segmento de varejo é, portanto, financiado principalmente pelo Grupo Carrefour através de empréstimos intercompanies. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos intercompanies representavam R\$ 3.354 milhões (2015: R\$ 4.470 milhões, 2014: R\$ 2.710 milhões).

Os empréstimos intercompanies são denominados em euros e avaliados às condições de mercado.

Estão protegidos contra as variações cambiais através de compras a prazo de Euros (Swap ou NDFs) com vencimentos geralmente de 6 meses celebrados com bancos. Essa estrutura de hedge faz com que nós tenhamos uma dívida denominada em Reais sintética com condições de mercado local.

Nosso segmento de varejo diversifica suas fontes de captação no mercado local brasileiro através de endividamento bancário firmado com instituições financeiras internacionais. Em 31 de Dezembro de 2016, nenhum de nossos empréstimos estava sujeito a quaisquer cláusulas de covenants.

Nossas projeções do fluxo de caixa são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através da contratação de empréstimos e da venda de recebíveis de cartões de crédito, registrados como contas a receber, junto a instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, na posição consolidada, nosso saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários totalizaram R\$ 3.242 milhões (2015: R\$ 2.882 milhões, 2014: R\$ 1.852 milhões).

Para enfrentar necessidades inesperadas de liquidez de curto prazo, o CCI também detinha uma linha bancária comprometida por um total de R\$ 150 milhões.

O prazo de vencimento passivos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

(em milhões de R\$)	Controladora				
	Valor contábil	Valor do contrato	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Fornecedores	5.444	5.444	5.444	-	-
Outras contas a pagar	85	85	85	-	-
Empréstimos	2.838	2.910	415	2.495	-
Instrumentos financeiros derivativos	251	251	251	-	-
Total	8.618	8.690	6.195	2.495	-

Notas Explicativas

(em milhões de R\$)	Consolidado				
	Valor contábil	Valor do contrato	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Fornecedores	8.007	8.007	8.007	-	-
Outras contas a pagar (circulante e não circulante)	313	313	293	20	-
Empréstimos e operações com cartão de crédito (circulante e não circulante)	7.119	7.217	3.759	3.458	-
Dividendos a pagar (circulante e não circulante)	105	105	20	42	43
Instrumentos financeiros derivativos	276	276	276	-	-
Total	15.820	15.918	12.355	3.520	43

Segmento de soluções financeiras

O risco de liquidez do Banco CSF é monitorado dentro de uma estratégia de liquidez aprovada pela nossa Administração.

A situação de refinanciamento do Banco CSF é avaliada com base em normas internas, indicadores e regulamentações.

Os objetivos de gestão do risco de liquidez são:

- assegurar que as necessidades de refinanciamento sejam satisfeitas, com base em avaliações mensais dos excedentes ou insuficiências de caixa projetados durante um período de três anos, comparando as previsões estáticas das facilidades de financiamento comprometidas com as previsões dinâmicas de empréstimos.
- cumprir com as regras do BACEN, aumentando os índices de cobertura de liquidez, através de um processo que visa proporcionar uma melhoria sustentável da qualidade dos ativos investindo em um fundo especial qualificado para inclusão no cálculo do índice e alongamento do vencimento dos passivos afim de melhorar o financiamento estável líquido.
- diversificar as fontes de refinanciamento para incluir linhas de crédito bancário, questões do mercado monetário e emissões de letra financeira.

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco CSF consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos, oferecendo um retorno satisfatório e disponível para venda, se necessário. Em dezembro de 2016, o Banco CSF detém R\$ 235 milhões de títulos públicos (2015: R\$ 206 milhões, 2014: R\$ 271 milhões). O Banco CSF também detém uma linha de crédito não utilizada de R\$ 170 milhões (2015: R\$ 170 milhões, 2014: R\$ 170 milhões). O Banco CSF considera a posição de liquidez como sólida.

28.4 Risco de taxa de juros

Nós possuímos ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue:

Notas Explicativas

(em milhões de R\$)		Controladora						
		Exposição	Baixo			Alto		
			10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	1.609	(22)	(55)	(110)	22	55	110	
Empréstimos	(2.938)	39	97	193	(39)	(97)	(193)	
Exposição líquida	1.229	17	42	84	(17)	(42)	(84)	

(em milhões de R\$)		Consolidado						
		Exposição	Baixo			Alto		
			10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	2.607	(36)	(89)	(178)	36	89	178	
Titulos e valores mobiliarios	235	(3)	(8)	(16)	3	8	16	
Empréstimos	(4.039)	61	152	304	(61)	(152)	(304)	
Dividendos a pagar	(105)	1	4	7	(1)	(4)	(7)	
Exposição líquida	(1.302)	23	59	117	(23)	(59)	(117)	

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, nossa Administração considerou uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nos valores de nossos ativos e passivos financeiros até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros. Os empréstimos denominados em moeda estrangeira (em euros e em dólares norte-americanos) representavam R\$ 3.637 milhões em 31 de dezembro de 2016 no consolidado e estão protegidos contra movimentos cambiais por meio de compras a prazo de moeda estrangeira (NDFs) com prazos geralmente de 6 meses celebrados com bancos. Essa estrutura de hedge faz com que nós tenhamos uma dívida denominada em Reais sintética com condições de mercado local, cuja sensibilidade tenha sido testada acima.

28.5 Risco de câmbio

Nós somos principalmente financiados através de empréstimos denominados em moeda estrangeira, quer em Euros por seus empréstimos de partes relacionadas, quer em Dólar Americano. A nossa estrutura de financiamento não é sensível à flutuação da taxa de câmbio, uma vez que a sua exposição a financiamentos em moeda estrangeira está totalmente coberta por instrumentos derivados, nomeadamente Non deliverable Forward – NDFs, conforme tabela abaixo. Os instrumentos derivativos geralmente têm um prazo de 6 meses e são renovados em cada data de vencimento até a liquidação final dos empréstimos.

Nós não apresentamos análise de sensibilidade para empréstimos designados para hedge, uma vez que estes estão totalmente cobertos por instrumentos derivativos. Os instrumentos financeiros expostos ao risco cambial e seus correspondentes instrumentos de hedge são apresentados no cronograma abaixo.

Notas Explicativas

Controladora - 31 de dezembro de 2016

Objeto de Hedge					Instrumento de Hedge							
Contraparte	Moeda	Data de início	Vencimento	Nocional em milhões	Tx. de fechamento do contrato	Contraparte	Natureza	Data de início	Vencimento	Nocional em milhões	Tx. de fechamento do contrato	Tx. Termo
Carrefour Finance	Euros (€)	21/01/2015	24/07/2018	240,0	3,0105	Citibank	NDF	20/07/2016	24/01/2017	121,1	3,5899	3,8227
Carrefour Finance	Euros (€)	10/03/2015	09/03/2018	100,0	3,3609	BNP	NDF	20/07/2016	24/01/2017	121,1	3,5899	3,8218
Carrefour Finance	Euros (€)	28/04/2015	27/04/2018	120,0	3,1626	Itaú	NDF	06/09/2016	10/03/2017	100,9	3,6466	3,8808
Carrefour Finance	Euros (€)	16/12/2015	18/12/2017	100,0	4,3029	ING	NDF	21/12/2016	28/04/2017	120,9	3,5230	3,6693
Carrefour Finance	Euros (€)	02/02/2016	05/02/2018	135,0	4,3588	Bradesco	NDF	16/12/2016	16/06/2017	100,8	3,5222	3,7293
Carrefour Finance	Euros (€)	18/08/2016	22/08/2018	125,0	3,6512	ING	NDF	02/08/2016	02/02/2017	136,6	3,6470	3,8869
Total em Euros (€)				820,0		CACIB	NDF	18/08/2016	21/02/2017	126,5	3,6512	3,8913
Total em Euros (€)						Total em Euros (€)				827,9		

Item objeto de Hedge

Contraparte	Moeda	Data de início	Vencimento	Nocional em milhões	Fechamento do contrato
Carrefour Finance	Euros (€)	21/01/2015	24/07/2018	240,0	3,0105
Carrefour Finance	Euros (€)	10/03/2015	09/03/2018	100,0	3,3609
Carrefour Finance	Euros (€)	28/04/2015	27/04/2018	120,0	3,1626
Carrefour Finance	Euros (€)	16/12/2015	18/12/2017	100,0	4,3029
Carrefour Finance	Euros (€)	02/02/2016	05/02/2018	135,0	4,3588
Carrefour Finance	Euros (€)	18/08/2016	22/08/2018	125,0	3,6512
Carrefour Finance	Euros (€)	25/04/2016	04/05/2018	150,0	3,9894
Total em Euros (€)				970,0	
Société Générale	US Dólar (\$)	18/08/2015	18/08/2017	86,0	3,4966
Total em US Dólar (\$)				86,0	

Instrumento de hedge 31 de dezembro de 2016

Contraparte	Natureza	Data de início	Vencimento	Nocional em milhões	Fechamento do contrato	Taxa a termo
Citibank	NDF	20/07/2016	24/01/2017	121,1	3,5899	3,8227
BNP	NDF	20/07/2016	24/01/2017	121,1	3,5899	3,8218
Itaú	NDF	06/09/2016	10/03/2017	100,9	3,6466	3,8808
ING	NDF	21/12/2016	28/04/2017	120,9	3,5230	3,6693
Bradesco	NDF	16/12/2016	16/06/2017	100,8	3,5222	3,7293
ING	NDF	02/08/2016	02/02/2017	136,6	3,6470	3,8869
CACIB	NDF	18/08/2016	21/02/2017	126,5	3,6512	3,8913
JP Morgan	NDF	19/12/2016	25/05/2017	152,1	3,5230	3,7078
Total em Euros (€)				980,0		
Société Générale	NDF	16/08/2016	21/02/2017	87,3	3,1749	3,3566
Total em US Dólar (\$)				87,3		

Notas Explicativas

Nós também contamos com transações de importação denominadas em Euros e Dólares para as quais existem NDFs ou swaps. Os fornecedores a pagar (importações) denominados em moeda estrangeira eram de R\$ 132 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 171 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 97 milhões em 31 de dezembro de 2014).

28.6 Risco de crédito

Nossa exposição estimada ao risco de crédito está apresentada abaixo:

(em milhões de R\$)		Controladora			Consolidado		
		2016	2015	2014	2016	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	2.042	1.976	1.154	3.242	2.882	1.690
Contas a receber							
Circulante	Empréstimos e recebíveis	555	418	367	5.336	4.874	4.191
Não circulante	Empréstimos e recebíveis	-	-	-	124	104	65
Títulos e valores mobiliários							
Circulante	Disponível para venda	-	-	-	-	-	162
Não circulante	Disponível para venda	-	-	-	235	206	109
Outras contas a receber							
Circulante	Empréstimos e recebíveis	22	23	101	111	114	105
Não circulante	Empréstimos e recebíveis	37	43	63	82	60	65
Instrumentos financeiros derivativos							
Circulante	Valor justo por meio do resultado	-	329	19	-	441	177
Não circulante	Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	86
		2.656	2.789	1.704	9.134	8.681	6.650

Segmentos de Varejo e Atacado

a) Contas a receber

As contas a receber correspondem principalmente a valores a receber de clientes (para produtos entregues e cartões de crédito), fornecedores (principalmente descontos) e inquilinos de unidades de shopping centers (aluguel). As perdas por impairment são reconhecidas quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o montante devido e a idade do crédito a receber.

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (excluindo recebíveis de fornecedores) totalizaram R\$ 630 milhões (consolidado) e R\$ 168 milhões (controladora).

Análise de contas a receber devidas e vencidas

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Vencido						
Até 14 dias	-	-	-	-	-	-
14-90 dias	11	8	8	19	17	17
91-180 dias	2	1	1	3	2	3
Acima de 180 dias	11	8	6	26	18	17
Total vencidos	24	17	15	48	37	37
À vencer	544	411	359	890	702	590
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13)	(10)	(7)	(37)	(23)	(63)
Total	555	418	367	901	716	564

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada quando evidências mostram que uma perda pode ter impacto em fluxos de caixa futuros que possam ser estimados de forma confiável.

Notas Explicativas

b) Investimentos (caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros correntes)

O risco de crédito decorre da possibilidade de nós não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Para minimizar possíveis perdas com inadimplência de suas contrapartes, o Grupo adota políticas de gestão rigorosas, incluindo a análise da contraparte e as regras de diversificação.

No que diz respeito ao risco de crédito relativo aos títulos e valores mobiliários, nossa Administração entende que este é limitado, uma vez que as instituições financeiras envolvidas receberam elevadas notas das agências de risco de crédito.

Segmento de soluções financeiras

a. Gestão de risco de crédito

Para proteger-se do risco de inadimplência dos clientes, o Banco CSF utiliza-se de sistemas e processos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. Esses sistemas e processos incluem, mas não se limitam às seguintes funções:

- Ferramentas de tomada de decisão, como por exemplo softwares de análise de crédito, ferramentas de simulação de receitas e despesas e procedimentos de checagem de histórico de crédito;
- Bases de dados de indagação de histórico positivo e negativo de crédito, quando existente;
- Gestão ativa da base de clientes (ex.: aumento e redução de linha de crédito, autorizações, vendas combinadas, etc.);
- Gestão ativa de processos de recebimento;
- Monitoramento de risco de crédito e sistemas de controle.

O Departamento de Risco de Crédito é responsável por todos esses procedimentos, e o Conselho de Diretor recebe cópias de todos os relatórios emitidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Crédito.

b. Provisões para inadimplência de empréstimos ao consumidor

Os empréstimos ao consumidor são classificados como vencidos quando nós acreditamos que exista um risco significativo de que a totalidade ou parte do montante vencido não seja recuperada (por exemplo, devido ao saldo vencido ou procedimentos de litígio).

Modelos de provisão são desenvolvidos de acordo com o *CPC 38 (IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* e observa também a regulamentação bancária brasileira, de acordo com um processo de duas etapas:

- Classificação dos empréstimos vencidos em categorias de acordo com as características de cada carteira de empréstimos;
- Avaliação do comportamento histórico de inadimplência e taxas padrão de cada carteira de empréstimos;
- Modelagem de perda dada a inadimplência e taxas de recuperação de perdas baseadas em dados históricos;

Notas Explicativas

Análises do crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras vencidos e à vencer

(em milhões de R\$)	Consolidado		
	2016	2015	2015
Vencidos			
Até 14 dias	59	63	68
14-90 dias	217	238	179
91-180 dias	252	255	166
Após 180 dias	483	432	267
Total vencidos	1.011	988	680
À vencer			
Até 90 dias	3.008	2.637	2.300
91 - 360 dias	1.229	1.258	1.088
Após 360 dias	182	147	86
Total à vencer	4.419	4.042	3.474
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(867)	(768)	(462)
Total	4.563	4.262	3.692

28.7. Transações com instrumentos financeiros derivativos

1 - Swap

O Grupo contratou operações financeiras de swap para proteção contra o impacto da variação cambial na importação de bens em moeda estrangeira, em que a variação cambial e as taxas de juros fixas foram trocadas por encargos financeiros atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

2 - Termos de moeda (NDF)

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos relacionados a termos de moeda (NDFs), para a gestão de seu fluxo de caixa na importação de bens.

3 - Contabilidade de hedge de fluxo de caixa

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos relacionados a NDFs para proteger sua exposição à flutuação de moeda estrangeira e designou esses instrumentos financeiros para contabilidade de hedge de fluxo de caixa.

Para a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (NDFs), o método de fluxo de caixa descontado foi aplicado com base nas informações obtidas da Bloomberg.

Controladora							
Instrumento de cobertura em vigor a 31 de Dezembro de 2016							
Contraparte	Natureza	Início	Vencimento	Nocional em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa termo	MTM R\$ milhões
Citibank	NDF	20/07/2016	24/01/2017	121,1	3,5899	3,8227	(43)
BNP	NDF	20/07/2016	24/01/2017	121,1	3,5899	3,8218	(43)
Itaú	NDF	06/09/2016	10/03/2017	100,9	3,6466	3,8808	(37)
ING	NDF	21/12/2016	28/04/2017	120,9	3,5230	3,6693	(12)
Bradesco	NDF	16/12/2016	16/06/2017	100,8	3,5222	3,7293	(11)
ING	NDF	02/08/2016	02/02/2017	136,6	3,6470	3,8869	(56)
CACIB	NDF	18/08/2016	21/02/2017	126,5	3,6512	3,8913	(49)
Total em Euros (€)				827,9		Total	(251)
Passivo							(251)

Notas Explicativas

Controladora							
Instrumento de cobertura em vigor a 31 de Dezembro de 2015							
Contraparte	Natureza	Início	Vencimento	Nocional em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa termo	MTM R\$ milhões
ING	NDF	20/07/2015	22/01/2016	101,0	3,4888	3,7110	57
CACIB	NDF	20/07/2015	22/01/2016	101,0	3,4888	3,7110	57
BNP	NDF	22/07/2015	26/01/2016	121,2	3,4989	3,7230	68
Santander	NDF	22/07/2015	26/01/2016	121,2	3,4989	3,7228	68
ING	NDF	08/09/2015	10/03/2016	101,0	4,2447	4,5017	(16)
BNP	NDF	15/05/2015	04/02/2016	135,0	3,4085	3,7089	79
BNP	NDF	11/11/2015	04/02/2016	1,3	4,0030	4,1234	-
BNP	NDF	28/10/2015	29/04/2016	121,0	4,3006	4,5539	(16)
CACIB	NDF	16/12/2015	17/06/2016	100,8	4,3029	4,5661	(8)
Total em Euros (€)				903,5		Total	289
							Ativo
							Passivo
							(329)

Controladora							
Instrumento de cobertura em vigor a 31 de Dezembro de 2014							
Contraparte	Natureza	Início	Vencimento	Nocional em milhões	Ativo	Passivo	MTM
Itau	Swap	28/02/2014	12/03/2015	100	Euribor 6M + 1.96%	107,5% CDI	(27)
BNP	Swap	13/08/2014	04/02/2015	135	Euribor 6M + 1.96%	112,6% CDI	-
Total em Euros (€)				235		Total	(27)
							Ativo
							Passivo
							(19)

Consolidado							
Instrumento de cobertura em vigor a 31 de Dezembro de 2016							
Contraparte	Natureza	Início	Vencimento	Nocional em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa termo	MTM R\$ milhões
Citibank	NDF	20/07/2016	24/01/2017	121,1	3,5899	3,8227	(43)
BNP	NDF	20/07/2016	24/01/2017	121,1	3,5899	3,8218	(43)
Itaú	NDF	06/09/2016	10/03/2017	100,9	3,6466	3,8808	(37)
ING	NDF	21/12/2016	28/04/2017	120,9	3,5230	3,6693	(12)
Bradesco	NDF	16/12/2016	16/06/2017	100,8	3,5222	3,7293	(11)
ING	NDF	02/08/2016	02/02/2017	136,6	3,6470	3,8869	(56)
CACIB	NDF	18/08/2016	21/02/2017	126,5	3,6512	3,8913	(50)
JP Morgan	NDF	19/12/2016	25/05/2017	152,1	3,5230	3,7074	(16)
Total em Euros (€)				980,0			(268)
Société Générale	NDF	16/08/2016	21/02/2017	87,3	3,1749	3,3566	(5)
Total em dólar (\$)				87,3			(5)
Importação							
Euro	NDF	De 30/09/2016 a 28/12/2016	De 03/01/2017 a 28/07/2017	3,9	Média 3,5270	Media 3,6478	(1)
Dólar	NDF	De 29/01/2016 a 28/12/2016	De 04/01/2017 a 04/10/2017	36,4	Média 3,3194	Media 3,4897	(2)
							(3)
							Total Ativo
							(276)

Notas Explicativas

Consolidado Instrumento de cobertura em vigor a 31 de Dezembro de 2015							
Contraparte	Natureza	Início	Vencimento	Nocional em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa termo	MTM R\$ milhões
ING	NDF	20/07/2015	22/01/2016	101,0	3,4888	3,7110	57
CACIB	NDF	20/07/2015	22/01/2016	101,0	3,4888	3,7110	57
BNP	NDF	22/07/2015	26/01/2016	121,2	3,4989	3,7230	68
Santander	NDF	22/07/2015	26/01/2016	121,2	3,4989	3,7228	68
ING	NDF	08/09/2015	10/03/2016	101,0	4,2447	4,5017	(16)
BNP	NDF	15/05/2015	04/02/2016	135,0	3,4085	3,7089	79
BNP	NDF	11/11/2015	04/02/2016	1,3	4,0030	4,1234	-
BNP	NDF	28/10/2015	29/04/2016	121,0	4,3006	4,5539	(16)
CACIB	NDF	16/12/2015	17/06/2016	100,8	4,3029	4,5661	(8)
HSBC	NDF	15/05/2015	29/04/2016	150,0	3,4140	3,8158	86
HSBC	NDF	29/10/2015	29/04/2016	1,5	4,2467	4,5105	-
Total em Euros (€)				1.055,0			375
Société Générale	NDF	18/08/2015	18/02/2016	86,9	3,4966	3,7015	22
Total em dólar (\$)				86,9			22
Importação							
Euro	NDF	De 29/06/2015 a 23/12/2015	De 04/01/2016 a 13/06/2016	2,1	Média 4,2334	Media 4,3790	-
Dólar	NDF	De 25/02/2015 a 23/12/2015	De 04/01/2016 a 11/10/2016	43,7	Média 3,6561	Media 3,9243	4
							4
							401
							441
							(40)

Consolidado Instrumento de cobertura em vigor a 31 de Dezembro de 2014							
Contraparte	Natureza	Início	Vencimento	Nocional em milhões	Ativo	Passivo	MTM
Itau	Swap	28/02/2014	12/03/2015	100	Euribor 6M + 1.96%	107,5% CDI	(27)
BNP	Swap	13/08/2014	04/02/2015	135	Euribor 6M + 1.96%	112,6% CDI	-
CACIB	Swap	09/01/2014	22/01/2015	200	Euribor 6M + 1.96%	108,6% CDI	(27)
BNP	Swap	30/04/2013	30/04/2015	150	Euribor 6M + 1.75%	112,25% CDI	86
HSBC	Swap	30/04/2013	29/04/2016	150	Euribor 6M + 1.93%	113% CDI	79
Total em Euros (€)				735			111
Itau	Swap	28/08/2012	28/08/2015	100	3.78%	115% CDI	59
Total em Dólar (\$)				100			59
Importação							
Euro	Swap	De 01/11/2013 a 05/12/2014	De 07/01/2015 a 15/07/2015	6,2			(1)
Dólar	Swap	De 14/10/2013 a 05/12/2014	De 05/01/2015 a 14/12/2015	32,0			(4)
							(5)
							165
							263
							(98)

Notas Explicativas

4 – Contabilidade de hedge

Os contratos designados para contabilidade de hedge com impacto no patrimônio líquido são apresentados, conforme quadros abaixo:

Instituição	Valor Nominal	Valor Nominal	Taxa de câmbio a prazo	Vencimento	Consolidado		
					2016	2015	2014
					Ajuste líquido - empréstimos (*)	Ajuste líquido - empréstimos (*)	Ajuste líquido - empréstimos (*)
Controladora							
NDF	ING Bank	EUR 101	R\$4,5017	10/03/2016	-	(1)	-
NDF	BNP Paribas	EUR 121	R\$4,5539	29/04/2016	-	1	-
NDF	Credit Agricole	EUR 101	R\$4,5661	17/06/2016	-	(4)	-
NDF	Credit Agricole	EUR 126	R\$3,8913	21/02/2017	(1)	-	-
NDF	ING Bank	EUR 137	R\$3,8869	02/02/2017	(1)	-	-
NDF	Itaú BBA	EUR 101	R\$3,8808	10/03/2017	(2)	-	-
					(4)	(4)	-
Controladas							
NDF	JP Morgan	EUR 150	R\$3,7074	25/05/2017	(1)	-	-
					(1)	-	-
Total					(5)	(4)	-

(*)Saldo líquido do imposto de renda e da contribuição social.

O Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos que exigem depósito de margem em garantia. Os contratos de derivativos não possuem cláusulas penais caso o Grupo decida pelo seu cancelamento.

NOTA 29: PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador direto da Companhia é o Carrefour Nederland BV, sediado na Holanda e seu acionista controlador final é o Carrefour S.A., sediado na França.

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais para compra e venda de mercadorias, despesas com pessoal, empréstimos e financiamentos, acordos de compartilhamento de custos e serviços de tecnologia da informação. Os saldos de contas a receber e contas a pagar referentes às transações com partes relacionadas são os seguintes:

- Contas a receber – Verbas comerciais a receber – estes valores referem-se principalmente a bonificações comerciais remetidas pelo Carrefour World Trade ("CWT") para a Companhia e para o CCI, baseados no atendimento de condições e compromissos comerciais estabelecidos no contrato global negociado pela CWT com fornecedores, cujo objetivo é gerar sinergias com as empresas do Grupo Carrefour através da adoção de uma estratégia de alinhamento na seleção de fornecedores.
- Fornecedores e outras contas a pagar - estes valores referem-se à compra de mercadorias e produtos e/ou prestação de serviços diretamente relacionados com as suas atividades operacionais.
- Empréstimos - estes montantes referem-se a contratos de empréstimo concedidos pelo Carrefour Finance, conforme indicado na Nota 28.3.

Notas Explicativas

- Remuneração da Administração - os valores e divulgações referentes à remuneração do pessoal-chave da administração estão apresentados na Nota 31.3.
- Acordo de compartilhamento de gastos - correspondem a serviços prestados pela sede do Carrefour na França, prestados para o Grupo.
- Serviços de TI – Carrefour Systèmes d’Information presta serviços à Companhia e à CCI de manutenção, operação e suporte de equipes em relação a aplicações de tecnologia da informação
- Correspondente de Serviços Bancários - Atacadão e CCI atuam como correspondentes bancários do Banco CSF, oferecendo soluções financeiras para os clientes em suas lojas, sendo remunerados como tal pelo Banco CSF.
- Com relação ao acordo de licenciamento de marca, o Carrefour S.A. concedeu ao CCI o direito de utilizar suas marcas e logos com o nome Carrefour por uma taxa que depende do percentual de vendas e de certos parâmetros a serem atingidos, após a dedução das despesas de publicidade. Nenhum valor foi faturado no ano passado.

Em 2 de junho, o Atacadão e o Banco CSF aprovaram o contrato firmado com o Banco Itaú Unibanco S.A., sob o qual, o CSF adquiriu junto ao Atacadão o direito exclusivo de oferecer soluções financeiras dentro da rede de distribuição do Atacadão, conforme divulgado na Nota 3.2 - Cartão de Crédito Atacadão. Tal operação é totalmente eliminada nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

Controladora Saldos de ativos e passivos	2016										
	Ativo					Passivo					
	Ativo Circulante			Ativo Não Circulante		Passivo Circulante				Passivo Não Circulante	
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outras Contas a receber	Total	Empréstimos	Dividendos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Empréstimos	Receita diferida	Total
Controladoras											
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-	24
Carrefour Nederlands BV	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Controladas											
Banco CSF S.A.	4	-	-	4	-	-	26	-	-	378	404
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	-	-	1	1	-	-	-	5	-	-	5
Coligadas											
Carrefour World Trade	-	38	-	38	-	-	-	-	-	-	-
Carrefour Systèmes d'Information Finance	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Carrefour Finance	-	-	-	-	362	-	-	-	2.476	-	2.836
Outras partes relacionadas											
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	5
4	4	38	1	43	362	1	26	43	2.476	378	3.285

Notas Explicativas

2015

	Ativo						Passivo			
	Ativo Circulante			Ativo Não Circulante			Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber		Outras Contas a receber	Total		Empréstimos	Outras contas a pagar	Empréstimos	Total
		receber								
Controladora	-	-	-	-	-	-	-	16	-	16
Saldos de ativos e passivos	2	-	-	1	3	-	-	8	-	8
Controladoras	-	48	-	-	48	-	-	-	-	-
Controladas	-	-	-	-	-	-	-	16	-	16
Coligadas	-	-	-	-	-	599	-	-	3.230	3.230
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4
	2	48		1	51	362	43	2.476	3.874	

Notas Explicativas

	2014							
	Ativo				Passivo			
	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	Caixa e equivalentes de caixa	Outras Contas a receber	Total	Empréstimos	Outras contas a pagar	Empréstimos	Total	
Controladora	1	-	1	-	-	-	-	-
Saldos de ativos e passivos	-	70	70	-	18	-	18	-
Controladora	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco CSF S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas	-	34	34	-	-	-	-	-
Carrefour World Trade	-	-	-	652	-	435	1.087	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	3	-	3	-
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	104	105	652	21	435	1.109	

Notas Explicativas

Consolidado Saldos de ativos e passivos	31.12.2016									
	Ativo					Passivo				
	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Total	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total
	Contas a receber	Outras contas a receber	Outras Contas a receber	Outras a receber		Fornecedores	Dividendos	Empréstimos	Outras contas a pagar	
Controladoras										
Carrefour S.A.	-	-	4	4	4	-	-	-	67	67
Carrefour Netherlands BV	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Controladas										
Carrefour Management	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	9	9	9	-	-	-	47	47
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	35	-	-	-	35
Carrefour Merchandises Internationales	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-
Inc S.A. (Argentina)	-	-	-	-	-	10	-	-	0	10
Carrefour World Trade	63	-	-	-	63	-	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	-	2.992	3.354
Sociedad Compras Modernas	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Outras partes relacionadas										
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Outras partes relacionadas	63	2	14	79	158	46	1	362	119	3.521

Notas Explicativas

31.12.2015									
Ativo				Passivo					
Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante			Passivo Não Circulante				
Contas a receber	Outras Contas a receber	Total	Fornecedores	Empréstimos	Outras contas a pagar	Empréstimos	Outras contas a pagar	Total	
-	4	4	-	-	67	-	-	67	
-	2	2	-	-	-	-	-	-	
-	11	11	-	-	60	-	6	66	
-	-	-	61	-	-	-	-	61	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	
78	-	78	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	1.240	-	3.230	-	4.470	
-	-	-	1	-	-	-	-	1	
-	-	-	-	-	4	-	-	4	
78	17	95	62	1.240	131	3230	6	4.669	

Controladora

Carrefour S.A.

Controladas

Carrefour Management

Carrefour Systèmes

d'Information

Carrefour Import S.A.

Compagnie d'activite et de

Commerce International

Carrefour World Trade

Carrefour Finance

Sociedad Compras Modernas

Outras partes relacionadas

Cooperativa Atacadão

31.12.2014									
Ativo				Passivo					
Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante			Passivo Não Circulante				
Contas a receber	Outras Contas a receber	Total	Fornecedores	Empréstimos	Outras contas a pagar	Empréstimos	Outras contas a pagar	Total	
-	-	-	-	-	3	-	-	3	
-	-	-	-	-	-	-	-	1	
-	3	3	-	-	12	-	-	12	
-	1	1	-	-	-	-	-	-	
-	8	8	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	44	-	-	-	-	44	
-	-	-	-	-	10	-	-	10	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	
52	52	52	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	1.790	-	920	-	2.710	
-	-	-	2	-	-	-	-	2	
52	12	64	46	1.790	25	920	-	2.782	

Coligadas

Cooperativa Atacadão.

Carrefour Netherlands BV

Carrefour S.A.

Carrefour Management

COSG

Carrefour Import S.A.

Carrefour Marchandises

Internationales

Carrefour World Trade

Carrefour Finance

Sociedad Compras

Modernas

Notas Explicativas

- Transações na demonstração do resultado**

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 são as seguintes:

Controladora

Controladora	2016						
	Vendas	Desconto comercial	Despesas de Aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de receitas	Despesas Financeira
Controladoras							
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	(26)	-
Carrefour Nederlands BV	-	-	-	-	-	-	-
Controladas							
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	6	-	(22)	(27)	-	-	-
Banco CSF S.A.	-	-	-	-	(2)	-	-
Coligadas							
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	(10)	-
Carrefour World Trade	-	58	-	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	(64)
Total	6	58	(22)	(27)	(2)	(36)	(64)

Controladora

Controladora	2015						
	Vendas	Desconto comercial	Despesas de Aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de receitas	Despesas Financeiras
Controladora							
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	(13)	-
Controladas							
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	6	-	(20)	(19)	-	-	-
Banco CSF S.A.	-	-	-	-	(1)	-	-
Coligadas							
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	(16)	-
Carrefour World Trade	-	51	-	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	(64)
Total	6	51	(20)	(19)	(1)	(29)	(64)

Controladora

Controladora	2014			
	Desconto comercial	Compras	Despesas	Despesas Financeiras
Controladora				
Carrefour S.A.	-	-	(3)	(86)
Coligadas				
Carrefour World Trade	46			
Carrefour Import S.A.	-	(15)	-	-
Sociedad Compras Modernas	-	(2)	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	(101)
Total	46	(17)	(3)	(187)

Consolidado

	2016				
	Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Despesas	Receitas Financeiras
Controladora					
Carrefour S.A.	-	(59)	-	-	-
Coligadas					
Carrefour Import S.A.	-	-	(149)	-	-
Carrefour Marchandises Internationales	5	(2)	-	-	-
Carrefour World Trade	120	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	4
Inc S.A. (Argentina)	-	-	(9)	-	-
Sociedad Compras Modernas	-	-	(8)	1	-
Carrefour Systèmes d'Information	-	(45)	-	-	-
Total	125	(106)	(166)	1	4

Notas Explicativas

Consolidado

(em milhões de R\$)

Controladora

Carrefour S.A.

Coligadas

Carrefour Global Sourcing Asia

Carrefour Import S.A.

Carrefour Marchandises Internationales

Carrefour World Trade

Carrefour Finance

Maison Joannes Boubee

Inc S.A. (Argentina)

Sociedad Compras Modernas

Carrefour Systèmes d'Information

Total

2015				
Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Despesas	Despesas Financeiras
-	(52)	-	1	-
-	-	-	1	-
5	-	(191)	-	-
-	-	(1)	-	-
86	-	-	-	-
-	-	-	-	(79)
-	-	(1)	-	-
-	-	(2)	-	-
-	-	(9)	-	-
-	(66)	-	-	-
91	(118)	(204)	2	(79)

Consolidado

(em milhões de R\$)

Controladora

Carrefour S.A.

Coligadas

Carrefour Import S.A.

Carrefour Marchandises

Internationales

Carrefour World Trade

Carrefour Finance

Sociedad Compras Modernas

Total

2014			
Descontos comerciais	Compras	Despesas	Despesas Financeiras
-	-	(2)	(86)
1	(15)	-	-
-	-	(1)	-
46	-	-	-
-	-	-	(101)
-	(2)	-	-
47	(17)	(3)	(187)

Notas Explicativas

NOTA 30: INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Políticas contábeis

O CPC 22 (IFRS 8) – Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. Os segmentos operacionais do Grupo são os segmentos de varejo, atacadão e soluções financeiras, cujos resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

As operações de cada um de nossos segmentos são as seguintes:

(i) Varejo, que compreende as operações dos formatos de hipermercados, supermercados e lojas de conveniência da marca Carrefour, bem como nossas farmácias, postos de gasolina e plataforma de comércio eletrônico para a venda de produtos não-alimentícios;

(ii) Atacadão, que compreende as operações das lojas de atacado e atacado de autosserviço que operam sob a marca Atacadão; e

(iii) Soluções financeiras, que fornece cartões de crédito e financiamento ao consumidor para nossos clientes.

O Grupo não possui outros segmentos além dos três reportados anteriormente.

Nós também incorremos em custos de serviços compartilhados em relação às nossas funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das entidades *holding* (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas, e (iii) as alocações de custos da nossa controladora que não são específicos de qualquer segmento.

O segmento de Soluções financeiras oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e, recentemente, "Atacadão" (ver Nota 34 - Eventos Subsequentes) que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor. O segmento relata sua receita financeira de operações de crédito como, "Outras receitas" uma vez que estas constituem a principal atividade do segmento. O custo de captação de capital do segmento de soluções financeiras é apresentado como "Custo das operações financeiras". O segmento de Soluções financeiras também fornece crédito ao consumidor para compras realizadas em parcelas nos segmentos de Varejo e Atacadão.

As despesas de capital por segmento correspondem a aquisições de bens do imobilizado e ativos intangíveis.

Outros ativos do segmento correspondem a (i) capital de giro, composto por contas a receber, estoques e contas a pagar nos segmentos de Varejo e Atacadão; (ii) capital de giro do segmento de Soluções financeiras e (iii) outro capital de giro, incluindo outras contas a receber e a pagar, despesas antecipadas e receitas diferidas, impostos a recuperar e a recolher.

Substancialmente todas as receitas do Grupo derivam da operação no Brasil. O Grupo não possui ativos não circulantes relevantes localizados fora do Brasil.

Notas Explicativas

30.1 Resultado por segmento

Consolidado					
2016 (em milhões de R\$)	Total	Varejo	Atacadão	Soluções financeiras	Funções Corporativas
Receitas líquidas	44.957	16.220	28.737	-	-
Outra receita	2.577	355	55	2.167	-
Receita operacional líquida	47.534	16.575	28.792	2.167	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	2.655	587	1.479	681	(92)
Custos financeiros e outras receitas e despesas financeiras líquidas	(781)				
Lucro antes dos impostos	1.874				
Lucro líquido do exercício	1.363				
<i>Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)</i>	<i>1.786</i>	<i>726</i>	<i>1.008</i>	<i>52</i>	<i>-</i>
<i>Depreciação e amortização (1)</i>	<i>(589)</i>	<i>(355)</i>	<i>(222)</i>	<i>(12)</i>	<i>-</i>
<i>Outras receitas (despesas)</i>	<i>(137)</i>	<i>(111)</i>	<i>(27)</i>	<i>1</i>	<i>-</i>
Consolidado					
2015 (em milhões de R\$)	Total	Varejo	Atacadão	Soluções financeiras	Funções Corporativas
Receitas líquidas	39.217	15.440	23.777	-	-
Outra receita	2.321	299	45	1.977	-
Receita operacional líquida	41.538	15.739	23.822	1.977	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	2.281	424	1.194	732	(69)
Custos financeiros e outras receitas e despesas financeiras líquidas	(703)				
Lucro antes dos impostos	1.578				
Lucro líquido do exercício	985				
<i>Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)</i>	<i>1.593</i>	<i>668</i>	<i>899</i>	<i>25</i>	<i>1</i>
<i>Depreciação e amortização (1)</i>	<i>(538)</i>	<i>(340)</i>	<i>(187)</i>	<i>(11)</i>	<i>-</i>
<i>Outras receitas e despesas</i>	<i>(48)</i>	<i>(39)</i>	<i>(9)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Consolidado					
2014 (em milhões de R\$)	Total	Varejo	Atacadão	Soluções financeiras	Funções Corporativas
Receitas líquidas	34.812	14.650	20.162	-	-
Outras receitas	1.939	367	67	1.505	-
Receita operacional líquida	36.751	15.017	20.229	1.505	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	1.781	157	1.022	622	(20)
Custos financeiros e outras receitas e despesas financeiras líquidas	(498)				
Lucro antes dos impostos	1.283				
Lucro líquido do exercício	737				
<i>Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)</i>	<i>1.653</i>	<i>800</i>	<i>833</i>	<i>20</i>	<i>-</i>
<i>Depreciação e amortização (1)</i>	<i>(418)</i>	<i>(261)</i>	<i>(145)</i>	<i>(12)</i>	<i>-</i>
<i>Outras receitas e despesas</i>	<i>(159)</i>	<i>(134)</i>	<i>(25)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

(1) Inclui a depreciação de logística reconhecida no custo (veja nota 25).

Notas Explicativas

30.2 Ativos e passivos por segmento

Consolidado					
Em 31 de dezembro 2016 <i>(em milhões de R\$)</i>	Total	Varejo	Atacadão	Soluções financeiras	Funções Corporativas
ATIVO					
Ágio	1.823	433	1.390	-	-
Outros ativos intangíveis	343	251	11	81	-
Imobilizado	8.941	3.852	5.075	14	-
Propriedades para investimento	89	89	-	-	-
Outros ativos do segmento	11.477	2.943	3.913	4.621	-
Total do ativo por segmento	22.673	7.568	10.389	4.716	-
Ativos não alocados	5.655				
Total do ativo	28.328				
PASSIVO (excluindo o patrimônio líquido)					
Passivo por segmento	12.445	3.035	5.876	3.467	67
Passivos não alocados	7.434				
Total do passivo	19.878				

Consolidado					
Em 31 de dezembro 2015 <i>(em milhões de R\$)</i>	Total	Varejo	Atacadão	Soluções financeiras	Funções Corporativas
ATIVO					
Ágio	1.823	433	1.390	-	-
Outros ativos intangíveis	230	176	10	45	-
Imobilizado	7.917	3.570	4.336	11	-
Propriedades para investimento	92	92	-	-	-
Outros ativos do segmento	10.485	2.540	3.522	4.423	-
Total do ativo por segmento	20.547	6.811	9.257	4.479	-
Ativos não alocados	5.494				
Total do ativo	26.041				
PASSIVO (excluindo o patrimônio líquido)					
Passivo por segmento	10.643	2.427	4.928	3.221	67
Passivos não alocados	8.367				
Total do passivo	19.010				

Consolidado					
Em 31 de dezembro 2014 <i>(em milhões de R\$)</i>	Total	Varejo	Atacadão	Soluções financeiras	Funções Corporativas
ATIVO					
Ágio	1.823	433	1.390	-	-
Outros ativos intangíveis	186	147	8	31	-
Imobilizado	6.943	3.299	3.635	9	-
Propriedades para investimento	95	95	-	-	-
Outros ativos do segmento	8.556	2.528	2.181	3.847	-
Total do ativo por segmento	17.603	6.502	7.214	3.887	-
Ativos não alocados	3.978				
Total do ativo	21.581				
PASSIVO (excluindo o patrimônio líquido)					
Passivo por segmento	9.051	2.880	3.014	3.145	12
Passivos não alocados	6.422				
Total do passivo	15.473				

Notas Explicativas

NOTA 31: NÚMERO DE EMPREGADOS, REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E BENEFÍCIOS

Políticas contábeis

Os empregados do grupo recebem benefícios de curto prazo (tais como férias remuneradas, auxílio-doença e participação nos lucros do resultado) e benefícios de longo prazo (tais como prêmios de tempo de serviço e benefícios pós-emprego complementares). Os benefícios pós-emprego podem ser pagos em planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Todos esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. Os benefícios de curto prazo (ou seja, os benefícios que devem ser integralmente liquidados em até doze meses após o encerramento do período anual em que os empregados prestam os serviços relacionados) são classificados como passivo circulante (em "Outras contas a pagar") e registrados como despesa no exercício em que os empregados prestam os serviços relacionados (Nota 25). Os benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo são mensurados e reconhecidos conforme descrito na Nota 19.1.

31.1 Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego

Políticas contábeis

Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados que são pagos após a conclusão do emprego. Os planos de benefícios pós-emprego do Grupo incluem planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais o Grupo paga contribuições fixas em uma entidade separada responsável pela gestão administrativa e financeira do plano, bem como pelo pagamento de benefícios de tal forma que o Grupo não tem obrigação de pagar outras contribuições se os ativos do plano forem insuficientes.

Um passivo por contribuições para planos de previdência privada de contribuição definida é reconhecido como despesa com benefícios aos empregados na apuração do resultado para os períodos durante os quais os serviços são prestados aos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo se puderem ser reembolsados ou se os pagamentos futuros puderem ser reduzidos.

Programas de saúde

O atual plano de benefício definido refere-se à assistência pós-emprego, conforme definido pela obrigação prevista na Lei nº 9656/98.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado usando o método de crédito unitário projetado.

31.2 Descrição dos planos de contribuição definida

Nossa controlada CCI e suas controladas mantêm um plano de pensão de contribuição definida para seus empregados, administrado pela Carrefourprev Sociedade de Previdência Complementar. As despesas dos patrocinadores para 2016 totalizaram R\$ 10 milhões (R\$ 7 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

31.3 Remuneração da administração

O Conselho de Administração (8 membros) não recebeu remuneração. A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 2016, 2015 e 2014.

(em milhões de R\$)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Compensação do exercício	3	4	3	14	14	11
Bônus	3	2	1	20	17	13
Benefício de serviço (acomodação e carro da companhia)	-	-	-	3	3	2
Total pago de compensação no ano	6	6	4	37	34	26
Impostos sobre a folha de pagamento do empregador	2	2	2	7	8	6
Benefícios de rescisão	-	-	-	-	-	-
Número de executivos	4	4	4	10	10	10

31.4 Número de empregados

	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Diretores senior	25	24	23	78	74	70
Diretores	31	29	28	194	182	173
Gerentes	638	583	539	974	876	808
Empregados	37.890	33.380	31.497	78.302	74.827	71.843
Número médio de empregados do grupo	38.584	34.016	32.087	79.548	75.959	72.894
Número de funcionários do grupo no final do exercício	36.100	32.338	29.091	77.522	74.392	71.213

NOTA 32: COMPROMISSOS FUTUROS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO

Políticas contábeis

As autorizações dadas e recebidas pelo Grupo que não são reconhecidas no balanço patrimonial correspondem a obrigações contratuais cujo desempenho depende da ocorrência de condições ou transações após o encerramento do período. Existem dois tipos de compromissos não registrados no balanço, relacionados a (i) transações de caixa e (ii) operações de varejo. O Grupo também é parte de contratos de arrendamento que dão origem a compromissos futuros, tais como o pagamento de aluguel em unidades de varejo arrendadas pelo Grupo (compromissos assumidos) e o recebimento de aluguel em unidades de varejo em shopping centers e galerias de propriedade do Grupo arrendadas a terceiros (compromissos recebidos).

Controladora	2016	Vencimento			2015	2014
		Dentro de 1 ano	De 5 a 5 anos	Após 5 anos		
Compromissos recebidos (em milhões de R\$)						
Relacionado às operações de caixa	47	-	-	47	45	38
Relacionado às operações, <i>real estate</i> , expansão, etc.	112	39	73	-	-	-
Relacionados a arrendamentos mercantis operacionais	622	86	233	303	261	321
Total	781	125	306	350	306	359
Controladora	2016	Vencimento			2015	2014
		Dentro de 1 ano	De 5 a 5 anos	Após 5 anos		
Compromissos recebidos (em milhões de R\$)						
Relacionado às operações de caixa	130	130	-	-	130	200
Relacionado às operações, <i>real estate</i> , expansão, etc.	73	-	-	73	96	128
Total	203	130	-	73	226	328

Notas Explicativas

Consolidado	2016	Vencimento			2015	2014
		Dentro de 1 ano	De 5 a 5 anos	Após 5 anos		
Compromissos recebidos (em milhões de R\$)	13.964	10.857	-	3.107	11.324	12.475
<i>Empresas de soluções financeiras</i>	<i>10.857</i>	<i>10.857</i>	-	-	<i>9.164</i>	<i>10.716</i>
<i>Outras companhias</i>	<i>3.107</i>	-	-	<i>3.107</i>	<i>2.160</i>	<i>1.759</i>
Relacionado com operações / imobiliário / expansão, etc.	5.929	2.746	3.171	12	3.803	4.676
Relacionados com locações	1.685	340	745	600	1.214	1.010
Total	21.578	13.943	3.916	3.719	16.341	18.161

Consolidado	2016	Vencimento			2015	2014
		Dentro de 1 ano	De 5 a 5 anos	Após 5 anos		
Compromissos recebidos (em milhões de R\$)	553	423	-	130	663	583
<i>Empresas de soluções financeiras</i>	<i>170</i>	<i>170</i>	-	-	<i>170</i>	<i>170</i>
<i>Outras companhias</i>	<i>383</i>	<i>253</i>	-	<i>130</i>	<i>493</i>	<i>413</i>
Relacionado às operações, real estate, expansão, etc.	73	-	-	73	96	296
Relacionados a arrendamentos mercantis operacionais	504	167	329	8	542	587
Total	1.130	590	329	211	1.301	1.466

Os compromissos não registrados no balanço relacionados com transações de caixa incluem:

- compromissos de crédito concedidos aos clientes pelo Banco CSF, empresa de soluções financeiras no decurso das suas atividades operacionais. O Banco CSF tem a possibilidade de rever as linhas de crédito oferecidas aos seus clientes a qualquer momento, portanto a classificação como curto prazo.
- hipotecas e outras garantias prestadas ou recebidas, principalmente no âmbito das atividades imobiliárias do Grupo.
- garantias recebidas de bancos em processos judiciais.
- linhas de crédito confirmadas ao Grupo mas não utilizadas no final do período.

Os compromissos não registrados no balanço relacionados com operações incluem:

- compromissos de compra de energia no âmbito do programa de redução de custos do Grupo.
- compromisso de compra de combustível em relação ao ponto de venda dos postos de combustíveis do Grupo.
- compromissos diversos decorrentes de contratos comerciais.
- garantias para pagamento de recebíveis.
- outros compromissos assumidos ou recebidos.

Os compromissos não registrados no balanço relacionados a arrendamentos mercantis operacionais:

Em 31 de dezembro de 2016, 138 lojas do segmento Atacadão, 72 lojas de hipermercados e 6 lojas de supermercados (de um total de 157 lojas do segmento Atacadão, 102 hipermercados e 40 supermercados) eram de propriedade do Grupo.

O aluguel de imóveis não pertencentes ao Grupo totalizou R\$ 225 milhões em 2016.

Do total de aluguéis mínimos futuros devidos em arrendamentos operacionais e financeiros, 20% são devidos dentro de um ano, 44% entre um a cinco anos e 36% além de cinco anos.

Os pagamentos mínimos futuros de aluguéis operacionais - determinados com base no compromisso máximo do Grupo em termos de duração e valor para cada um dos arrendamentos imobiliários em vigor ao final do período - totalizaram R\$ 1.685 milhões em 31 de dezembro de 2016.

O Grupo também possui diversos shoppings e galerias construídos principalmente nos mesmos locais que seus hipermercados e supermercados e alugados a terceiros. As receitas de aluguel destas unidades de varejo em 2016 totalizaram R\$ 184 milhões. Os aluguéis mínimos futuros a receber dessas

Notas Explicativas

unidades de varejo - determinados com base no compromisso máximo dos arrendatários em termos de duração e valor para cada um dos arrendamentos em vigor no encerramento do período - totalizaram R\$ 504 milhões em 31 de dezembro de 2016.

NOTA 33: COBERTURA DE SEGURO

Em 31 de dezembro de 2016 a cobertura de seguros do Carrefour Grupo Brasil compreendia:

(em milhões de R\$)

Cobertura de seguro

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Riscos operacionais	7.320	17.643
Perda de lucro	3.363	6.625
Responsabilidade civil – limite máximo de indenização	21	21

NOTA 34: EVENTOS SUBSEQUENTES

Cartão de crédito Atacadão

Em 17 de janeiro de 2017, a Companhia lançou o Cartão de crédito Atacadão, um serviço financeiro oferecido aos clientes do Atacadão em conjunto com o Banco CSF, conforme detalhado na Nota 3.2. Nesta primeira etapa, estendendo-se de janeiro a abril de 2017, o Cartão Atacadão será emitido e aceito em onze lojas e será implantado em outras lojas gradualmente até novembro de 2017.

Notas Promissórias Comerciais

Em janeiro de 2017, a Companhia emitiu notas promissórias comerciais em duas séries no montante de R\$ 750 milhões para financiar capital de giro. As notas da primeira série totalizam R\$ 360 milhões e vencem em 30 de junho de 2017 a taxa de juros é de 104,7% do CDI. A segunda série totaliza R\$ 390 milhões e vence em 28 de dezembro de 2017 a taxa de juros é de 105,2% do CDI.

Plano de opções com base em ações

Em 21 de março de 2017 a Companhia estabeleceu seu primeiro plano de opções de ações, autorizando a emissão de opções que resultaria na emissão de até 18.565.411 (após o grupamento de ações passou para 9.282.705) ações ordinárias, representando um limite máximo de 0,52% do Capital da Companhia. O preço de exercício do primeiro plano foi predeterminado em R\$ 5,85 (R\$ 11,70 após o grupamento) por ação ordinária. Os beneficiários de nosso primeiro plano de opção de compra de ações são os diretores estatutários e alguns outros executivos do Grupo, conforme será determinado pelo Conselho de Administração.

Destinação do lucro líquido do exercício

Em 28 de abril de 2017, a Companhia submeteu à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente do lucro líquido menos a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 1.114 milhões) para a reserva de retenção de lucros (sendo 50% para reserva de investimentos e 50% para capital de giro), conforme do artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

Grupamento das ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram o grupamento das ações na proporção de uma ação para cada duas ações atualmente existente. Como resultado do grupamento de ações as demonstrações financeiras foram revisadas para refletir a quantidade de ações e as informações por ações como se os efeitos deste grupamento de ações tivessem ocorrido para todos os períodos comparativos. Como resultado do grupamento, o número total de ações da Companhia foi reduzido de 3.550.153.178 para 1.775.076.589.

*
* *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e aos Administradores do
Atacadão S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Atacadão S.A. ("Companhia" ou "Grupo"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões e passivos contingentes (individual e consolidado)

Ver nota explicativa nº 19 às demonstrações individuais e consolidadas

Por que é um PAA

O Grupo é parte passiva em processos fiscais, trabalhistas e cíveis no curso normal de suas atividades, e está sujeito a fiscalizações por parte das autoridades competentes que podem resultar em autos de infração.

O valor estimado das provisões e a divulgação dos processos judiciais e administrativos, bem como de outros passivos contingentes requerem julgamento do Grupo e de seus assessores jurídicos.

Mudanças nas premissas utilizadas pelo Grupo para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente o montante das provisões e as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

Devido ao volume significativo de processos e à relevância dos valores envolvidos, à complexidade da legislação tributária, em especial no que diz respeito ao aproveitamento de créditos fiscais nas empresas de varejo, e aos julgamentos significativos exercidos pelo Grupo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados à identificação, monitoramento e avaliação dos processos judiciais, assim como a lista de assessores jurídicos externos e internos do Grupo. Obtivemos confirmações junto aos assessores jurídicos externos e internos do Grupo contemplando a avaliação do risco de perda e os montantes envolvidos para a totalidade dos processos em aberto.

Para os processos reclamatórios e posições tributárias adotados mais significativos, analisamos a documentação suporte, as opiniões legais dos assessores externos, e a jurisprudência existente.

Testamos, por amostragem, o histórico de perdas de processos trabalhistas utilizado para mensuração da provisão dos processos trabalhistas em fase inicial.

Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Impostos a recuperar (individual e consolidado)

Ver nota explicativa nº 9 às demonstrações individuais e consolidadas

Por que é um PAA

De acordo com a legislação estadual, as transferências de mercadorias interestaduais permitem ao Grupo o reconhecimento de créditos de ICMS de substituição tributária (ICMS ST) pagos na aquisição das mercadorias. Devido ao aumento de itens sujeitos ao ICMS ST e das transferências de mercadorias interestaduais, o Grupo vem acumulando saldos significativos de impostos a recuperar

de ICMS ST.

O Grupo avalia a expectativa de realização do saldo de impostos a recuperar, a classificação entre o ativo circulante e não circulante, assim como a necessidade de constituição de provisão para perdas. Essa avaliação é feita com base em estudos técnicos que consideram, para cada estado, a projeção de compras e vendas em exercícios futuros, o histórico de utilizações de créditos fiscais, alterações na distribuição logística das mercadorias, e solicitações de regimes tributários especiais. Devido à relevância dos valores envolvidos, ao grau de julgamento para determinar as premissas consideradas nos estudos técnicos que podem impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Envolvemos os nossos especialistas tributários para analisar a aderência das normas e dos procedimentos definidos nas legislações estaduais e, em base amostral, avaliamos a adequação dos respectivos registros fiscais.

Questionamos os pressupostos chave do plano estratégico para a realização desses créditos e demais informações relevantes por meio de indagações aos responsáveis da área tributária, e com o auxílio de nossos especialistas tributários.

Avaliamos a adequação da apresentação dos saldos entre ativo circulante e não circulante, assim como a suficiência da provisão para perdas.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pelo Grupo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Acordos comerciais (individual e consolidado)

Ver nota explicativa nº 23 às demonstrações individuais e consolidadas

Por que é um PAA

O Grupo recebe descontos comerciais significativos por acordos negociados com seus fornecedores. Os acordos comerciais possuem uma gama de condições que requerem uma estrutura de controles internos para identificar, mensurar e reconhecer contabilmente os descontos comerciais quando as condições a eles associadas forem cumpridas.

Estes descontos comerciais representam um componente significativo reduzindo o custo das vendas.

Devido ao grande volume de transações, a relevância dos valores envolvidos, e ao grau de julgamento que pode impactar o momento e o valor reconhecido como redutor dos custos dos estoques nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave relacionados com o processo de compras e acordos comerciais.

Sobre uma amostragem de descontos variáveis, recalculamos os valores reconhecidos em relação às respectivas transações de compra com base nas condições negociadas nos respectivos acordos comerciais. Sobre uma amostragem de descontos comerciais pontuais, obtivemos a documentação suporte dos acordos comerciais. Avaliamos também a adequação do reconhecimento contábil dos lançamentos selecionados.

Analizamos as variações mensais dos saldos reconhecidos com descontos comerciais em relação aos custos das vendas, considerando tendências, sazonalidade e informações históricas.

Avaliamos a adequação do montante reconhecido como redutor dos custos dos estoques e das divulgações de políticas contábeis da Grupo.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa em créditos ao consumidor (individual e consolidado)

Ver notas explicativas nº 7.1 e 28.6 às demonstrações individuais e consolidadas

Por que é um PAA

O Grupo reconhece uma provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os créditos ao consumidor concedidos pela empresa de serviços financeiros, quando o Grupo acredita que existe o risco de que a totalidade ou parte do montante devido não seja recuperado.

Os modelos de provisão desenvolvidos pelo Grupo consideram a classificação dos empréstimos em curso em categorias de risco uniformes com base na probabilidade de inadimplência ("default"), e uma modelagem da perda dada a inadimplência com base em dados históricos.

Mudanças nas premissas utilizadas pelo Grupo para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições econômicas gerais ou nos acordos financeiros com consumidores, podem impactar significativamente o montante da provisão para crédito de liquidação duvidosa reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

Devido à relevância dos créditos concedidos ao consumidor e ao grau de julgamento envolvido na determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, consideramos esse tema um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave relacionados à identificação e registro dos créditos ao consumidor concedidos pela entidade de serviços financeiros.

Envolvemos nossos especialistas em modelagem de risco de crédito para avaliar a adequação dos modelos de provisão, a suficiência de critérios utilizados e dados utilizados pelo Grupo para determinar os níveis de inadimplência em comparação com dados históricos, assim como a classificação de empréstimos em categorias de risco uniformes.

Recalculamos o saldo de provisão com base no prazo de atraso dos créditos ao consumidor.

Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras em relação a suficiência de informações sobre a natureza das transações, a exposição ao risco de crédito e os valores provisionados pelo Grupo.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de maio de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Guilherme Nunes
Contador CRC 1SP195631/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ATACADÃO S.A.

CNPJ/MF nº 75.315.333/0001-09

NIRE 35.300.043.154

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria

Introdução

O Comitê de Auditoria do ATACADÃO S.A. ("Companhia"), deve, dentre outras atribuições, revisar e fornecer aconselhamentos e opiniões ao Conselho de Administração sobre: (i) as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (ii) contratação dos auditores independentes; (iii) o monitoramento dos procedimentos de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) a escolha das políticas e princípios contábeis da Companhia e de suas subsidiárias; (v) o monitoramento dos procedimentos de gerenciamento e avaliação de riscos internos da Companhia e de suas subsidiárias. O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros, todos conselheiros.

Atividades

O Comitê reuniu-se 04 (quatro) vezes ordinariamente, no ano de 2016, além de 1 (uma) reunião ordinária em 2017 para revisão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Em cada reunião ordinária do Conselho de Administração um relato das atividades do Comitê foi apresentado pelo Presidente do Comitê e discutido com os conselheiros.

Parecer do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia examinaram e analisaram as demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e no relatório da KPMG Auditores Independentes, recomendaram sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 19 de maio de 2017.

Jacques Dominique Ehrmann

Presidente do Comitê de Auditoria

Pierre Jean Jérôme Sivignon

Membro do Comitê de Auditoria

Franck Emile Tassan

Membro do Comitê de Auditoria

Eduardo Pongrácz Rossi

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores do ATACADÃO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.169, Vila Maria, CEP 02170-901, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.315.333/0001-09, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.043.154 ("Companhia"),

declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

São Paulo, 22 de maio de 2017.

Charles André Pierre Desmartis
Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil

José Roberto Meister Müssnich
Diretor Presidente – Atacadão

Sebastien Durchon
Diretor Vice-Presidente de Finanças – Grupo Carrefour Brasil e Diretor de Relações com Investidores

Marco Aparecido de Oliveira
Diretor Vice-Presidente de Finanças – Atacadão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores do ATACADÃO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.169, Vila Maria, CEP 02170-901, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.315.333/0001-09, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.043.154 ("Companhia"),

declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

São Paulo, 22 de maio de 2017.

Charles André Pierre Desmartis
Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil

José Roberto Meister Müssnich
Diretor Presidente – Atacadão

Sebastien Durchon
Diretor Vice-Presidente de Finanças – Grupo Carrefour Brasil e Diretor de Relações com Investidores

Marco Aparecido de Oliveira
Diretor Vice-Presidente de Finanças – Atacadão